



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SUBJETIVIDADES, POLÍTICAS E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS

CAMILA DO NASCIMENTO LINS BUARQUE

**CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA METASSÍNTESE A PARTIR DE ARTIGOS
ACADÊMICOS DA ÁREA DA PSICOLOGIA NAS BASES DE DADOS *SCIELO* E
BVS**

Maceió
2021

CAMILA DO NASCIMENTO LINS BUARQUE

**CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA METASSÍNTESE A PARTIR DE ARTIGOS
ACADÊMICOS DA ÁREA DA PSICOLOGIA NAS BASES DE DADOS SCIELO E
BVS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas, como parte das exigências para obtenção do título de mestrã em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adélia Augusta Souto de Oliveira.

Maceió

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B917c Buarque, Camila do Nascimento Lins.
Clínica da atividade : uma metassíntese a partir de artigos acadêmicos da área da psicologia nas bases de dados *Scielo* e *BVS* / Camila do Nascimento Lins Buarque. – 2021.
139 f. : il.

Orientadora: Adélia Augusta Souto de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 123-131.
Apêndice: f. 132-139.

1. Clínicas do trabalho. 2. Clínica da atividade. 3. Atividade profissional. 4. Metassíntese (Pesquisa bibliográfica). 5. Psicologia. I. Título.

CDU: 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA DO NASCIMENTO LINS BUARQUE

Título do Trabalho: "CLÍNICA DA ATIVIDADE: UMA METASSÍNTESE A PARTIR DE ARTIGOS ACADÊMICOS DA ÁREA DA PSICOLOGIA NAS BASES DE DADOS SCIELO E BVS".

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:
Orientadora:



Profa. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira (PPGP/UFAL)

Examinadores:



Profa. Dra. Lavínia Lopes Salomão Magiolino (UNICAMP)



Profa. Dra. Cristina Camelo de Azevedo (IP/UFAL)



Profa. Dra. Paula Orchiucci Miura (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 26 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Desde a entrada até o processo de fechamento deste mestrado, tive a sorte de contar com diversas pessoas que, sabendo ou não, contribuíram para que essa caminhada pudesse ser trilhada. A elas, portanto, tenho bastante a agradecer.

Início, assim, agradecendo à minha família pela compreensão sobre as ausências necessárias em decorrência do tempo investido nesse curso. Cito especialmente minha mãe, Hosana, que me deu o apoio que precisei para que mais este ponto de minha trajetória pudesse ser vivenciado, mesmo diante de tantas limitações; e irmã Clarisse, pelas risadas, apoio e carinho que nunca faltaram.

Agradeço, também, ao meu namorado Adriano, por ser esse companheiro de vida que me trouxe tanto conforto, leveza, carinho, compreensão e suporte quando eu mais precisei. Um dos meus maiores incentivadores, que continua me ensinando a caminhar por esse mundo a cada dia que estamos juntos.

À minha orientadora, Profa. Dr^a. Adélia Augusta Souto de Oliveira, por abraçar minha ideia de pesquisa, pela orientação, pela partilha de sua vasta experiência e conhecimento, pela confiança, pela disponibilidade, pela paciência, pela construção conjunta e pelas diversas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional que me foram possibilitadas durante esses dois anos de curso. Desejo que esse tenha sido apenas o início de uma parceria que se estenda.

À Profa. Dr^a. Paula Orchiucci Miura pelo acompanhamento desta pesquisa em seus primeiros passos, pelos debates em grupo de pesquisa, pela abertura de novas oportunidades, pelas inúmeras contribuições na pesquisa e pela disponibilidade de leitura e avaliação deste trabalho tanto no momento de qualificação quanto agora, no momento de defesa. Desejo que seja uma parceria que continue.

À Profa. Dr^a. Cristina Camelo de Azevedo, pelo carinho, pelas oportunidades, pelo apoio, pela partilha e pela parceria que se iniciou ainda na Graduação em Psicologia através da disciplina de Psicologia das Relações de Trabalho, em que retornei em experiência de estágio docência, mas que perdura até hoje. Agradeço, também, pela disponibilidade de leitura e avaliação deste trabalho no momento de defesa.

À Universidade de Coimbra, pela oportunidade de realização de Mobilidade Acadêmica, e ao Prof. Dr. Rui Paquete Paixão, pela disponibilidade, pelo acolhimento, pelas ideias compartilhadas e pelas orientações durante este rico período.

À Profa. Dr^a. Lavínia Lopes Salomão Magiolino, pela disponibilidade de leitura e avaliação deste trabalho em momento de defesa.

A todas as professoras, professores, técnicas, técnicos, prestadoras e prestadores de serviço que compõem o Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela disponibilidade durante esse percurso. Agradeço, especialmente, às técnicas Polyanna e Graça, sempre muito solícitas e dispostas a resolverem os “pepinos” que surgem na pós-graduação.

Aos membros do grupo de Pesquisa “Epistemologia e Ciência Psicológica” que, desde o meu ingresso no mestrado, me acolheram e auxiliaram no processo de aproximação com a leitura de Vigotski e de apropriação sobre a teoria e método com que trabalhei nesta pesquisa. Especialmente à colega Martha Barbosa, pela parceria no desenvolvimento de artigo e capítulo de livro, me permitindo aproximar em sua experiência de Pibic.

Às pessoas de quem tive a sorte de me aproximar e construir laços durante esse percurso (nem tão) solitário que é o mestrado: Ana Eliza Lima, Alana Madeiro de Melo Barboza, Layla Borges e Priscila Gomes de Oliveira (sempre ajudando a tocar a “bola pra frente”), Camila Balbina, Letícia Santos, Jade Alves, Laura Bleinroth, Luciano Bueno e Kedma Augusto. Sou grata pelas nossas partilhas!

Agradeço, especialmente, às amigas que muito apoiaram, incentivaram, riram, choraram e se angustiaram comigo durante esses dois anos, e que espero poder contar com suas companhias por muito mais tempo: Alana Madeiro, pelos ouvidos e gargalhadas, que sempre com esse (nosso) humor bastante questionável, me ajudou a levar esse percurso com mais leveza e a ampliar meus horizontes; Camila dos Anjos Falcão, por todo o carinho, pelo suporte, pelo ombro amigo e pelas inúmeras discussões e conversas sobre as nossas pesquisas e angústias; e Priscila Gomes de Oliveira, pela parceria na aventura que foi participar de uma representação discente, pelo carinho, pela disposição em ouvir e apoiar quando precisei, mas também em questionar sempre que necessário.

À Alana Madeiro e Maria Laura Barros da Rocha, com quem pude dividir a experiência de Mobilidade Acadêmica imersa em todas as descobertas, desafios, superações, ladeiras, escadarias e muralhas que essa experiência proporcionou.

Agradeço às minhas amigas de graduação, Rosângela Cabral, Claudiana Farias, Fernanda Iona, Daniela Santos e Francyyelly Oliveira, com quem posso contar sempre e com quem construí laços que ultrapassam a academia.

À Kyssia Calheiros, a todo suporte que precedeu a entrada e que se estendeu pelo processo do mestrado, sem o qual seria bem mais difícil de percorrer.

À Nara Pillar, que ajudou a perceber as funções (ou não) dessa finalização.

A todas e todos os amigos e familiares que não foram especificados aqui, mas que sempre que podiam, me apoiavam e me incentivavam a buscar meus objetivos.

Por fim, à Universidade Federal de Alagoas, por mais uma oportunidade de desenvolvimento, qualificação e formação, num espaço que forma, mas que também é casa e acolimento.

A aranha realiza operações que lembram o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que, antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo de trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de ele começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza, dentro das restrições impostas por ela, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade.

Karl Marx, O capital

RESUMO

O presente estudo busca analisar a produção acadêmica brasileira da Psicologia sobre as Clínicas do Trabalho e, especificamente, Clínica da Atividade. Para isso, realiza-se uma Metassíntese da produção de artigos acadêmicos, da área da Psicologia, nas bases de dados *SciELO* e *BVS*. A Metassíntese divide-se nas seguintes etapas: Exploração, Cruzamento, Refinamento, Descrição e Interpretação. Na Exploração, utilizaram-se os seguintes descritores: “clínicas do trabalho”, “clínica do trabalho”, “clínica da atividade”, “ergologia”, “ergológico”, “ergológica”, “psicodinâmica do trabalho”, “psicossociologia do trabalho” e “psicologia social do trabalho”, que resultaram em 1.029 artigos. A etapa do Cruzamento verificou a duplicidade no material, por meio da leitura de títulos, em dois momentos: no primeiro, comparação intradescriptores, resultou em 797 artigos; no segundo, a repetição interdescriptores e entre bancos de dados, obteve-se 518. A seguir, a etapa de Refinamento foi realizada em três momentos. Durante o primeiro, 123 artigos foram obtidos através dos descritores “clínicas do trabalho”, “clínica do trabalho” e “clínica da atividade”; e pela leitura flutuante dos títulos, resumos, descritores e corpo do texto para verificar se estavam ancorados na abordagem da Clínica da Atividade. Obtivemos um total de 81 artigos. A etapa da Descrição permitiu apresentar o mapeamento histórico, panorama por descritor, por periódico, por temática abordada e por atividades profissionais estudadas nas pesquisas. Os resultados destacam que o descritor “clínica da atividade” se configura como principal fonte de formação do *corpus* da pesquisa; o ano de 2013 como aquele de maior publicação sobre a temática; o periódico *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* como principal meio de veiculação; “atividade profissional” como principal temática discutida e os docentes como principal público-alvo das pesquisas. Em seguida, após o terceiro momento de Refinamento, construiu-se a Interpretação a partir de 27 artigos, com foco nas discussões teóricas e nas atividades profissionais abordadas neles. Em relação aos aspectos teóricos, percebemos concordâncias com os preceitos que norteiam a Clínica da Atividade em suas bases epistemológicas. Já no que diz respeito às atividades profissionais, foram analisados os artigos que discutiram: atividade de docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa; a atividade de profissionais da saúde; a atividade de servidores públicos; a atividade de motoboys; a atividade de motoristas de ônibus; a atividade de trabalhadores penitenciários; e artigos que discutem mais de uma atividade profissional. Dessa forma, foram possíveis apontar, a partir das rupturas e continuidades percebidas nos artigos, o potencial saudável ou adoecedor das condições dos trabalhos, como também o papel dos coletivos como forma de enfrentamento às condições de adoecimento ligadas à atividade profissional. Apontamos, ainda, um panorama atual acerca de algumas atividades profissionais, no cenário da pandemia da Covid-19. Espera-se, com este estudo, contribuir com a análise e ampliação da discussão acerca das atividades profissionais aqui apresentadas, bem como possibilitar a aplicação dos resultados aqui apresentados, tanto junto ao campo científico como à sociedade, de forma a auxiliar na ampliação do poder de agir dos trabalhadores, transformação de contextos de trabalho e influenciar na produção e atualização de políticas públicas que venham a apoiar uma atuação efetiva de profissionais em seus campos de trabalho.

Palavras-chave: Clínicas do Trabalho; Clínica da Atividade; Atividade profissional; Metassíntese; Psicologia.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the Brazilian academic production of Psychology on Clinics of Work and, specifically, Clinic of Activity. A Metasynthesis of the production of academic articles, from the Psychology area, was performed in the SciELO and BVS databases. The Metasynthesis is divided into the following steps: Exploration, Crossing, Refinement, Description and Interpretation. In Exploration, the following descriptors were used: “*clínicas do trabalho*”, “*clínica do trabalho*”, “*clínica da atividade*”, “*ergologia*”, “*ergológico*”, “*ergológica*”, “*psicodinâmica do trabalho*”, “*psicossociologia do trabalho*” and “*psicologia social do trabalho*”, which resulted in 1.029 articles. The Crossing step verified the duplicity in the material, by reading titles, in two moments: in the first, intradescript comparison, resulted in 797 articles; In the second, inter-descriptors and inter-database repetition, were obtained 518 articles. Then, the Refinement stage was performed in three moments. During the first one, 123 articles were selected for their relation with the descriptors “*clínicas do trabalho*”, “*clínica do trabalho*” and “*clínica da atividade*”; and through skimming of the titles, abstracts, descriptors and complete text to verify if they were anchored in the Clinic of Activity approach, we obtained a total of 81 articles. The Description stage allowed to presenting the historical mapping, panorama by descriptor, by journal, by theme addressed and by professional activities studied in the researches. The results highlight that the descriptor “*clínica da atividade*” is configured as the main source of formation of the research *corpus*; 2013 as the year with the highest publication on the topic; the journal *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho* as the main means of publication; “*atividade profissional*” as the main topic discussed and teachers and professors as the main target audience of the research. Then, after the third moment of refinement, the Interpretation was built from 27 articles, focusing on the theoretical discussions and professional activities covered in them. In relation to the theoretical aspects, we perceive agreement with the precepts that guide the Clinic of Activity in its epistemological bases. With regard to professional activities, were analyzed the articles that discussed: the activity of teachers and activities that involve teaching-learning and research processes; the activity of health professionals; the activity of public servants; motorcycle courier activity; the activity of bus drivers; the activity of prison workers; and articles that discuss more than one professional activity. Thus, it was possible to point out, based on the ruptures and continuities perceived in the articles, the healthy or diseased potential of the work conditions, as well as the role of the collectives as a way of coping with the conditions of illness linked to professional activity. We also point out a current panorama about some professional activities, in the scenario of the Covid-19 pandemic. It is hoped, with this study, to contribute to the analysis and expansion of the discussion about the professional activities presented here, as well as to enable the application of the results presented here, both in the scientific field and in society, in order to assist in the expansion of the workers' power of action, transformation of work contexts and influence in the production and updating of public policies that will support the effective performance of professionals in their fields of work.

Keywords: Clinics of Work; Clinic of Activity; Professional activity; Metasynthesis; Psychology.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento na base de dados <i>SciELO</i>	24
Tabela 2 – Levantamento na base de dados BVS.....	24
Tabela 3 – Resultado do Cruzamento interdescritores e entre bancos de dados	25
Tabela 4 – Quantitativo obtido através do primeiro Refinamento	27
Tabela 5 – Quantitativo de artigos por etapa da Metassíntese.....	28
Tabela 6 – Distribuição dos artigos por revista	33
Tabela 7 – Vinculação institucional e procedência geográfica das revistas.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por descritores	26
Gráfico 2 – Total geral de publicações durante o desenvolvimento das etapas	26
Gráfico 3 – Quantidade de artigos associados por descritor	31
Gráfico 4 – Distribuição anual de publicações sobre a abordagem da Clínica da Atividade ..	32

LISTA DE SIGLAS

ACAT	Análise Coletiva de Acidente de Trabalho
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAP	Comunidades Ampliadas de Pesquisa
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CE	Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DF	Distrito Federal
DRH	Departamento de Recursos Humanos
EACT	Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho
EAD	Educação a Distância
EP	Educação profissional
ESP	Escola de Serviços Penitenciários
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GAP	Grupo ampliado de pesquisa
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPF	Instituto Penal Feminino
ISD	Interacionismo Sociodiscursivo
MG	Minas Gerais
NUTRA	Núcleo de Psicologia do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPS	Organização Pan-Americana de Saúde
PCCTAE	Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

POA	Porto Alegre
PR	Paraná
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SASS	Serviço de Atenção ao Servidor da SUSEPE
SciELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SESAU/AL	Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas
SP	São Paulo
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	Unidades escolares
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	PRÓLOGO.....	14
1	INTRODUÇÃO	15
2	MÉTODO.....	21
3	A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CLÍNICA DA ATIVIDADE NO BRASIL	31
3.1	Mapeamento por descritor	31
3.2	Mapeamento histórico.....	32
3.3	Mapeamento por periódico.....	33
3.3.1	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	34
3.3.2	Fractal: Revista de Psicologia	35
3.3.3	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.....	35
3.3.4	Revista Polis e Psique.....	36
3.4	Vinculação institucional e procedência geográfica.....	36
3.5	Temáticas abordadas	38
3.6	Atividades profissionais estudadas nas pesquisas	38
3.7	Reflexões necessárias.....	39
4	TEÓRICO EM FOCO	40
5	ATIVIDADES PROFISSIONAIS EM ÊNFASE	56
5.1	Atividade de docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa	56
5.2	Atividade de profissionais da saúde.....	75
5.3	Atividade de servidores públicos	84
5.4	Atividade de motoboys.....	95
5.5	Atividade de motoristas de ônibus.....	102
5.6	Atividade de trabalhadores penitenciários	107
5.7	Artigos que discutem mais de uma atividade	112
5.8	Apontamentos necessários	116
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE	132

PRÓLOGO

IMAGEM EMBLEMÁTICA: CORPOS EM TRABALHO



Obra: “Operários”, por Tarsila do Amaral¹ (1886 – 1973).

Os rostos cansados de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes; pessoas de diversas etnias, com a representação das indústrias ao fundo, remetem ao período industrial, momento de entrada da Psicologia no campo do trabalho no Brasil, bem como aos coletivos de trabalho e ao “real da atividade”, carregado de singularidades. A multidão retratada na pintura em uma aparente não diferenciação entre os sujeitos permite estabelecer um paralelo com a própria proposta da Clínica da Atividade: direcionado ao estilo profissional, que diz respeito ao que é de singular, de cada sujeito, que atualiza o gênero profissional de que faz parte e constrói – o que inclui suas experiências, seus saberes sobre o trabalho e suas pré-ocupações. Podemos estabelecer, ainda, ao observarmos como cada um está olhando apenas para frente – para um mesmo ponto. O ponto a ser encontrado é o do outro que os observa. Formam linhas simétricas de pessoas, alinhadas, semelhantes aos prédios que compõe o restante da tela em oposição triangular para fechar o quadro.

¹ <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/operarios-de-tarsila-do-amaral-esta-em-exposicao-no-palacio-dos-bandeirantes/>

1 INTRODUÇÃO

A relação estabelecida entre Psicologia e trabalho percorre um longo caminho. Surge em meio à sociedade industrial nos Estados Unidos e na Europa entre o final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Nesse período, emergiram práticas psicológicas que visavam minimizar os problemas tidos como inerentes ao ser humano dentro das fábricas (LEÃO, 2012). A proposta de intervenção, nesse contexto, se dava por meio da resolução de problemas individuais e coletivos ligados aos locais de trabalho.

Ao seguir as mudanças sociais e históricas, a Psicologia ampliou suas maneiras de ver o trabalho e passou a adotar também uma perspectiva experimental², o que a aproximou do taylorismo e levou à utilização de testes para seleção de pessoal. Com isso, visava a um maior lucro para as indústrias, já que, na perspectiva taylorista, a máxima era o controle das tarefas, o que retira do trabalhador qualquer decisão sobre o seu fazer, que era redirecionada aos gestores (LEÃO, 2012; ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2004). A definição de “psicologia industrial” (BENDASSOLLI, 2011, p. 7) partiu, portanto, de uma concepção de sujeito de base behaviorista, em que o comportamento é associado ao desempenho pessoal (com foco em eficiência e eficácia), com uma visão objetiva da realidade – principalmente no que diz respeito ao comportamento observável que está, nessa perspectiva, submetido a relações de causa e efeito (BENDASSOLLI, 2011; KRUMM, 2005).

No Brasil, segundo Leão (2012) e Spector (2012), a Psicologia começa a se voltar para as questões do trabalho, no início do século XX, em decorrência dos avanços industriais e da necessidade de desenvolver trabalhadores que estivessem adequados a essas transformações socioeconômicas. Segue, assim, a corrente da psicologia industrial, que por meio dessas práticas, acompanha as tendências mundiais de buscar a adaptação dos trabalhadores a um ambiente de produção máxima, criando um discurso e práticas de submissão e controle, vendo os trabalhadores como máquinas que deveriam atingir o melhor funcionamento possível.

Com o desenvolvimento das ciências médicas, naturais, sociais e humanas na América Latina, bem como a partir das mudanças sociais, históricas e econômicas, o campo das relações entre Psicologia e trabalho vai se diversificando, chegando à ideia de Psicologia Organizacional. Esta, por sua vez, tem origem na sociologia e antropologia e adota os problemas do ambiente de trabalho ligados ao sistema social da organização, vendo-a como um

² Teoria que teve Wundt como destaque e cujo objeto é o estudo do comportamento observável, a fim de testar modelos e teorias que implicam na manipulação de variáveis, o registo rigoroso e a medição precisa do que acontece nos contextos (TITCHENER, 2010).

sistema complexo. Assim, os problemas não mais são tidos como de origem individual, mas de grupos, de subsistemas e da organização como uma reação de estímulos internos e externos (LEÃO, 2012). Isso porque inclui-se, nessa perspectiva, uma “dimensão social do trabalho” (BENDASSOLLI, 2011, p. 78) e parte-se de uma noção de sujeito social e cognitivo (BENDASSOLLI, 2011; KRUMM, 2005; SPECTOR, 2012). Essa corrente é uma das mais predominantes, hoje, em termos de atuação de psicólogos e psicólogas em empresas, e está ligada a práticas de treinamento, desenvolvimento, seleção e recrutamento de pessoas (SPECTOR, 2012).

A relação entre Psicologia e trabalho continuou a caminhar e se desenvolver, sem limitar-se a esses dois olhares apresentados. Ainda no séc. XX, em meados de 1960, surge na Europa uma Psicologia que resgata a subjetividade dos trabalhadores e ressalta seus papéis de agentes de mudança no processo de produção: a vertente da Psicologia do Trabalho. Esta adota uma ideia de trabalho como atividade, em que predomina a “concepção de sujeito psíquico e uma visão nominalista de ciência e da realidade” (BENDASSOLLI, 2011, p. 78) – afastando-se dos preceitos positivistas de concepção do mundo. A Psicologia do Trabalho dá destaque à vivência desses indivíduos em seus ambientes de trabalho e pensa em alternativas para as intervenções em grupo e debates sobre transversalidades do trabalho, dentre outros aspectos (LEÃO, 2012).

Em meio às abordagens que compõem a Psicologia do Trabalho, ressalta-se, aqui, a perspectiva clínica – uma vez que estamos partindo dessa “lente” para enxergar o trabalho e o trabalhador. A via clínica de apropriação do trabalho (BENDASSOLLI, 2011) pode ser vista como uma forma de “pesquisa-intervenção que considera o trabalho como categoria central para a compreensão dos processos de subjetivação e da relação subjetividade, saúde e sofrimento” (LEÃO, 2012, p. 300). Nas Clínicas do Trabalho, destacam-se as abordagens da Psicodinâmica do Trabalho, da Ergologia, da Psicossociologia do Trabalho e da Clínica da Atividade – sendo esta última o alvo desta pesquisa. Apesar de serem aglomeradas como componentes de um mesmo grupo em razão de suas similaridades relacionadas à visão crítica da atividade do trabalho, divergem nas bases ontológicas, epistemológicas e metodológicas (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2014; LEÃO, 2012).

Contudo, têm como fundamento comum a análise crítica do trabalho – e por isso estão agrupadas. Essas abordagens têm a finalidade de compreender o trabalho para, então, transformá-lo, com sua produção de conhecimento baseada na prática (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014). Segundo Bendassolli e Gondim (2014) e Lhuilier (2011), elas seguem uma crítica ao projeto científico (neo)positivista, uma vez que apresentam uma epistemologia não

correspondentista – ou seja, adotam uma verdade pragmática (o conhecimento é produzido através da prática; de situações concretas e contextualizadas), que é alcançada pela co-construção linguística, na qual defende a linguagem como fundante da realidade social.

Ressaltam-se, ainda, suas bases em uma ontologia não empirista, em que o real aponta para o campo das possibilidades (e não de uma verdade absoluta) e de uma metodologia dialógica e construtivista (ou seja, um processo integrativo e generativo), uma vez que se aproxima da pesquisa-ação e traz consigo uma abertura e possibilidade de diálogo que acompanham todos os envolvidos no processo de intervenção. Por fim, apresentam uma orientação para a ação (não buscam apenas compreender a prática, mas também transformá-la) e uma orientação axiológica em relação à intervenção – intervenção essa orientada por determinados valores éticos e políticos, em que há a preocupação com a inclusão dos sujeitos, com o sofrimento, com a promoção da autonomia e relações com políticas públicas, as quais visem à saúde dos trabalhadores (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014; LEÃO, 2012; LHUILIER, 2011).

Em resumo, podemos asseverar que, a partir das bases das Clínicas do Trabalho,

[...] reafirma-se a importância da pesquisa, no sentido de uma prática investigativa, problematizadora, crítica. Em suma, teoria como função generativa, prática com saber autônomo, pesquisador-profissional como integrando um mesmo personagem, e o trabalhador como protagonista e destinatário de todo o conhecimento produzido [...] (BENDASSOLLI; GONDIM, 2014, p.22).

Sobre a Clínica da Atividade, indica-se que se trata de uma abordagem proposta pelo teórico francês Yves Clot, cuja entrada no Brasil data de meados de 1990 (CLOT, 2010a; PINHEIRO *et al.*, 2016), e que tem base em autores como Vigotski, Leontiev, Bakhtim e Espinosa (BENDASSOLLI, 2011; CLOT, 2010a; LEÃO, 2012; LHUILIER, 2011). Essa perspectiva propõe o trabalho como uma ação situada – não apenas em circunstâncias do presente, mas também historicamente, tanto no âmbito social como no pessoal, de um sujeito que é psicológico, social e cultural (bem como em seu corpo) (CLOT, 2007).

Na Clínica da Atividade, portanto, vislumbra-se um sujeito que, ao agir, pode construir significados sobre sua ação realizada, mas não só isso: esse sujeito pode reformular e reelaborar formas de proceder, principalmente a partir do coletivo de trabalho (CLOT, 2010a; PINHEIRO *et al.*, 2016). Para essa abordagem, esse coletivo se faz importante nos processos de trabalho, pois “provê ferramentas para ação ao criar enunciados que se estabilizam em normas tácitas sobre como reagir diante do lapso em que se encontra o trabalhador quando toma sua tarefa e se dirige ao posto de trabalho” (PINHEIRO *et al.*, 2016, p. 121). Esses aspectos relacionados à Clínica da Atividade serão tratados com maior aprofundamento em capítulos posteriores.

A vinculação da pesquisadora com essa temática remete ao interesse que surgiu desde a Graduação em Psicologia, e que foi ampliado em outras experiências. As disciplinas Psicologia e Relações de Trabalho I e II, promovidas pela professora Dr.^a Cristina Camelo de Azevedo durante o 6º e 7º semestres da graduação, permitiram o primeiro contato com a abordagem das Clínicas do Trabalho. Percebi seu potencial crítico e de inclusão dos trabalhadores, e isso foi algo marcante na forma como passei a ver o trabalho e as relações que o cercam.

Em seguida, tive a oportunidade de participar do projeto de extensão intitulado “Atenção Integral ao Colaborador de Telemarketing Institucional”, grupo com proposta interdisciplinar para promoção de saúde no ambiente de trabalho, promovido pela Universidade Estadual de Ciência de Saúde de Alagoas, no ano de 2016. As inquietações sobre a atuação das trabalhadoras me impulsionaram a refletir sobre a participação delas no planejamento das modificações em seu ambiente de trabalho, onde estariam suas vozes e quando seus conhecimentos sobre as próprias práticas seriam ouvidas, levadas em conta e utilizadas nas intervenções.

Posteriormente, em minha experiência de estágio obrigatório da graduação no Setor de Humanização da Saúde, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU/AL), pude experimentar um rico ambiente de trabalho, que reacendeu uma questão que me fez começar a construir um desenho de pesquisa, qual seja: como um grupo que pretende auxiliar as práticas dos setores/unidades de saúde, com base na Política Nacional de Humanização da Saúde, política essa que preza pelo diálogo e pelo protagonismo do trabalhador e usuário, tem dificuldades para promover diálogo e protagonismos em seu próprio grupo de trabalho? Os questionamentos continuam, e hoje, sigo em busca das pistas da Clínica da Atividade para tentar responder alguns deles.

Diante do exposto brevemente, e tendo como base a perspectiva da Clínica da Atividade, de origem francófona, datada historicamente como uma das abordagens Clínicas do Trabalho com maior destaque na atualidade (BENDASSOLLI, 2011; CLOT, 2007; 2010a; LEÃO, 2012; LHUILIER, 2011), surgem os seguintes questionamentos que direcionam esta pesquisa: qual o cenário atual de produção acadêmica acerca das Clínicas do Trabalho no Brasil? Como se encontra, especificamente, o contexto de produção e atuação a partir da Clínica da Atividade no Brasil? Qual o papel dessa abordagem diante das configurações do trabalho? Como são as propostas dessa abordagem frente às mudanças no mundo do trabalho – que incluem relações interpessoais, questões trabalhistas, culturais e políticas – ampliadas com a globalização, adoecimentos e o surgimento de novas tecnologias? Quais as rupturas e continuidades na atuação do clínico da atividade e na própria abordagem em face dessas alterações?

Para responder tais questões, objetiva-se realizar a Metassíntese da produção acadêmica acerca das Clínicas do Trabalho e, em específico, traçar o mapeamento histórico, geográfico e institucional das produções acadêmicas sobre a Clínica da Atividade no Brasil, bem como identificar os aspectos teórico-metodológicos dessas produções e as principais atividades profissionais estudadas pela Clínica da Atividade no Brasil e elementos de destaque em cada uma delas.

Destaca-se a relevância de estudo e desenvolvimento de práticas baseadas na Clínica da Atividade, por se tratar de uma proposta em que o trabalho ocupa uma função psicológica específica na vida dos sujeitos, que pode ser fonte de saúde ou de adoecimento (CLOT, 2007). Além disso, percebe-se ser uma abordagem que se alinha com o disposto na Portaria nº 1823 de 23 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (BRASIL, 2012) e propõe, para fins de implementação da Política, a articulação entre:

- I - as ações individuais, de assistência e de recuperação dos agravos, com ações coletivas, de promoção, de prevenção, de vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, e de intervenção sobre os fatores determinantes da saúde dos trabalhadores;
- II - as ações de planejamento e avaliação com as práticas de saúde; e
- III - o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais (n.p.).

Como é possível observar no inciso III, para a implementação dessa política pública, é necessário levar em conta o conhecimento dos trabalhadores sobre sua própria atividade de trabalho. Esse aspecto, dentre outros pontos propostos na referida portaria, está em consonância com o compromisso ético da Clínica da Atividade de considerar os trabalhadores como protagonistas da análise, desenvolvimento e mudança no ambiente de trabalho (OSÓRIO DA SILVA, 2014; CLOT, 2007).

Na presente proposta de pesquisa, devemos considerar que além do exposto acima, o contexto social e político de precarização das condições de trabalho, de modificações de direitos trabalhistas e das relações de trabalho são fatores relevantes. Nesse sentido, destaca-se a inclusão do Brasil no *ranking* dos 10 piores países no mundo para os trabalhadores (lista elaborada no novo *Global Rights Index*, da Confederação Sindical Mundial), em decorrência das modificações acima citadas, que incluem a adoção de leis regressivas, repressão violenta de greves e protestos, o enfraquecimento sindical – por meio da Lei nº 13.467/2017 (BRASIL, 2017) –, ameaças e intimidação de líderes sindicais (RASSEGNA SINDACALE, 2019).

Adicionados a esses aspectos, podemos pensar no *boom* tecnológico que invade os locais de trabalho e os preceitos neoliberalistas que assolam o mercado brasileiro, que

demonstram a importância de dedicarmos-nos às questões do trabalho, como profissionais e pesquisadores (VENCO, 2019). Dessa forma, o debate aqui proposto poderá realizar uma crítica interna à produção acadêmica, evidenciar fragilidades e potencialidades da Clínica da Atividade.

Assim, a presente dissertação está estruturada da seguinte maneira:

Introdução, em que se apresenta a relação entre Psicologia e trabalho, as principais questões presentes no debate do trabalho na atualidade, objetivos, justificativa e relevância da realização desta pesquisa.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos e seus pressupostos teóricos, éticos e políticos. Apresenta, ainda, os procedimentos e estratégias na condução do estudo, as etapas da Metassíntese (OLIVEIRA *et al.*, 2017), as opções para o levantamento, mapeamento, descrição e interpretação de artigos científicos brasileiros.

O terceiro capítulo descreve detalhadamente o *corpus* da pesquisa, os artigos e as revistas em que foram publicados, ano de publicação, área das revistas em destaque, descritores relevantes, vinculação institucional e procedência geográfica, temáticas abordadas e atividades discutidas nas pesquisas.

O quarto capítulo diz respeito a um primeiro momento da interpretação, e traz as reflexões que se apresentam em forma de exposição e articulação dos aspectos teóricos dos artigos selecionados para essa etapa de análise.

O quinto capítulo dá continuidade à etapa de interpretação e apresenta a discussão acerca das atividades profissionais identificadas nos artigos, divididas por subtópicos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, as referências que subsidiaram nossa trajetória de reflexão e, em seguida, o apêndice.

A seguir, estão delineadas as estratégias metodológicas deste estudo.

2 MÉTODO: Metassíntese em destaque

Neste capítulo, são discutidos os aspectos metodológicos deste trabalho. Para alcançar os objetivos propostos, este estudo partiu da perspectiva qualitativa de pesquisa, na qual o pesquisador busca entender e interpretar os sentidos e significados de um conceito, contexto ou fenômeno. Nesse tipo de pesquisa, os métodos e teorias devem se adequar ao objetivo de pesquisa em questão e pode-se considerar a dimensão subjetiva do pesquisador na análise dos resultados, sendo possível realizar análises em diferentes concepções (CRESWELL, 2010; FLICK, 2009; TURATO, 2008). É importante destacarmos que, segundo Turato (2008), o pesquisador qualitativista é tido como instrumento principal de coleta e registro dos dados, pois são as suas percepções que apreendem os fenômenos para que ele os represente e elabore – sendo importante a descrição de todo o processo e as etapas da pesquisa de forma detalhada, que demarcam os aspectos éticos dessa postura.

A partir dessa perspectiva, realizou-se a Metassíntese da produção acadêmica acerca das Clínicas do Trabalho e, em específico, o mapeamento histórico, geográfico e institucional das produções acadêmicas sobre a Clínica da Atividade no Brasil, a fim de identificar os aspectos teórico-metodológicos e as principais atividades profissionais estudadas pela Clínica da Atividade. Para a realização de uma pesquisa desse tipo, Turato (2008) propõe que o pesquisador adote uma postura investigativa, que o leve a compreender em profundidade o que está posto no material a ser analisado e que o permita conhecer os sentidos e significados presentes no material encontrado.

A escolha da Metassíntese para esse estudo se deu porque essa estratégia metodológica proporciona uma interpretação dos resultados encontrados nas pesquisas e em áreas do conhecimento determinadas. A contribuição desse tipo de revisão qualitativa (CANUTO, 2017) para a produção acadêmica e científica se mostra através dos trabalhos desenvolvidos pelos membros do Grupo de Pesquisa Epistemologia e Ciência Psicológica, do qual faço parte. As pesquisas provenientes dos membros deste grupo, que utilizam a Metassíntese, subsidiam e permitem atualizações e aprimoramentos a cada novo estudo (BASTOS, 2014; CANUTO, 2017; FALCÃO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2017; OLIVEIRA; BASTOS, 2017; TRANCOSO, 2012).

Essa investigação foi conduzida com o intuito de gerar reflexões e sínteses a partir das produções de autores relevantes na Clínica da Atividade (OLIVEIRA *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2015). Esse movimento oferece a oportunidade de serem estabelecidas continuidades e rupturas entre as obras, em que se evidenciam as “aproximações ou distanciamentos,

consonâncias ou discordâncias, sínteses e antíteses para a proposição de uma nova tese” (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 72). Assim, a Metassíntese qualitativa, segundo Matheus (2009), pode ser definida como a integração interpretativa de um material teórico encontrado previamente, seguido de uma síntese interpretativa dos dados.

Ainda segundo a autora supracitada (2009), é importante salientar que essa síntese vai além da mera soma de cada material, uma vez que oferece uma nova interpretação dos resultados obtidos, pois se trata de inferências derivadas de todo o material analisado. Ela integra os dados a fim de alcançar um nível teórico de compreensão mais desenvolvido. É dessa forma que os dados das pesquisas primárias podem ser lidos, estudados, analisados e relacionados entre si, buscando as convergências e divergências, por exemplo. Logo, a função da Metassíntese, a partir do ponto de vista qualitativo, é a de fortalecer o papel de estudos qualitativos nas pesquisas e otimizar a aplicabilidade dos seus resultados, explorando uma gama de conhecimentos para fundamentar a teoria, a prática e a pesquisa, bem como promover uma crítica interna à ciência – o que justifica sua escolha para essa pesquisa e mostra sua importância frente ao cenário científico (CANUTO, 2017; FALCÃO *et al.*, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Sendo assim, para dar seguimento à pesquisa de modo a favorecer o processo de investigação aqui proposto, a Metassíntese foi realizada em cinco etapas: Exploração, Cruzamento, Refinamento, Descrição e Interpretação (OLIVEIRA *et al.*, 2017). A fase da Exploração diz respeito ao primeiro movimento para a composição da amostra. Trata-se da definição dos descritores, fontes de acesso e documentos a serem analisados que auxiliem ao alcance dos objetivos da pesquisa.

Nesta pesquisa, para a etapa de Exploração, escolheu-se por realizar o levantamento, mapeamento e análise da produção acadêmica sobre as Clínicas do Trabalho e, especificamente, a Clínica da Atividade, por meio de artigos acadêmicos indexados nas seguintes bases de dados online: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A escolha por uso do material disponível em formato digital e com disponibilidade *online* se deu pela possibilidade de rápido e amplo acesso dos artigos em circulação, bem como pelo seu papel de principal difusor da produção científica.

A *SciELO* é uma “biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros”³ e é resultado de projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) junto ao Centro Latino-Americano e do Caribe

³ <https://scielo.org/pt>

de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), e que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A escolha pela base de dados foi pelo fato de proporcionar um largo acesso a coleções de periódicos como um todo, bem como a fascículos de cada título de periódico e a textos completos dos artigos brasileiros originais e de acesso gratuito. Assim, a plataforma pode proporcionar acesso a uma vasta quantidade de artigos científicos, alvos de investigação desta pesquisa.

Já a BVS trata-se de uma iniciativa do Ministério da Saúde brasileiro, BIREME, Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e de instituições nacionais que tem como objetivo “convergir as redes temáticas brasileiras da BVS e integrar suas redes de fontes de informação em saúde, fortalecendo-as e dando visibilidade às mesmas por meio do Portal da BVS Brasil”^{4,5}. No *site*, estão disponíveis a pesquisa ao acervo físico e digital de livros, cartilhas, manuais, revistas, cartazes, pôsteres, políticas, programas nacionais, legislação, teses e dissertações, além de outros serviços. A escolha pela BVS se deu pela plataforma proporcionar acesso livre ao material a ela indexado (pesquisas no âmbito da saúde) com enfoque nacional e internacional.

Para se chegar às publicações, primeiramente foram utilizados descritores correspondentes às Clínicas do Trabalho e suas respectivas abordagens: “clínicas do trabalho”, “clínica do trabalho”, “ergologia”, “ergológico”, “ergológica”, “psicodinâmica do trabalho”, “clínica da atividade”, “psicossociologia do trabalho” e “psicologia social do trabalho”. A busca foi restrita a todas as publicações feitas até o ano de 2018, tendo em vista o ano de início desta pesquisa e seu desenvolvimento. Foram utilizados os filtros “textos completos em português”, termos encontrados nos títulos, resumos ou descritores e apenas artigos no portal BVS. No *SciELO*, foram utilizados os filtros para que fossem apresentados apenas textos em português e tipo de literatura “artigo”. Seguiram para a próxima etapa os textos que possuíam em seu título, resumo, descritores ou corpo do texto alguma das expressões descritas e foram publicados no intervalo de tempo informado, que totalizaram **1.029 artigos acadêmicos** (somando-se os resultados das duas bases de dados).

Foram elaboradas tabelas, com o auxílio do *software* Microsoft® Office Excel, contendo todo o material encontrado para, a partir disso, ser dado seguimento ao tratamento dos dados. Nas tabelas que dão base a essa análise, foram criadas colunas identificando todos os títulos dos artigos, *links* de acesso de cada publicação, o descritor a partir do qual esse texto foi encontrado, a base de dados em que estava indexado, o periódico ao qual o artigo está

⁴ <http://bvsmis.saude.gov.br/o-que-e-a-bvs-ms>

⁵ <http://brasil.bvs.br/>

vinculado e o ano de sua publicação. Essas informações são importantes de serem destacadas, pois são utilizadas nas etapas posteriores.

O próximo passo adotado foi o Cruzamento, que se trata de uma análise comparativa entre os documentos com o objetivo de verificar se há duplicidade no material coletado, o que evita imprecisão nos resultados. Portanto, nesta pesquisa, o Cruzamento foi feito para averiguar repetição de material intradescritores, interdescritores e entre as bases de dados utilizadas. Na primeira parte do Cruzamento, foram lidos todos os títulos dos artigos separados por bancos de dados, organizados em ordem alfabética, para excluírem-se as duplicidades, o que diminuiu consideravelmente a quantidade de material. A seguir, são apresentados nas Tabelas 1 e 2 os dados quantitativos obtidos a partir da etapa de Exploração e Cruzamento inicial, com as diferentes bases de dados utilizadas.

Tabela 1 – Levantamento na base de dados *SciELO*

Descritor	Quantidade inicial	Repetições	Total
Clínicas do trabalho	15	2	13
Clínica do trabalho	15	1	14
Ergologia	81	14	67
Ergológico	9	2	7
Ergológica	43	8	35
Psicodinâmica do trabalho	149	28	121
Clínica da atividade	30	2	28
Psicossociologia do trabalho	2	0	2
Psicologia Social do Trabalho	13	1	12
Total geral			299

Fonte: autora (2019).

Tabela 2 – Levantamento na base de dados BVS

(continua)

Descritor	Quantidade inicial	Repetições	Total
Clínicas do trabalho	35	9	26
Clínica do trabalho	44	18	26
Ergologia	75	3	72
Ergológico	10	2	8
Ergológica	44	7	37

			(continuação)
Psicodinâmica do trabalho	313	80	233
Clínica da atividade	93	37	56
Psicossociologia do trabalho	14	2	12
Psicologia Social do Trabalho	44	16	28
Total geral			498

Fonte: autora (2019).

Como é possível de observar, excluindo as repetições intradescritores, o descritor “Psicodinâmica do Trabalho” foi o que gerou o maior número de resultados em ambas as bases de dados (*SciELO* = 121 e *BVS* = 233), seguido do descritor “Ergologia” (*SciELO* = 67 e *BVS* = 72), enquanto “Ergológico” (*SciELO* = 7 e *BVS* = 8) e “Psicossociologia do Trabalho” (*SciELO* = 2 e *BVS* = 12) foram os que forneceram os menores números. Além disso, destaca-se que o quantitativo total de obras passou de 1.029 para 797 nesse momento.

Em seguida, a partir do processo de Cruzamento interdescritores e entre bancos de dados, os resultados foram os seguintes⁶:

Tabela 3 – Resultado do Cruzamento interdescritores e entre bancos de dados

Descritor	Base de dados		Total
	BVS	SciELO	
Clínica do trabalho	22	2	24
Clínicas do trabalho	29	7	36
Ergologia	62	52	114
Ergológica	16	9	25
Ergológico	3	1	4
Psicodinâmica do Trabalho	184	28	212
Clínica da Atividade	53	10	63
Psicologia Social do Trabalho	28	1	29
Psicossociologia do Trabalho	10	1	11
Total geral			518

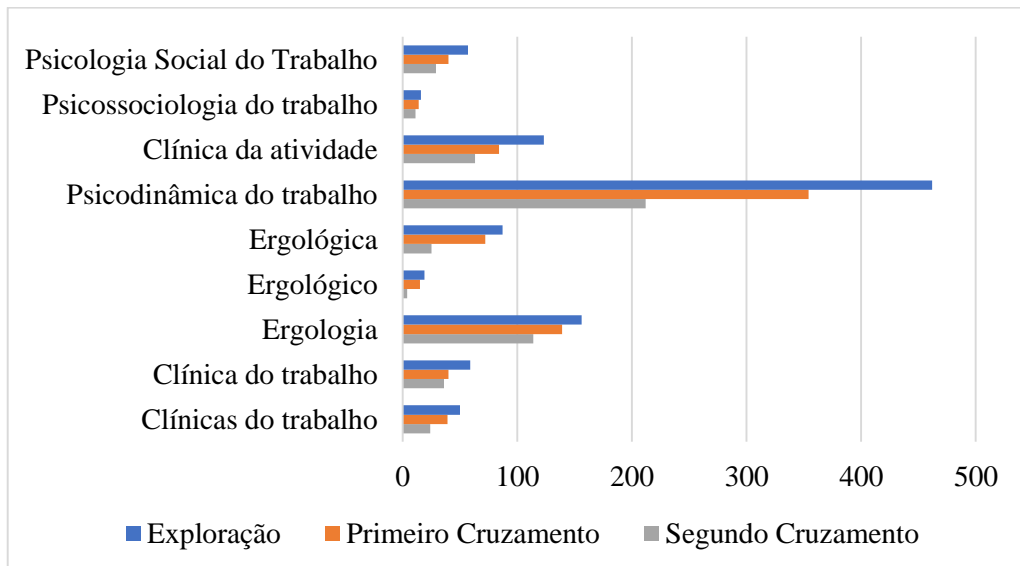
Fonte: autora (2019).

⁶ A detecção de repetição interdescritores de artigos foi possível por meio da leitura dos títulos.

Dessa forma, após a exclusão de 232 artigos repetidos na primeira parte do Cruzamento (*SciELO*= 58 e *BVS*= 174), o segundo momento do procedimento diminuiu a amostra de uma quantidade total de 797 artigos para 518 (exclusão de 279 artigos, sendo 188 do banco de dados formado a partir da plataforma *SciELO* e 91 do banco de dados formado a partir do *BVS*), levando a uma diminuição significativa da amostra.

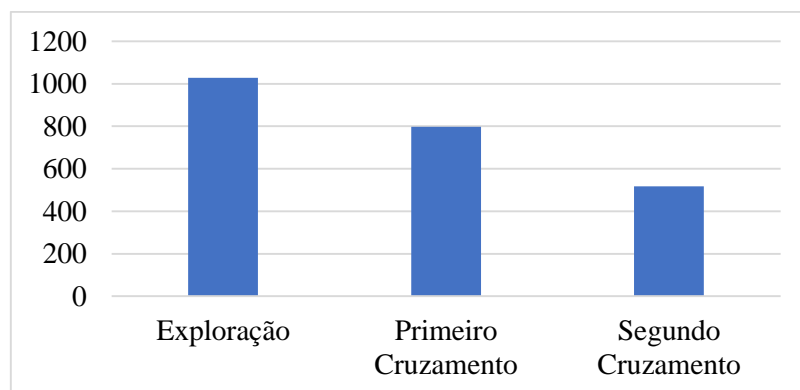
O Gráfico 1, a seguir, apresenta a variação da quantidade de artigos, de acordo com a primeira etapa (Exploração), seguida dos dois momentos de Cruzamento, descritos anteriormente. A quantidade está apresentada por descritor, sendo aglutinados os números referentes ao obtido através das duas bases de dados em questão (*BVS* e *SciELO*). No Gráfico 2, observamos o número de publicações totais de acordo com as etapas de tratamento dos dados.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos por descritores



Fonte: autora (2019).

Gráfico 2 – Total geral de publicações durante o desenvolvimento das etapas



Fonte: autora (2019).

Destaca-se, aqui, a escolha por realizar as etapas de Cruzamento antes do Refinamento, tendo em vista a diminuição do quantitativo demonstrado pelos Gráficos 1 e 2. Essa escolha foi feita para otimizar o tempo de pesquisa, uma vez que as próximas etapas da pesquisa exigem leitura dos títulos, resumos e descritores do material coletado. Portanto, percebe-se a importância do desenvolvimento do Cruzamento numa pesquisa do tipo teórica de base qualitativa, que utilize a Metassíntese como abordagem metodológica, pois auxilia a acurar os resultados e otimizar o material da amostra a ser analisada.

Em seguida, realizou-se o Refinamento do material, momento no qual se inicia o tratamento propriamente dito dos dados, em que o volume da amostra foi reduzido consideravelmente. Tendo em vista o recorte da pesquisa, do interesse sobre a temática da Clínica da Atividade, foi feito um primeiro Refinamento, em que foram lidos os títulos, resumos e descritores dos artigos encontrados a partir dos termos “Clínica do Trabalho”, “Clínicas do Trabalho” e “Clínica da Atividade” (Tabela 4), descritores que indicam o uso dessa abordagem.

Tabela 4 – Quantitativo obtido através do primeiro Refinamento

Descritor	Total
Clínica do trabalho	24
Clínicas do trabalho	36
Clínica da atividade	63
Total geral	123

Fonte: autora (2019).

A escolha desses descritores se deu pelo interesse de investigação e a aproximação da pesquisadora com a abordagem específica da Clínica da Atividade. Além disso, é importante considerar que uma Metassíntese dos 797 artigos encontrados a partir de todos os descritores, até aqui apresentados, ultrapassaria o tempo de pesquisa do curso de Mestrado, que é de 24 meses. Todavia, essas informações são relevantes e constituem material que será preservado e considerado para o desenvolvimento de pesquisas futuras em consulta ao banco de dados criado pela pesquisadora.

Num segundo movimento de Refinamento, a leitura flutuante dos títulos, resumos, descritores e corpo do texto do recorte apontado foi realizada com a intenção de verificar se os artigos em questão estavam, de fato, ancorados na abordagem da Clínica da Atividade. Por exemplo: o estudo “Avaliação clínica da atividade dos músculos mastigatórios durante a

mastigação habitual - um estudo sobre a normalização de dados eletromiográficos” (KROLL; BÉRZIN; ALVEZ, 2010), acessado a partir do descritor “clínica da atividade”, foi excluído da amostra final de análise a partir da leitura do título e do resumo, uma vez que dizia respeito aos processos clínicos da atividade mastigatória, afastando-se dos objetivos dessa pesquisa. Por sua vez, o artigo intitulado “A linguagem na análise da atividade: formas de realização e funções psicológicas” (KOLTUSKI, 2013), acessado pelo mesmo descritor, permaneceu no banco de dados a ser analisado porque, a partir da leitura do título e do resumo, demonstrou adequação ao que aqui é proposto, uma vez que parte do referencial teórico da Clínica da Atividade. As publicações que não forem incluídas na análise são guardadas no banco para futuros estudos. Desta forma, aplicados os filtros descritos anteriormente, reduziu-se mais uma vez a amostra para **81 artigos** acadêmicos brasileiros.

A Tabela 5 a seguir traz um panorama quantitativo das publicações alcançadas a partir de cada etapa da Metassíntese:

Tabela 5 – Quantitativo de artigos por etapa da Metassíntese

Etapa	Quantitativo
Exploração	1.029
Primeiro Cruzamento	797
Segundo Cruzamento	518
Primeiro Refinamento	123
Segundo Refinamento	81

Fonte: autora (2019).

Desta forma, percebe-se que a amostra inicial sofreu uma redução para aproximadamente 7,88% da sua quantidade total até chegar à segunda etapa de Refinamento, passando por todas as etapas anteriormente descritas. Destaca-se a importância, portanto, de serem seguidas tais etapas para o desenvolvimento desta pesquisa, de forma progressiva e sistematizada, uma vez que auxiliam no alcance de uma amostra mais acurada com os objetivos propostos.

A etapa seguinte diz respeito à Descrição, apresentada no Capítulo 3, na qual objetiva-se conhecer a amostra por meio dos dados que identificam cada documento. Assim, o material refinado e descrito no capítulo seguinte contempla **81 artigos**, que foram submetidos à leitura flutuante e, em seguida, descritos. Nessa etapa, utilizou-se os seguintes pontos de identificação:

revista, ano de publicação, descritor associado, temas abordados, atividades profissionais apresentadas nas pesquisas, distribuição geográfica e vinculação institucional. Foram discutidos, ainda, os escopos das revistas com maior incidência de publicação da abordagem, suas áreas de publicação e sua classificação a partir do Qualis CAPES.

A última etapa é a de Interpretação, em que ocorre a apropriação do material encontrado e selecionado. Aqui, o objetivo é de chegar além de informações descritivas, alcançando a compreensão mais aprofundada do conteúdo do material, que foi estudado minuciosamente. Para isso, a autora articulou os dados encontrados, estabeleceu conexões entre as ideias e os textos e confrontou as informações apresentadas, indo além do que foi apresentado em cada publicação. Pretende-se, portanto, com a interpretação, chegar à compreensão que está entre elas, por meio de uma ação interpretativa que supera a síntese, que gera um novo conhecimento a partir do que já foi produzido e propõe uma crítica à produção científica internamente.

Assim, conforme sugestão da banca examinadora, por ocasião do exame de qualificação, os 81 artigos apresentados na etapa de Descrição foram submetidos, posteriormente, a um novo refinamento⁷, em que foram usados, como critério de permanência nesta pesquisa, aqueles que se dedicaram a estudar atividades profissionais a partir de pesquisa prática. A partir dessa seleção, 27 artigos seguiram para a fase de interpretação. Esses foram lidos de maneira integral, seguindo uma sequência temporal de análise, ou seja, seguindo a ordem cronológica de publicação.

Para realizar a análise e interpretação desses artigos, utilizamos a proposta metodológica dos Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013; AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015), que direcionou o “processo de apreensão de sentidos e significados” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 58) apresentados nos artigos que formam o *corpus* dessa análise. O método em questão, de acordo com os autores, tem como base o materialismo histórico-dialético e a teoria sócio-histórica de Vigotski (2000; 2010), e subsidia o movimento de interpretação e análise da pesquisadora dos dados de pesquisa a partir dessa perspectiva teórica, uma vez que considera que os elementos centrais das maneiras de significação da realidade não estão ao seu alcance direto e imediato – ou seja, são mediadas –, permitindo passar, através do método, “da aparência das palavras (significados) para sua dimensão concreta (sentidos)” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p. 61).

A proposta em questão é dividida em 3 procedimentos (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013; AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015): 1) levantamento de pré-indicadores; 2)

⁷ O último processo de Refinamento será descrito no Capítulo 4.

sistematização dos indicadores; e 3) sistematização dos núcleos de significação. É importante ressaltar que a proposta de utilização dos Núcleos de Significação foi concebida a partir de estudos com sujeitos, em pesquisas práticas que analisam entrevistas. Neste trabalho nos propomos a repensar essa proposta para a análise de documentos, ou seja, o estudo de artigos científicos. Considerou-se a adaptação por identificar que existem elementos passíveis de observação, análise e interpretação nos objetos dessa pesquisa a partir da mesma perspectiva teórica, levando em consideração que partem dos mesmos pressupostos e fundamentos.

Tendo isso em vista, trazemos a definição de Aguiar e Ozella de pré-indicadores, que se referem a eles como “trechos de fala compostos por palavras articuladas que compõem um significado” (2013, p. 309). Sendo assim, neste estudo, a etapa de levantamento dos pré-indicadores aconteceu a partir da leitura fluente dos artigos, destacando trechos dos textos que trouxessem, em seu conjunto, significados relevantes para o estudo e atuação a partir da Clínica da Atividade. Esse destaque aconteceu a partir da recomendação de Aguiar e Ozella (2006), que enfatizam que “um critério básico para filtrar esses pré-indicadores é verificar sua importância para a compreensão do objetivo da investigação” (p. 230).

Em seguida, a partir de uma segunda leitura, foi feita a aglutinação dos pré-indicadores por meio da similaridade, da complementaridade ou da contraposição (AGUIAR; OZELLA, 2006), o que gerou os indicadores: aspectos teóricos-metodológicos e atividades profissionais. É importante ressaltar que esse movimento de aproximação e distanciamento já caracteriza uma etapa do processo de análise, ainda que não interpretativa, mas que norteia o começo da formação dos núcleos de significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Ressalta-se, por fim, que na Metassíntese, é de grande importância que o pesquisador veja a leitura como uma forma de estabelecer um diálogo com o que se lê, apropriando-se do que foi lido para expandir e gerar possibilidades de análise em relação ao seu objeto de estudo. Isso pode abrir um caminho interativo entre o(a) leitor(a) e a obra. Assim, a partir desse ponto de vista, e partindo da proposta dos Núcleos de Significação, iniciou-se uma leitura mais aprofundada do material encontrado, realizando apontamentos a respeito de cada obra e fazendo-o como se todo esse conjunto de observações formassem um só texto, buscando conexões, divergências, complementaridade e interdependência de ideias, reforçando-se as categorias de análise a serem estabelecidas quando em contato com o conjunto de publicações (OLIVEIRA *et al.*, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2017).

A seguir, será apresentada detalhadamente a etapa de descrição inicial de 81 artigos, com ênfase às revistas científicas em que foram publicadas no contexto brasileiro.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CLÍNICA DA ATIVIDADE NO BRASIL: Uma descrição de artigos, periódicos científicos e temáticas

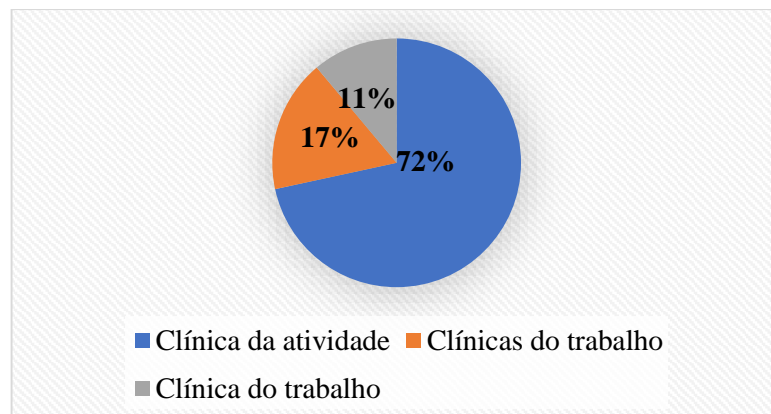
O mapeamento das produções acadêmicas acerca da Clínica da Atividade, aqui descritas a partir da leitura flutuante, elenca as principais características dos 81 artigos obtidos através das três primeiras etapas da Metassíntese (Exploração, Cruzamentos e Refinamentos). Nesta descrição, as categorizações (MINAYO, 2012) iniciais foram indicadas por “elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si” (GOMES, 1994, p. 35). Auxiliando, assim, no processo de definição de pré-indicadores (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013; AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015).

Para fins de melhor apresentação e visualização dos dados, este capítulo está dividido nos seguintes tópicos: mapeamento por descritor, mapeamento histórico, por periódico, por temática abordada, por interlocutores/participantes das pesquisas e vinculação institucional e procedência geográfica. Vale destacar que a descrição e análise dos aspectos de financiamento da pesquisa, sugeridos pela banca na ocasião do Exame de Qualificação, não foi possível de ser realizada em razão de os artigos não apresentarem essas informações nos textos lidos, o que leva-nos a questionar sobre a possibilidade do não financiamento ou a não apresentação da informação. Nesse sentido, sugerimos que as revistas incentivem, fortemente, a inclusão dessa informação nos artigos.

3.1 Mapeamento por descritor

No que diz respeito ao número de artigos encontrados por descritor, podemos observar o Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 – Porcentagem de artigos associados por descritor



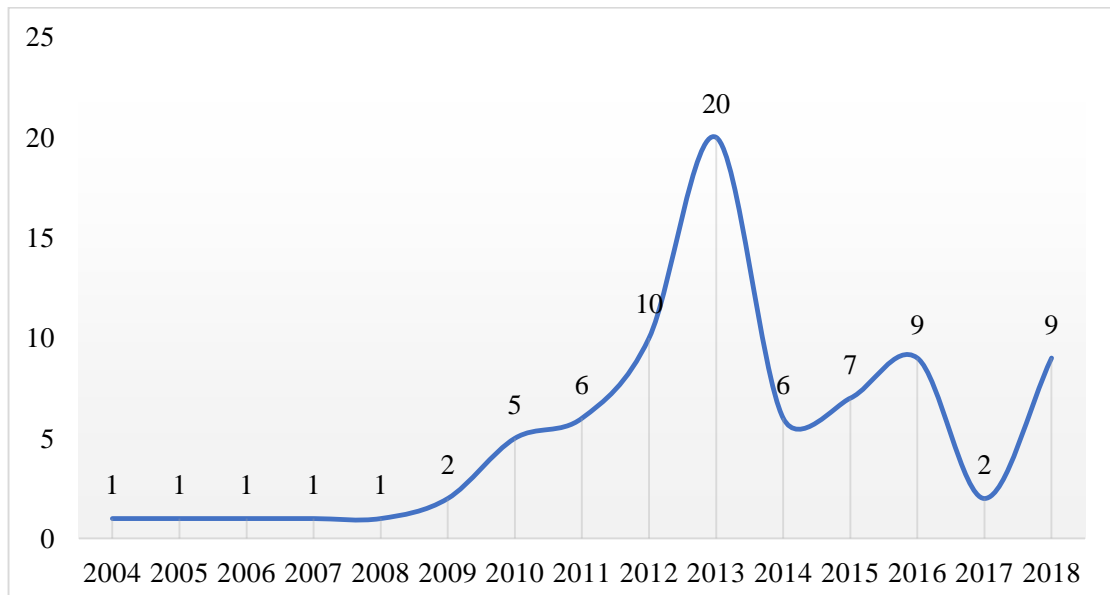
Fonte: autora (2019).

Observa-se que o descritor “Clínica da Atividade” foi o que mais proporcionou acessar os artigos relacionados à abordagem, totalizando 58 publicações, seguido de “Clínicas do Trabalho” (14 artigos) e “Clínica do Trabalho” (9 artigos). É importante levar-se em consideração que, nos casos de repetição de artigos na etapa de Cruzamento interdescritor, o artigo selecionado foi associado ao descritor com maior quantidade de publicações.

3.2 Mapeamento histórico

A partir de um olhar mais aproximado das produções do que nas etapas anteriores, os aspectos históricos do *corpus* da pesquisa podem ser observados no Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Distribuição anual de publicações sobre a abordagem da Clínica da Atividade



Fonte: autora (2019).

Como pode ser observado no Gráfico 4 acima e com base no levantamento aqui realizado, apesar de não ter sido delimitado ano inicial para a Exploração nas bases, a produção mais antiga encontrada foi do ano de 2004, intitulada “Trabalho em saúde em tempos de biopoder” (MAIA; OSÓRIO, 2004). Guardadas as possibilidades de publicação do tipo física, destaca-se que a publicação brasileira *online* mais antiga que trata da abordagem da Clínica da Atividade foi feita 14 anos após o desenvolvimento desta pelo seu precursor Yves Clot (CLOT, 2010a). Destaca-se quantitativamente, no material analisado, o ano de 2013 com o maior número de publicações (20 artigos), seguido dos anos de 2012 (10 artigos), 2016 e 2018 (9 artigos cada).

3.3 Mapeamento por periódico

Os 81 artigos selecionados estão distribuídos em 29 revistas⁸ em que foram publicados. São elas: Arquivos Brasileiros de Psicologia, Barbarói, Cadernos de Pesquisa, Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Cadernos EBAPE.BR, Ciência & Cognição, Ciência & Saúde Coletiva, Estudos de Psicologia, Estudos e Pesquisas em Psicologia, Fractal: Revista de Psicologia, Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, Laboreal, Pesquisas e Práticas Psicossociais, Psico, Psicologia & Sociedade, Psicologia em Estudo, Psicologia em Revista, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia USP, Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia: Teoria e Prática, Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, Revista de Administração de Empresas, Revista de Psicologia, Revista Mal Estar & Subjetividade, Revista Polis e Psique, Trabalhos em Linguística Aplicada e Universitas Psychologica. A Tabela 6 abaixo traz a distribuição do material dentre os 29 periódicos:

Tabela 6 – Distribuição dos artigos por revista

(continua)

Revista	Quantidade de artigos
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	22
Fractal: Revista de Psicologia	8
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	4
Revista Polis e Psique	4
Arquivos Brasileiros de Psicologia	3
Psicologia & Sociedade	3
Psicologia em Revista	3
Psicologia: Ciência e Profissão	3
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	3
Barbarói	2
Ciência & Saúde Coletiva	2
Estudos de Psicologia	2

⁸ Vale ressaltar que não houve exclusão de artigos, nesta pesquisa, de acordo com a qualificação da revista quanto ao Qualis. Ou seja: todos os artigos encontrados e selecionados foram adicionados ao *corpus* desta pesquisa independentemente do Qualis da revista em que foi publicado.

	(continuação)
Estudos e Pesquisas em Psicologia	2
Laboreal	2
Revista de Psicologia	2
Trabalhos em Linguística Aplicada	2
Universitas Psychologica	2
Cadernos de Pesquisa	1
Cadernos EBAPE.BR	1
Ciência & Cognição	1
Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	1
Pesquisas e Práticas Psicossociais	1
Psico	1
Psicologia em Estudo	1
Psicologia Escolar e Educacional	1
Psicologia USP	1
Psicologia: Teoria e Prática	1
Revista de Administração de Empresas	1
Revista Mal Estar & Subjetividade	1

Fonte: autora (2019).

Destaca-se, aqui, a revista “Cadernos de Psicologia Social do Trabalho” como o principal meio de divulgação acadêmica do material analisado, com 22 artigos vinculados a ela. Em seguida, temos a “Fractal: Revista de Psicologia” (8 artigos), “Revista Brasileira de Saúde Ocupacional e Revista Polis e Psique” (ambas com 4 artigos cada). Tendo em vista os 4 periódicos que mais se evidenciaram na pesquisa, apresento, a seguir, uma breve descrição do escopo de cada uma delas.

3.3.1 Cadernos de Psicologia Social do Trabalho

Os Cadernos de Psicologia Social do Trabalho⁹ tratam-se de um periódico semestral, vinculado à Universidade de São Paulo (USP), de caráter interdisciplinar, cujo principal interesse de publicação é o de disseminar a produção científica acerca do campo do trabalho e de processos organizativos, através do olhar e das leituras da Psicologia Social e das Ciências

⁹ <http://www.revistas.usp.br/cpst/about>

Humanas e Ciências Sociais com base num pensamento crítico. Além disso, dão destaque ao ponto de vista dos trabalhadores e a enfoques que deem centralidade à categoria trabalho. Priorizam, ainda, a publicação de trabalhos que tragam reflexões sobre a concretude das situações de trabalho, buscando sua transformação. A revista publica artigos originais, ensaios teóricos, resenhas de livros, entrevistas e traduções, e é de acesso livre. O primeiro volume *online* disponibilizado no site próprio data do ano de 1998. Para a Psicologia, foi classificada com Qualis B2 no quadriênio 2013-2016¹⁰.

3.3.2 Fractal: Revista de Psicologia

A Fractal¹¹ trata-se de uma revista quadrimestral de acesso livre que busca disseminar e discutir a produção acadêmica e científica das diferentes vertentes da Psicologia. Além disso, procura estimular o diálogo com diferentes áreas do conhecimento através de temas que atravessem a temática da subjetividade. Publica relatos de pesquisa, estudos teóricos, relatos de experiência profissional, depoimentos e debates. Está vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF), teve sua primeira publicação impressa no ano de 1989, mas disponibilizou acesso *online* aos artigos publicados a partir de 2008, e apresenta classificação Qualis B1 para a Psicologia no quadriênio 2013-2016⁷.

3.3.3 Revista Brasileira de Saúde Ocupacional

A RBSO¹² é um periódico de acesso e submissão gratuitos, vinculada à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), que se destina à divulgação de pesquisas sobre Segurança e Saúde do Trabalhador que venham a discutir e contribuir para a compreensão e melhoria de políticas públicas relacionadas às temáticas de interesse. Sua primeira publicação impressa data de 1973, e a *online* em 2003, sempre buscando articular conteúdos atuais e diversificados em sua composição. Publica artigos, revisões, ensaios, relatos de experiência, comunicações breves, resenhas, cartas e notas. Tem classificação Qualis B1 para a psicologia no quadriênio 2013-2016⁷.

¹⁰ As classificações Qualis aqui apresentadas são baseadas no último quadriênio de avaliação de periódicos disponível no site: <https://sucupira.capes.gov.br>.

¹¹ <http://periodicos.uff.br/fractal>

¹² <http://www.fundacentro.gov.br/rbso/a-revista>

3.3.4 Revista Polis e Psique

A Revista Polis e Psique¹³ está vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e publica produções originais da psicologia que discutam sobre políticas de subjetivação, cognição e tecnologias da sociedade contemporânea, de forma a contribuir com a produção de conhecimento e de intervenções na área. Hoje, a revista publica a partir de 3 eixos temáticos: Clínica, Subjetividade e Política; Políticas Públicas e Produção de subjetividade; Redes Sócio-Técnicas, Cognição e Comunicação. É de acesso gratuito e aceita submissão de artigos, relatos de pesquisa, ensaios teóricos, relatos de experiência, resenhas e entrevistas. Tem seu primeiro volume publicado no ano de 2011, e desde então disponibiliza todos os seguintes de forma *online*. Atualmente (quadriênio 2013-2016), está classificada com Qualis B2 na psicologia⁷.

3.4 Vinculação institucional e procedência geográfica

Observamos, ainda, a vinculação institucional e a procedência geográfica de cada revista, apresentados na Tabela 7, seguindo a ordem de quantidade de publicações em cada uma delas (conforme expresso na Tabela 6):

Tabela 7 – Vinculação institucional e procedência geográfica das revistas

(continua)		
Revista	Vinculação institucional	Procedência geográfica
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	Universidade de São Paulo	SP
Fractal: Revista de Psicologia	Universidade Federal Fluminense	RJ
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	Fundacentro	SP
Revista Polis e Psique	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
Arquivos Brasileiros de Psicologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ
Psicologia & Sociedade	Associação Brasileira de Psicologia Social	MG
Psicologia em Revista	PUC Minas	MG

¹³ <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/about/editorialPolicies#focusAndScope>

		(continuação)
Psicologia: Ciência e Profissão	Conselho Federal de Psicologia	DF
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
Barbarói	Universidade de Santa Cruz do Sul	RS
Ciência & Saúde Coletiva	Associação Brasileira de Saúde Coletiva	RJ
Estudos de Psicologia	PUC de Campinas	SP
Estudos e Pesquisas em Psicologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ
Laboreal	Universidade do Porto	Porto, Portugal
Revista de Psicologia	Universidade Federal do Ceará	CE
Trabalhos em Linguística Aplicada	UNICAMP	SP
Universitas Psychologica	Pontificia Universidad Javeriana	Bogotá, Colombia
Cadernos de Pesquisa	Fundação Carlos Chagas	SP
Cadernos EBAPE.BR	Fundação Getúlio Vargas	RJ
Ciência & Cognição	Organização Ciências e Cognição e Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ
Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	Universidade Federal de São João del-Rei, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Uberlândia	MG
Pesquisas e Práticas Psicossociais	Universidade Federal de São João del-Rei	MG
Psico	PUCRS	RS
Psicologia em Estudo	Universidade Estadual de Maringá	PR
Psicologia Escolar e Educacional	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	SP
Psicologia USP	Universidade de São Paulo	SP
Psicologia: Teoria e Prática	Universidade Presbiteriana Mackenzie	SP
Revista de Administração de Empresas	Fundação Getulio Vargas	SP
Revista Mal Estar & Subjetividade	Universidade de Fortaleza	CE

Fonte: autora (2019).

Percebe-se que, das 29 revistas: 20 são sediadas em estados na região Sudeste (divididas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais); 4 são sediadas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná); 2 no Nordeste (ambas sediadas no Ceará); 2 apresentam sede internacional (Portugal e Colômbia); e 1 na região Centro-Oeste (Distrito Federal). Assim, não houve nenhuma publicação encontrada cuja revista seja sediada na região Norte. Houve predominância das publicações oriundas das revistas sediadas na região Sudeste, com grande diferença entre esta e as demais apresentadas.

3.5 Temáticas abordadas

A partir da leitura flutuante, identificaram-se ainda as temáticas abordadas pelos artigos que formam o *corpus* desta pesquisa, as quais foram categorizadas, inicialmente, do seguinte modo: Atividade profissional (18), Técnicas de pesquisa-intervenção (17), Conceitos e fundamentos teóricos (14), Formação profissional (6), Saúde e trabalho (4), Saúde mental e trabalho (4), Dimensões coletivas do trabalho (3), Saúde, subjetividade e trabalho (2), Segurança no trabalho (2), Sofrimento no trabalho (2), Acidentes de trabalho (2), e a categoria Outros (7), que é composta pelas temáticas que não se repetiram entre as publicações. Por exemplo, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no trabalho, imagem e subjetivação, o reconhecimento no trabalho, produção acadêmica, inserção e formação profissional, discriminação profissional, e ingresso, permanência e abandono do trabalho (Apêndice A).

3.6 Atividades profissionais estudadas nas pesquisas

Além dos principais temas abordados pelas publicações, destacamos as atividades estudadas nos artigos aqui analisados, conforme identificação dos próprios autores dos artigos: docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa (12), servidores públicos (6), profissionais da saúde (4), atividades diversas (pesquisas realizadas com/sobre mais de uma atividade profissional) (3), motoboys (2), motoristas de ônibus (2), trabalhadores penitenciários (2), operadores de telemarketing, pessoas com deficiências, pirotécnicos, profissionais da aviação civil, profissionais da justiça, trabalhadores da área pericial, trabalhadores da construção civil, trabalhadores de Tecnologia da Informação (TI), trabalhadores do mármore e granito, trabalhadores do setor de manutenção e trabalhadores rurais, atletas, carteiros, cuidadores de pessoas com deficiências, estagiários. Além disso,

identificaram-se 36 artigos que tratavam de revisões bibliográficas e teóricas, em que não eram citados públicos-alvo, interlocutores ou atividades profissionais específicas (Apêndice A).

3.7 Reflexões necessárias

Alguns pontos de reflexão se apresentaram. O primeiro deles, diz respeito à composição do *corpus* desta pesquisa, o qual foi formado através do descritor “Clínica da atividade”, em razão de ter se mostrado o mais efetivo para alcançar os nossos objetivos. Os demais descritores são importantes, pois demonstram uma boa capacidade de captura de artigos e podem ser desenvolvidos em estudos posteriores. Além disso, percebe-se um crescente número de publicações sobre a abordagem da Clínica da Atividade, entre os anos de 2010 e 2013. Contudo, não conseguimos identificar fatores que pudessem estar relacionados a esses números.

Outra reflexão reside no questionamento sobre a circulação da abordagem em diversas áreas do conhecimento. No entanto, 3 das 4 revistas com maior índice de publicação sobre a Clínica da Atividade encontradas são da área da Psicologia. Isso destaca a interlocução entre a Psicologia (mais especificamente, a Psicologia do Trabalho) e a Clínica da Atividade, bem como reforça a importância de investigações acerca dessas convergências.

Além disso, destaca-se a circulação de pesquisas brasileiras sobre a temática em revistas com sede internacional, o que reforça a importante contribuição da abordagem da Clínica da Atividade para essa área de atuação, bem como a interlocução com outros países acerca dos métodos aplicados e das temáticas discutidas. Outro ponto a se destacar é o baixo número de publicações em periódicos sediados no Nordeste, Centro-Oeste e Sul, quando comparados à região Sudeste, bem como a ausência de revistas sediadas na região Norte do Brasil. Isso nos mostra, portanto, disparidade regional na publicação de artigos científicos voltados a essa temática com os descritores procurados.

Por fim, podemos ressaltar que o movimento de construção de categorizações, até o momento realizado, indica que essa abordagem se dedica a discutir e investigar as atividades profissionais (em sua diversidade), técnicas de pesquisa-intervenção, conceitos e fundamentos teóricos, o que dá pistas de uma dedicação à atualização, manutenção e desenvolvimento da ciência por parte dos pesquisadores. Uma inquietação importante se relaciona com o aumento do número de pesquisas que têm como público-alvo a atividade de profissionais docentes, servidores públicos e profissionais da saúde, o que sugere dar destaque a essas atividades profissionais no decorrer da pesquisa.

4 TEÓRICO EM FOCO: Uma interpretação da Clínica da Atividade presente nos artigos

Neste capítulo, apresentamos a análise dos artigos a partir de uma leitura aprofundada, dando destaque aos aspectos teóricos tratados e discutidos nos artigos que formam o *corpus* desta etapa da pesquisa.

Vale ressaltar que, diante do contato mais aprofundado com os textos, por meio da leitura integral, houve diminuição da amostra nesta etapa da pesquisa, uma vez que foram identificados elementos, abaixo descritos, que não foram possíveis de serem identificados nas etapas anteriores a partir da sua presença nos títulos e resumos das obras. Dessa forma, os critérios estabelecidos para este novo processo de Refinamento foram: seguiram para esta etapa da pesquisa, os artigos que trouxeram dados primários sobre atividades profissionais, ou seja, que foram colhidos e analisados de forma prática; artigos que fizessem parte de categorias de atividades profissionais formadas por mais de um artigo; bem como artigos que relatam pesquisas que tenham sido realizadas no Brasil, tendo em vista os objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam “identificar os aspectos teórico-metodológicos e as principais atividades profissionais estudadas pela Clínica da Atividade no Brasil”. Desta forma, estabelecemos 27 artigos. Os artigos aqui analisados fundamentaram-se nas proposições teóricas da Clínica da Atividade, pensando em seus principais fundamentos, pressupostos, autores e métodos de pesquisa e intervenção. Assim, a seguir, apresentamos tal análise.

No que diz respeito à Clínica da Atividade, os 27 artigos (ainda que, em dois deles, haja menções diretas à abordagem apenas nos resumos) mencionaram a abordagem ao menos uma vez em sua apresentação – o que é coerente com as escolhas executadas durante o percurso metodológico proposto (vide Capítulo 2). Sendo assim, aprofundaremos a explanação e discussão acerca da abordagem, seus conceitos e fundamentos, a partir do que foi apresentado nos artigos científicos que formam o *corpus* desta pesquisa.

Iniciamos esta discussão trazendo um conceito basilar para pensarmos a abordagem da Clínica da Atividade, que é o de “atividade”. Clot, em sua obra “Trabalho e poder de agir”, discorre:

Em primeiro lugar, através e para além da realização da tarefa, ela [atividade] é movimento de apropriação de um meio de vida pelo sujeito, livre jogo – ou amputação – desse movimento. Em outras palavras, antes de mais nada, desenvolvimento, ou subdesenvolvimento real das relações com as coisas pela mediação do outro. A atividade é endereçada, dirigida, *simultaneamente*, para seu objeto e para as outras atividades que incidem sobre esse objeto, sejam elas do outro ou, ainda, de outras atividades do sujeito (CLOT, 2010b, p. 6-7).

Fonseca (2009) apresenta-nos uma conceituação de atividade a partir de Vigotski e Clot, ao afirmar que atividade psicológica, através de um movimento dialético, tanto é **mediatizada** pela linguagem (pelos instrumentos) como também é **mediatizante**, o que quer dizer, segundo o autor, que “produz elo entre objetos, pessoas e sujeito” (CLOT, 2006 apud¹⁴ FONSECA, 2009, p. 220). Alves e Osorio (2005), Osorio (2008), Osorio da Silva e Barros (2013) e Silva, Martins e Osorio (2009) também adotam o trabalho como atividade, construído e reconstruído em cada situação. Já Nogueira e Muniz (2015) destacam a contribuição de Vigotski (2007 apud NOGUEIRA; MUNIZ, 20015) por reconhecer a possibilidade de aprendizagem (e desenvolvimento) do ser humano independentemente da idade em que se encontra, como também o papel ativo dos sujeitos na análise e transformação do trabalho. Silva *et al.* (2016) apontam, ainda, as bases epistemológicas da Clínica da Atividade na teoria de Vigotski no tocante à forma como os processos psíquicos têm sua origem nos contatos sociais.

A essa ideia de atividade apresentada por Alves e Osorio (2005), Osorio (2008), Fonseca (2009), Osorio da Silva e Barros (2013), Silva, Martins e Osorio (2009) e por Clot, podemos associar o conceito de atividade de Leontiev (1978), que se propôs a estudar a formação do psiquismo humano e enxerga na atividade a base para sua constituição. Para o autor, em sua Teoria da Atividade¹⁵, a atividade se trata de um elo prático entre o sujeito e o mundo que o circunda. Um processo contínuo e transitório entre sujeito e objeto. Sendo assim, seria através da atividade, segundo Leontiev, que o ser humano poderia estabelecer um contato ativo com seu mundo exterior.

Exemplificamos a influência de Leontiev na Clínica da Atividade a partir do artigo de Andrade e Falcão (2018), que trazem sua ideia de alienação (2004 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018) atrelada ao conceito de significação (construído historicamente) que é apropriado pelo sujeito. Este, por sua vez, lhe atribui um sentido pessoal. Partindo da ideia de que, de acordo com Saviani (2000 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018), a significação social da atividade docente estaria em torno de produzir nos sujeitos a humanidade histórica e coletivamente produzida, a alienação entraria porque, segundo os autores, nesse tipo de trabalho, há um distanciamento entre o sentido pessoal e o significado social sobre o fazer dessa profissão quando os profissionais acabam executando “operações automatizadas, sem sentido para os alunos, repetição de conteúdos e reprodução do livro didático” (ASBAHR apud ANDRADE;

¹⁴ Nesta dissertação, utilizou o “apud” por se tratar de uma pesquisa que analisa artigos, o que orienta a permanência do material conforme se apresenta.

¹⁵ O conceito de atividade foi organizado e sistematizado por Leontiev, ao desenvolver a Teoria da Atividade, a partir de Vigotski e Marx (LEONTIEV, 1978).

FALCÃO, 2018, p. 370). É importante destacar que, apesar de as autoras não apresentarem e discutirem explicitamente o conceito de atividade no artigo, percebemos aproximações e coerência com o conceito do próprio Leontiev aqui apresentado. Outro ponto interessante é que, apesar da influência da Teoria da Atividade no desenvolvimento da abordagem da Clínica da Atividade, dentre os trabalhos que estudam a categoria docente, esse artigo é o único que traz obras de Leontiev como referência.

Seguindo essa linha, é importante destacar, ainda, as influências de Vigotski no desenvolvimento da Clínica da Atividade, como trazido pelos artigos que formam o *corpus* desta pesquisa. Destacamos, aqui, a constituição dos sujeitos enquanto seres sociais, que se relacionam com o meio em que vivem por meio de instrumentos de mediação. Nesse sentido, admite-se que tornar-se sujeito diz respeito a apropriar-se, e a utilizar a seu próprio respeito, de sua maneira, formas de ser já presentes em seu contexto (que são, ainda, carregadas de historicidade, e que se apresentam por meio de condições materiais). Mas não só isso: além do que se faz, tornar-se sujeito também diz respeito ao que se escolheu ou não se pôde fazer (VIGOTSKI, 2007; CLOT, 2010a; 2010b; CLOT, 2010 apud AMADOR *et al.* 2013).

Ariati e Lima (2018) trazem a herança de Vigotski na abordagem quando discorrem sobre o processo de equilibração. As autoras fazem uma leitura do conceito em que “o comportamento é um processo de equilíbrio do organismo com o meio” (ARIATI; LIMA, 2018, p. 199). Seguindo essa linha de raciocínio, apontam como a atividade dos trabalhadores precisa sempre se renovar para atender às necessidades do desenvolvimento do meio em que estão inseridas.

O pensamento de Vigotski (2008) também é resgatado por Conceição (2019) para elucidar a respeito do desenvolvimento dos sujeitos participantes da pesquisa (de professores em formação inicial no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) em suas etapas de formação, atrelado à ideia de historicidade. Além disso, Conceição segue a linha vigotskiana de que “o pensamento se realiza na linguagem” (CONCEIÇÃO, 2019, p. 46).

Nessa direção, Fonseca (2009) discute outras aproximações entre o proposto por Clot e Vigotski: o autor traz que, num dos principais parâmetros teóricos e epistemológicos de sua abordagem, Clot resgata a função psicológica específica que o trabalho ocupa na vida das pessoas. Resgatamos, a partir desta colocação, que Clot nos apresenta que não podemos considerar o trabalho como uma atividade entre outras, já que o define a partir da sua função psicológica, como a “atividade mais humana que existe” (CLOT, 2007, p. 69), uma vez que somos a única espécie que realiza trabalho, bem como somos a única espécie a partir da qual se reconhece e se realiza como ser social a partir do trabalho.

Além disso, Fonseca (2009) nos apresenta articulações entre o proposto por Clot com a teoria vigotskiana quando fala do conceito de apropriação. No artigo, apresenta-se a apropriação enquanto processo de subjetivação do instrumento de trabalho, em sua passagem de artefato para instrumento. No artigo, faz-se a associação aos escritos de Vigotski sobre a passagem de um instrumento técnico para um instrumento psicológico. Fala-se também sobre a construção dos conceitos de “catacrese” (uso não previsto dos instrumentos de trabalho) e “pré-ocupações” (atividades de caráter pessoal que exigem atenção e tempo do trabalhador).

Andrade e Falcão (2018) também destacam, em seu estudo, a abordagem histórico-cultural¹⁶ de Vigotski como base para pensar o “desenvolvimento da atividade e pela atividade através da ampliação da potência de ação de sujeitos e coletivos” (CLOT, 2008 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018, p. 371). A partir disso, encara o sofrimento psíquico dos sujeitos quando essa atividade é contrariada e os trabalhadores não possuem recursos ou meios para desenvolvê-los e encarar os impasses do real (material; prescrito) (SILVA; RAMMINGER, 2014 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018). Amador *et al.* (2013) entendem o sofrimento psíquico de trabalhadores como os empecilhos à sua singularidade. Alves e Osorio (2005) e Silva, Martins e Osorio (2009) também partem dessa premissa. Segundo as autoras, é o desenvolvimento da atividade e de recursos coletivos para a ação que podem transformar o trabalho, tornando-o mais satisfatório para os trabalhadores. Ou seja, como afirmam Osorio (2008) e Osorio da Silva e Barros (2013), a atividade do trabalho é vista, na abordagem, como uma fonte permanente de criação de novas formas de se viver.

Vale destacar que Osorio (2008) resgata as origens da Clínica da Atividade em Ivar Oddone, que retrata como os recursos dos próprios trabalhadores podem construir condições de trabalho que auxiliem a promoção de sua própria saúde (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981 apud OSORIO, 2008; CLOT, 2010 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015). Destaca, portanto, como nessa perspectiva, há grandes esforços voltados para aumentar o poder de ação dos trabalhadores sobre sua atividade de trabalho. Ainda em relação à saúde, Pinheiro *et al.* (2013) afirmam como tê-la significa conseguir manter a capacidade de agir, indo além da redução à adaptação a normatividade; por outro lado, apresentam que o adoecimento desfaz gradualmente as possibilidades de ação dos trabalhadores (CLOT, 2010 apud PINHEIRO *et al.*, 2013; KOSTULSKI, 2011 apud PINHEIRO *et al.*, 2013). Assim, de acordo com Coimbra e Barros (2016), a atividade de trabalho é permeada por um constante contexto de conflitos e contradições, em que “o combate aos agravos à saúde ocorre por meio de transformações dos

¹⁶ Mantivemos o termo escolhido pelos autores, apesar de, em nossa perspectiva, adotarmos o termo “sócio-histórica” quando nos referimos à teoria vigotskiana.

processos de trabalho e nas relações sociais que o enredam” (p. 91), e que são gerados por embates salutareos no cotidiano laboral.

Andrade e Falcão também destacam outro aspecto importante na teoria de Vigotski que identificam estar presente na Clínica da Atividade, que é a ideia de vivência. Também a partir de Vigotski, apontam como o conceito de vivência é “compreendido como uma unidade dialética da consciência humana, estabelecido na dinâmica da relação entre o ambiente social e o lugar ocupado pelo indivíduo, como um prisma que refrata a experiência” (VERESOV, 2014 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018, p. 371). O conceito é trazido pelos autores para mostrar como a abordagem de Clot pode produzir vivência dramática e, por sua vez, mobilizar transformações.

Já no estudo de Barros (2013), apesar de o termo “Clínica da Atividade” apenas aparecer no resumo do artigo, a autora traz diversos elementos que remetam à abordagem da Clínica da Atividade e à própria Psicologia Sócio-histórica de Vigotski (essa última, mais claramente referenciada no artigo, uma vez que não são utilizadas referências de obras de Yves Clot). A autora destaca ampla referência aos escritos de Vigotski (2008 apud BARROS, 2013) no que diz respeito à própria ideia de mediação apresentada anteriormente.

Além disso, percebem-se referências aos escritos de Vigotski no seguinte trecho:

Acreditamos que o desenvolvimento da capacidade de agir do professor se processa em uma zona de desenvolvimento potencial (cf. Nascimento, 2011) em uma dialética constante entre os saberes científicos, disciplinares e didáticos da sua área. Saberes esses acumulados no processo das formações inicial e continuada, fornecidos pelo coletivo de trabalho (na forma de memória coletiva ou de textos institucionais, de cunho prescritivo) e internalizados durante a sua atividade profissional, nas execuções de tarefas exigidas pelos mecanismos da *transposição didática* dos objetos de ensino (BARROS, 2013, p. 113).

No excerto acima, percebemos outra referência ao conceito de “gênero profissional” (que será discutido mais adiante) quando a autora diz “saberes [...] acumulados no processo das formações [...] fornecidos pelo coletivo de trabalho (na forma de memória coletiva [...])” (p. 113). Isso demonstra como Clot apropriou-se da teoria sócio-histórica de Vigotski, dentre outras referências, para pensar na sua abordagem de compreensão e transformação do trabalho, como também uma linearidade presente entre as propostas dos dois autores.

Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017) destacam como o trabalho também está atravessado pelas impossibilidades quando apontam as origens da Clínica da Atividade na Psicologia sócio-histórica de Vigotski e na análise da linguagem de Bakhtin, e em como a abordagem enxerga o trabalho como mais do que o explícito realizado pelo sujeito em seu ambiente laboral, mas do que também não foi feito; do que poderia ter sido feito, e não foi; das coisas realizadas até se chegar ao feito e não feito. As autoras destacam, ainda, aspectos como

o sentido psicológico do ofício a partir de Yves Clot, que consistiria em reconhecer-se no seu fazer, em sua atividade, e estar seguro de sua utilidade social (CLOT, 2010 apud SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017).

Na discussão acerca do trabalho para a abordagem da Clínica da Atividade, é importante considerar que o trabalho é atravessado por quatro dimensões, como é trazido nos artigos, que “escapam à observação direta e, ao mesmo tempo, também não podem ser completamente visualizadas quando o pesquisador interage com o sujeito sem considerar o contexto de realização de sua atividade” (CLOT; KOSTULSKI, 2011). Tais dimensões são: impessoal, interpessoal, transpessoal e pessoal (ANDRADE; FALCÃO, 2018; ARIATI; LIMA, 2018; BARROS; EIRADO, 2014; BARROS; SILVA, 2013; CLOT, 2007; 2010b; CONCEIÇÃO, 2019; MELO, 2012; SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017; PINHEIRO *et al.*, 2013).

A dimensão impessoal trata-se do prescrito, que engloba a tarefa esperada; o que é solicitado pela organização; “a meta” a ser atingida. Além disso, o prescrito abrange as condições de trabalho (físicas, equipamentos, organização do trabalho, etc.). Assim, a princípio, são condições que não podem ser determinadas pelos trabalhadores, por se tratarem de determinações prévias, e em geral, decididas sem a participação das pessoas que executam – tais como “modos de operar, horários, regras e condições” (CLOT; KOSTULSKI, 2011 apud PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 104). No caso das pesquisas com docentes trazidas pelos artigos, Andrade e Falcão (2018) destacam que o prescrito também é passível de transformação. Já Melo (2012) contribui com a discussão destacando que essas prescrições são genéricas, ou seja: são dirigidas a todos os trabalhadores, e não a indivíduos (MACHADO, 2009 apud MELO, 2012). Silva e Falcão (2017), por sua vez, afirmam que a diferença entre o prescrito e o real, a partir de Guérin, Laville, Daniellon, Duraffour e Kerguellen (2001 apud SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017) é justamente a “manifestação concreta da contradição sempre presente no ato de trabalho” (p. 685).

Fonseca (2009) traz a discussão do prescrito a partir de Clot (2006 apud FONSECA, 2009), através da diferenciação entre os conceitos de “atividade realizada” e “real da atividade”. O autor apresenta o conceito de atividade realizada como sendo o que é, de fato, feito pelos trabalhadores. Aproxima-se, portanto, da noção de tarefa, e é passível de observação direta. Contudo, destaca que essa se trata apenas de uma pequena parcela diante do que é possível de se realizar. Amador (2011) aponta a atividade realizada fazendo uma aproximação dessa definição com um conceito identificado como “trabalho virtual” (AMADOR, 2011), que se encontra num lugar entre o trabalho prescrito e o trabalho real e que, ao passar pelos “dramas

vivididos pelos trabalhadores, atinge os devires do trabalho” (p. 363). Já quanto ao real da atividade, adota-o como “real do trabalho” (p. 363), em que se tem o conceito como uma zona a transbordar a atividade realizada. Isso é associado, pela autora, a uma incompletude teórica, operacional e subjetiva nas situações de trabalho.

Por outro lado, segundo Fonseca (2009), o real da atividade inclui aquilo que não é claramente visível. Segundo Andrade e Falcão (2018), real da atividade “compreende a tensão entre o prescrito e o realizado, envolvendo os conflitos do real, incluindo além do que é feito: o que não se faz, o que se faz a contragosto, o que se busca fazer sem conseguir” (p. 371). Silva *et al.* (2016) corroboram com essa afirmação, apontando como, além disso, entra na noção de real da atividade, de acordo com Clot (2007 apud SILVA *et al.*, 2016) e Lhuilier (2002 apud SILVA *et al.*, 2016) “o que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir, o que se teria podido ou querido fazer, o que se sonha fazer, o que se faz para não fazer o que deve ser feito, o que se faz sem querer fazer” (p. 447).

O real da atividade é exemplificado por Barros e Silva (2013), em seu artigo “O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade”, no contexto de ensino em sala de aula:

“A aula é apenas parte do trabalho”, afirmava a docente. O real da atividade atravessa a aula: a escolha de um autor, e não de outro; a escolha de um texto e não de outro; o momento em que se escolhe trabalhar esse texto, depois do que, antes do que; a escolha de certo roteiro e não de outros; inúmeras microdecisões povoam uma aula (p. 350).

Por sua vez, Conceição (2019) não traz explicitamente uma definição acerca da dimensão do prescrito ou real da atividade em seu artigo, mas demonstra seu atravessamento na prática docente no que tange ao constante tensionamento que existe entre o que é prescrito a esses trabalhadores e as escolhas que fazem para dar conta do que solicita o real, apontando que, de acordo com os participantes da pesquisa, é necessário ir além do prescrito para dar conta das demandas que lhes são apresentadas pelas condições reais a que esses trabalhadores estão submetidos. Seguindo essa linha de pensamento, outra contribuição que ajuda a refletir sobre a dimensão impessoal do trabalho é trazida por Barros, Passos e Eirado (2014), em seu artigo, ao dissertarem que, na realização da atividade laboral, é necessário haver esse distanciamento entre prescrito e real para dar espaço à invenção. Segundo as autoras, “entre o prescrito e o real, está a nascente da criação, da engenhosidade, da gestão do trabalho” (p. 159). Ariati e Lima (2018), a partir de Lima (2010 apud ARIATI; LIMA, 2018) ressaltam, além de todos os fatores aqui já citados, que tanto esses tensionamentos quanto o próprio processo de criação são provenientes do momento em que a atividade está sendo realizada. Para Osorio, Pacheco e Barros (2013), é quando se transforma “cada realização em recurso para uma nova realização

que o real da atividade se manifesta em seus desenvolvimentos” (LITIM, 2006 apud OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013, p. 122).

Destacamos aqui que, segundo Clot (2010b), o real da atividade ainda diz respeito a tudo o que poderia ter sido feito, mas não foi. A todas as outras considerações que não a escolhida para execução da tarefa. Portanto, trata-se de uma instância atravessada pelos afetos, pelas pré-ocupações, pelas condições materiais a que o trabalhador tem (ou não) acesso; a uma infinidade de outras possíveis atividades que poderiam ser realizadas, mas não foram; “as atividades suspensas, contrariadas ou impedidas [...]” (CLOT, 2010b, p. 103-104).

Já a dimensão interpessoal compreende os diálogos e relacionamento entre pares e demais membros da organização. Ou seja, de acordo com Clot (2006 apud FONSECA, 2009), a atividade é também dirigida aos outros. Andrade e Falcão (2018) corroboram com essa ideia e se valem de Clot (2009 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018) para isso. Demonstram que, no trabalho docente de ensino fundamental, a dimensão interpessoal engloba os alunos com que esses profissionais atuam, e é reforçada a partir de atividades interativas. As autoras destacam, ainda, a potência dessa dimensão, uma vez que possibilitam desenvolvimento aos alunos (e aos próprios profissionais) a partir desse encontro.

“A atividade de trabalho é dirigida aos outros depois de ter sido destinatária da atividade destes e antes de o ser de novo. Ela é sempre resposta à atividade dos outros, eco de outras atividades. Ocorre numa corrente de atividades de que constitui um elo” (CLOT, 2006, p. 97 apud FONSECA, 2009, p. 221). Assim, Fonseca (2009) apresenta-nos como há um componente coletivo na atividade que atravessa os fazeres dos trabalhadores de forma complementar – numa espécie de coatividade (CLOT; YVON, 2004 apud FONSECA, 2019). Além disso, no tocante ao coletivo, destacamos o que trazem Zamboni e Barros (2013; 2016) quando afirmam que esse rompe com a dicotomia indivíduo x sociedade, sendo, na verdade, um meio para produzir modos de agir, de ser, de expressar e de existir. Moraes e Athayde (2014) corroboram com essa ideia, e expõem que o coletivo auxilia os trabalhadores a enfrentarem os imprevistos do trabalho que venham a emergir em cada atividade.

Barros e Silva (2013) nos mostram, a partir de Clot (2010 apud BARROS; SILVA, 2013), que “nunca se está sozinho diante das provas e desafios que o real coloca” (p. 344). Com isso, as autoras pontuam que a relação com os outros está diretamente relacionada com o trabalho. Aqui, exemplificam com a relação com alunos, outros professores ou mesmo em relações hierárquicas com gestores e coordenação dos locais em que trabalham. Para Melo (2012), considerar que a atividade de trabalho é interpessoal diz respeito a pensar que ela se desenvolve entre diversos sujeitos, estejam eles presentes ou ausentes. Também cita como

exemplo as relações com alunos, outros professores, direção e coordenação (MACHADO, 2009 apud MELO, 2012). Apesar de não fazerem referências no momento em que falam sobre esse aspecto, Silva e Falcão seguem a mesma linha de pensamento de Melo (2012) quando trazem os aspectos interpessoais do trabalho docente, bem como quem seriam esses “outros” que também fazem parte da atividade. Conceição (2019), a partir de Lima (2014, apud CONCEIÇÃO, 2019) também nos aponta que a atividade de trabalho não existe sem destinatários. Nesse sentido, Pinheiro *et al.* (2013) afirmam que os diálogos e as interações que são construídas entre profissionais são necessárias para que os trabalhadores possam desenvolver suas funções.

Importante reflexão sobre esse aspecto é resgatada por Barros, Passos e Eirado (2014). Ao citarem Clot (2006 apud BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014), as autoras apontam “que a atividade do sujeito não se volta unicamente para o objeto da tarefa” (p. 157) e que “[...] quando uma atividade de trabalho é privada de um destinatário, ela perde o seu sentido, o que implica afirmar que o destinatário atribui sentido ao trabalho” (p. 157).

Para além do que foi apresentado nos artigos, enxergamos a dimensão interpessoal como importante meio potencial de transformação dos processos e das condições do trabalho. Podemos pensar, nesse sentido, nas movimentações feitas a partir de organizações coletivas de trabalhadores, tais como sindicatos, grupos de trabalho, dentre outras.

Na dimensão transpessoal, encontra-se o chamado “gênero profissional”¹⁷, “trabalho da organização” (CLOT, 2010 apud PINHEIRO *et al.*, 2013), “gênero de ofício” (ZAMBONI; BARROS, 2016), ou ainda “memória coletiva” (COIMBRA; BARROS, 2016), que diz respeito a toda uma carga histórica e de experiência que extrapola o que é prescrito; a outras experiências que vêm para dar conta do que o prescrito não tem como se prever. Amador *et al.* (2013) afirmam ser uma instância de gestão na atividade que se trata de um plano de singularizações. Complementando essa ideia, Moraes e Athayde demonstram como o gênero configura um meio em que os trabalhadores vão se apropriar para executarem suas tarefas, numa forma de intercâmbio entre si e os demais.

Segundo Clot (2007), o gênero profissional tem um certo quê de pertencimento social, mas vai além disso: trata-se de um recurso para a ação. Os trabalhadores recorrem a ele para evitar erros. Segundo Clot (apud ZAMBONI; BARROS, 2016, p. 333), o gênero seria “um corpo de avaliações comuns que regulam a atividade pessoal de maneira tácita. Quase

¹⁷ Achamos pertinente explicar que a escolha pelo termo “gênero” não tem relação com o conceito de identidade de gênero, mas tem como base os gêneros discursivos de Bakhtin (CLOT, 2010; BAKHTIN, 2000).

ousaríamos dizer que é a ‘alma social’ da atividade”. Ainda de acordo com as autoras, a Clínica da Atividade vem renovar a percepção do coletivo no contexto de trabalho justamente pela implementação que faz do conceito de gênero profissional.

Além disso, por ter esse caráter de pertencimento grupal, permite que os pares se reconheçam, se comuniquem e atuem conjuntamente, mesmo quando nunca o fizeram previamente (CLOT, 2007). Para serem consideradas como parte de um determinado gênero profissional, as práticas precisam ser partilhadas e aceitas pelo grupo (categorias profissionais específicas, setores específicos, organizações/instituições específicas, dentre outras possibilidades). Percebemos total concordância entre o acima exposto e as reflexões apontadas por Osorio (2008) no tocante à dimensão transpessoal do trabalho, que utiliza-se de Clot (2006 apud OSORIO, 2008) e Maia (2006 apud OSORIO, 2008) para fundamentar sua discussão.

É importante perceber que, como é afirmado por Coimbra e Barros (2016), um gênero de trabalho fragilizado acarreta num não reconhecimento por parte dos trabalhadores com aquilo que fazem, ou seja, numa atividade desestabilizada. Por outro lado, segundo as autoras, há um reconhecimento dos trabalhadores “que seu trabalho faz sentido na sua vida, quando há autonomia, coletivo forte, compartilhamento, torna-se mais potente, havendo uma ampliação no poder de agir” (COIMBRA; BARROS, 2016, p. 92). Percebemos que esse ponto traz relação com o conceito de alienação de Leontiev, apresentado anteriormente.

França *et al.* (2013) trazem o gênero profissional a partir de Clot (2010 apud FRANÇA *et al.*, 2013) como “recursos de que se pode dispor, assim como obrigações a cumprir para fazer valer nossas intenções no intercâmbio com os outros e no uso dos objetos” (CLOT, 2010 apud FRANÇA *et al.*, 2013, p. 75-76), reconhecendo, também a necessidade de transformação desta dimensão do trabalho para mantê-lo vivo. As autoras afirmam que “a energia que o vitaliza são as estilizações que vão ser acionadas pelos trabalhadores no curso de suas atividades” (FRANÇA *et al.*, 2013, p. 76). Esse trecho destaca, portanto, o peso do estilo profissional na transformação dos processos de trabalho.

Fonseca (2009) lembra-nos que esse “ir além” do prescrito em que implica o gênero profissional (ou essas “transgressões”, como chama o autor), para ser apropriado como instrumento de trabalho, precisa ser compartilhado, aceito e reafirmado no coletivo de trabalhadores, em determinado local, contexto e duração – o que demonstra uma configuração histórica do gênero profissional. Andrade e Falcão, a partir de Clot (2008 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018), ressaltam o caráter de memória coletiva dinâmica de ações e saberes pertencentes a um gênero.

Barros, Brito e Clemente (2018) destacam como, para Clot (2010 apud BARROS; BRITO; CLEMENTE, 2018), o gênero se trata de um instrumento coletivo da atividade. Ainda segundo as autoras, “olhando a docência como gênero (campo de experiência que oferece recursos à vida de um professor) encontra-se uma memória transpessoal, provisória, mutável, vivificando-se nos gestos do trabalhador” (p. 35). Seguem essa mesma definição, Ariati e Lima (2018) em seu estudo. Nesse sentido, para Barros, Passos e Eirado (2014) o gênero profissional, portanto, não está dado, mas em processo transversal de construção, sendo uma (dentre várias outras) possibilidades do trabalho que não pode ser considerada como definitiva, pois vai se modificando no fluxo da experiência (CLOT, 2006; 2008).

Por outro lado, no artigo de Barros e Silva (2013), o gênero profissional é apresentado como um conjunto de obrigações que são compartilhadas pelos sujeitos que trabalham, de forma a possibilitar a realização do trabalho, ainda que existam obstáculos e prescrições. Este recurso é reconhecido pelas autoras como fundamental para conservar o poder de agir e a eficácia do trabalho. Nesse sentido, Amador *et al.* (2013) apontam como espaços de análise construídos e conduzidos juntamente a trabalhadores propiciam a expansão desse poder de agir, ou seja, de suas potências de agir e de trabalhar de maneiras diferentes, de construir novos objetivos e produzir saúde.

Barros e Silva (2013) ressaltam, ainda, que o gênero pode ser visto como instância intermediária entre os trabalhadores, mas também entre elas e seus objetos de trabalho. Silva e Falcão (2017) complementam essa discussão acerca dos gêneros profissionais ao afirmarem, a partir de Clot (2010 apud SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017), que diversos gêneros profissionais podem vir a convergir intrinsecamente a um mesmo ofício – da mesma forma que pode estar em conflito.

Diferentemente de outros autores de artigos aqui mencionados, Conceição (2019) apropria-se dos escritos de Lima (2014 apud CONCEIÇÃO, 2019) para falar da dimensão transpessoal do trabalho, utilizando o termo “gêneros de atividade” como um equivalente a “gêneros profissionais” como esse fazer coletivo que é partilhado pelos sujeitos.

Diante da afirmação de que o gênero profissional não é estático, entramos na discussão do que o modifica: trata-se do estilo profissional, que diz respeito à dimensão pessoal do trabalho. Equivale a toda a carga de experiência que aquele sujeito já possui; todo o seu repertório (o que inclui habilidades, mas também sua história). Aqui se localiza o “estilo pessoal”, dimensão que atua diretamente nas escolhas dentre as infinitas possibilidades de como se realizar as tarefas. Usa-se dos recursos já postos pelo gênero profissional, apropria-se deles e reformula-se o gênero a partir da invenção singular de soluções para dar conta do imprevisto

que se manifesta no concreto das situações de trabalho (BARROS; SILVA, 2013; CLOT, 2006 apud BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014; CLOT, 2006 apud FONSECA, 2009; CLOT, 2008 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018; PINHEIRO *et al.*, 2013). Concordam com isso Pinheiro *et al.* (2013), quando afirmam que “o sujeito não se apropria do gênero de forma passiva, pois ele o reinventa e acrescenta sua contribuição” (p. 105).

Além disso, nessa dimensão também se localizam as “pré-ocupações” dos sujeitos, que também afetam seu fazer: de caráter pessoal, tratam-se de outras atividades que os atravessam (questões familiares, salário, estabilidade, adoecimento, dentre outros) e que ocupam parte do tempo e da atenção dos trabalhadores (FONSECA, 2009). Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017), a partir de Bandassolli (2011 apud SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017), apresentam as pré-ocupações como “planos, desejos e aspirações” (p. 686) que, quando são impedidos de emergir na atividade; quando são afastados das prescrições que atravessam aquela atividade, gera um esvaziamento de sentido e um impedimento de os trabalhadores conseguirem se reconhecer naquilo que fazem. Nesse sentido, Fonseca (2009) aponta que a relação (a nosso ver, dialética) entre gênero e estilo profissional remete-se às articulações entre significado e sentido, fundamentados em Vigotski (1993 apud FONSECA, 2009).

Damos destaque aqui, ainda, aos métodos de pesquisa e intervenção abordados nos artigos a partir da Clínica da Atividade. Utilizaremos como exemplo os artigos: “Análise coletiva de acidentes de trabalho: dispositivos de intervenção e formação no trabalho”, de Camila Aloisio Alves e Claudia Osorio (2005); “ACAT: o trabalhador como protagonista da análise de acidentes de trabalho”, de Claudia Osorio (2008); “A articulação de saberes teóricos e práticos na análise e no desenvolvimento da atividade de cuidado”, de Mariana Araujo da Silva, Lia Raposo de Assis Martins e Claudia Osorio (2009); e “Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho”, de Claudia Osorio da Silva e Maria Elizabeth Barros de Barros (2013).

Os estudos de Alves e Osorio (2005) e Osorio (2008) discorrem sobre a Análise Coletiva de Acidente de Trabalho (ACAT), dispositivo construído pela Comissão de Saúde do Trabalhador do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. O ACAT é classificado pelas autoras como uma possibilidade de metodologia participativa de análise dos processos de trabalho em saúde, tendo em vista as ocorrências de acidente em ambiente de trabalho, e

visa interferir positivamente na re-criação de conteúdos cognitivos, renovando os recursos objetivos e subjetivos de que o trabalhador dispõe para recriar a cada dia sua prática. Assim, recria-se também a prática tradicional do analista do trabalho: o especialista sai do lugar daquele que aconselha para o daquele que compartilha a produção de caminhos e soluções (OSORIO, 2008, p. 112).

Desta maneira, trata-se de um dispositivo que procura desenvolver novas subjetividades para ampliar o poder de ação dos trabalhadores, de forma que possam enfrentar os impasses que surgem a partir do real da atividade, deslocando-se para um papel de analista de seu próprio fazer.

O ACAT é trazido nos artigos dividido de maneira em que, num primeiro momento, é feita a encenação do acidente sofrido pela trabalhadora e, num segundo, realiza-se a construção de “um desenho esquemático das diversas linhas e cruzamentos que culminaram no acidente” (OSORIO, 2008, p. 117), que gera um diagrama construído coletivamente (analista do trabalho e trabalhadora acidentada), que vai servir de base para a discussão acerca das possibilidades e sugestões de ações que podem vir a trazer alguma melhoria das condições do trabalho ali analisado (ALVES; OSORIO, 2005).

No artigo de Silva, Martins e Osorio (2009) utiliza o “grupo ampliado de pesquisa” (GAP) como dispositivo metodológico, em que, bem como o anterior, participam analistas do trabalho e trabalhadores. Tal qual o ACAT, o GAP busca a participação ativa dos trabalhadores de saúde. Segundo as autoras,

O GAP é proposto como um espaço de mútua interferência entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento da experiência, provocador da ampliação da reflexão, propiciando a ampliação dos sentidos do trabalho e do entendimento do funcionamento da atividade em análise. Objetiva-se também que esse seja um espaço de construção de saídas para as situações indesejadas, possibilitando a superação dos impedimentos à atividade (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 99).

Por outro lado, diferentemente do ACAT, no GAP não há um direcionamento a situações específicas de acidentes em ambientes de trabalho. Apesar de não ter sido claramente apontado, o que percebemos é que o GAP parece ser direcionado a quaisquer situações que atravessem o fazer dos trabalhadores que fazem parte do grupo.

Partindo da mesma premissa, apresenta-se o artigo “Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho”, Osorio da Silva e Barros (2013). Aqui, substituem-se as filmagens por fotografias, e o trabalhador torna-se protagonista da análise da atividade desde o início do processo, ao empunhar a câmera fotográfica. Esse é um momento de análise inicial de sua atividade, uma vez que era proposto aos participantes da oficina

que produzissem fotos de situações que eles considerassem como produtoras da saúde do trabalhador da área da saúde e fotos de situações que, sempre de seu próprio ponto de vista, pudessem ser prejudiciais para a manutenção da saúde desse profissional (OSORIO DA SILVA; BARROS, 2013, 1330).

Ou seja, ao voltar-se para a classificação de situações que considerem como produtoras ou prejudiciais à saúde, realiza-se uma análise inicial dos processos de trabalho, engajando o profissional desde esse momento até o posterior: o de discussão coletiva das fotografias selecionadas.

Assim, a partir do movimento de ampliação da consciência e reflexão sobre a atividade, pontuado por Alves e Osorio (2005), Osorio (2008), Osorio da Silva e Barros (2013) e Silva, Martins e Osorio (2009), percebemos aproximações com o proposto por Clot no tocante às formas de transformação e conhecimento dos processos de trabalho a partir da Clínica da Atividade, que seriam a autoconfrontação e a instrução ao sócia.

A autoconfrontação consiste em submeter o trabalhador ao exame, através da imagem (geralmente em vídeo), de seu próprio trabalho, solicitando que expresse em palavras (comentário) sua própria atividade. Nesse tipo de experimentação, a partir dos comentários que destina ao observador, os trabalhadores projetam sobre sua atividade passada um olhar que os transformam em interlocutores atuais com aquilo que eles mesmos fizeram no momento da ação. Esse movimento consiste na chamada “autoconfrontação simples”, que costuma ser seguida de um momento posterior de “autoconfrontação cruzada”, em que o olhar questionador dos pares é incluído na análise (CLOT, 2007; 2010; SILVA, 2014).

Por outro lado, temos a chamada “instrução ao sócia” (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981): um protocolo que consiste em solicitar que cada trabalhador forneça instruções a um sócia imaginário (o pesquisador/analista), a partir da formulação da seguinte solicitação:

Se houvesse outra pessoa perfeitamente idêntica a você do ponto de vista físico, como lhe diria para se comportar na fábrica em relação à sua tarefa, aos seus colegas de trabalho, à hierarquia e à organização sindical (ou outras organizações de trabalhadores), de modo que não se percebesse que é outro que não você? (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981, p. 57, tradução livre).

Nos dois casos, o objetivo não se resume a transmitir a experiência informal da atividade, mas sim a ir além: a ideia é também de gerar enriquecimento e renovação das atividades e dos gêneros profissionais. Segundo Silva *et al.* (2016), é primordial buscar compreender como se dá, por parte dos sujeitos, a realização de sua atividade profissional, a forma como agem em situações distintas e quais são caminhos que são construídos para superar os obstáculos com os quais se deparam.

É importante destacar que é nessa interação entre os sujeitos ou grupos que se produz a tomada de consciência, a partir de um processo dialético entre pessoas reais que permite não apenas identificar os planos dos trabalhadores, como também enriquecê-los. Clot (2007; 2010b) e Oddone, Re e Briante (1981) advertem que esses processos de enriquecimento nunca poderão ser concluídos, uma vez que tratam-se de experiências nunca totalmente apreendidas, pois não se pode acessar a todos os processos psíquicos que atravessam os trabalhadores no momento da atividade, e tendo em vista também que os processos de trabalho estão sempre em constante transformação e atualização social.

É aqui, portanto, a nosso ver, que está situada a “clínica” da Clínica da Atividade, uma vez que, para Clot, o uso do termo “clínica” não está unicamente associado à noção de doença ou dos signos/sinais que a definem. Está ligado, na verdade, à perspectiva de “mobilização de ação para modificar as situações vividas pelos sujeitos, onde quer que estes se encontrem” (CLOT, 2007, p. 15). Está justamente na “expansão do poder de agir” (CLOT, 2008 apud AMADOR, 2011, p. 360). E sua metodologia, por sua vez, oferece meios para transformar a ação de forma a compreender e clarificar o modo como se organiza e se processa essa transformação (SILVA *et al.*, 2016).

Segundo Coelho *et al.* (2016), portanto, a proposta da Clínica da Atividade, no tocante ao seu método, gira em torno de desfazer os comportamentos naturalizados dentro do ambiente de trabalho, permitindo, assim, que os trabalhadores percebam e construam outras formas de agir e de lidar com seu fazer. Ou seja: que consigam desenvolver novas formas de organizar o trabalho. Concordam com isso Pinheiro *et al.* (2013), ao destacarem que, a partir desta proposta teórico-metodológica, “é preciso desfazer formas cristalizadas de ação e imprimir-lhes movimento para que se compreendam os seus modos de funcionar. É necessário transformar para compreender” (CLOT, 2009 apud PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 105).

Além disso, é importante ressaltar, como bem afirmam Osorio, Pacheco e Barros (2013), que ainda que as intervenções a partir das técnicas baseadas na abordagem da Clínica da Atividade possam gerar melhorias nos processos de produção, o foco em questão não se trata do aumento da produtividade dos trabalhadores nem do lucro para as organizações. O foco está, na verdade, na ampliação do poder de agir desses sujeitos sobre seus meios de trabalho, principalmente no que se refere aos movimentos coletivos. A ideia, portanto, se assenta na ampliação da “possibilidade de o trabalho real retroagir sobre o trabalho prescrito, transformando-o” (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013, p. 130).

Dessa forma, podemos apontar como, diante do rico material teórico apresentado nos artigos, reconhecemos concordâncias com o proposto pela Clínica da Atividade, como abordagem que busca potencializar o poder de agir dos trabalhadores, por meio de movimentos coletivos de construção conjunta. Damos destaque, aqui, ao conceito de gênero profissional, que se mostrou recorrente nas discussões apresentadas pelos autores em seus artigos, demonstrando que, ao se pesquisar acerca de alguma atividade profissional, mostra-se importante pensar no fenômeno da atividade imerso em contextos compartilhados e de construção conjunta. Além disso, Yves Clot como principal referência quando se trata de embasamento teórico na Clínica da Atividade.

Os usos da teoria caminharam, a nosso ver, de acordo com os preceitos apresentados neste capítulo e nos escritos de Clot (2007; 2010b), Leontiev (1978) e Vigotski (2007). Ainda que de maneira mais ou menos discutida, os conceitos apresentados nos estudos, ora eram propostos com nomeações distintas (como, por exemplo, o conceito de gênero profissional), ora iguais, sempre se alinhavam em direção à mesma base teórico-epistemológica.

Dessa maneira, podemos afirmar que os artigos que formam o *corpus* dessa pesquisa podem ser considerados material de subsídio para a compreensão da abordagem, mas também é importante de se perceber sua contribuição na atualização teórica da abordagem.

A seguir, apresentamos o Capítulo 5, em que se discutem e se analisam as atividades profissionais abordadas nos artigos.

5 ATIVIDADES PROFISSIONAIS EM ÊNFASE: Contextos saudáveis e adoecedores

Seguindo a mesma linha proposta no Capítulo 4, este capítulo descreve os artigos que permaneceram após a última fase de Refinamento (vide capítulo 4). O foco, neste capítulo, está nas atividades profissionais que são trabalhadas e discutidas em cada uma das pesquisas que subsidiaram os artigos, de forma a discutir aspectos materiais e subjetivos, na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica e na abordagem da Clínica da Atividade, que atravessam as atividades profissionais e formam o *corpus* desta pesquisa. Assim, apresentaremos os seguintes indicadores de análise¹⁸: atividade de docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa; a atividade de profissionais da saúde; a atividade de servidores públicos; a atividade de motoboys; a atividade de motoristas de ônibus; a atividade de trabalhadores penitenciários; e artigos que discutem mais de uma atividade profissional.

5.1 Atividade de docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa

Os docentes estão presentes em 10 artigos. Desses, analisamos artigos que contaram com professoras da educação profissional, professoras em formação inicial no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), docentes de ensino superior (público e privado), de ensino básico da rede pública e pesquisadoras como participantes da pesquisa.

O primeiro artigo intitulado “A psicologia do trabalho e os processos de formação de educadores na educação profissional de nível básico: itinerários diversos, encruzilhadas constantes”, com autoria de João César de Freitas Fonseca (2009), traz a discussão acerca da atividade de **educadores da educação profissional** (EP), especificamente relacionada à formação inicial e continuada em cursos de curta duração, bem como os processos de formação desses profissionais, como o próprio título sugere, a partir do olhar da Clínica da Atividade, que é entendida na pesquisa como metodologia da Psicologia do Trabalho de Yves Clot.

Como método, a pesquisa contou com a autoconfrontação, que se trata da reflexão sobre a atividade de trabalho em conjunto (tanto entre trabalhador-analista, como entre pares de trabalhadores) de 15 educadores e 8 gestores, com encontros gravados, bem como análise de documentos fornecidos pelas instituições dos tipos: projetos, relatórios de atividades, balanços financeiros e/ou sociais, dentre outros documentos que giram em torno da atuação desses

¹⁸ Cada categoria de análise deste Capítulo já apresenta a quantidade de artigos atualizada de acordo com o novo processo de Refinamento apontado no Capítulo 4.

profissionais. Além disso, foram analisadas as filmagens das atividades de 9 educadores (cerca de 8 horas de seu trabalho).

Acerca da atividade que é tomada como objeto de pesquisa, Fonseca (2009) mostra-nos o educador profissional como aquele que tem como a prática de transmissão de saberes, sendo ele educado pela sociedade política e pela sociedade civil, da qual faz parte. Por possuir conhecimento teórico e prático de sua área de atuação (ou seja, trata-se de um profissional professor), esses saberes são de origem mais técnica – diferenciando-se, por sua vez, do professor profissional, com formação específica voltada para o ensino-aprendizagem. Nesse sentido, destaca-se, no estudo, que educador e professor apresentam-se como gêneros profissionais distintos (CLOT, 2010b), e também estão sujeitos a “diferentes processos de reconhecimento, remuneração, gestão e, evidentemente, formação” (p. 214).

Diante da complexidade dos processos de trabalho de educadores profissionais, o autor se depara com sujeitos de um gênero profissional que,

Chamados a *formar* e a *educar* sujeitos muitas vezes privados de recursos básicos de socialização, encontramos homens, mulheres, negros, brancos, jovens, adultos, todos identificados principalmente pela técnica que dominam em algum nível e que serão chamados a disponibilizar por modelos educativos os quais raramente ajudaram a construir. Em sua maioria, também não obtiveram formação específica no campo pedagógico e guardam a compreensão de que qualquer decisão, no sentido de obter essa qualificação específica, deverá partir deles próprios e não da instituição onde atuam ou do poder público (FONSECA, 2009, p. 226-7, grifos do autor).

Dessa forma, Fonseca (2009) retrata que, além de terem que lidar com questões comuns a outros profissionais da educação, como a luta pelo reconhecimento profissional e frágeis vínculos contratuais, buscam sustentar cumulativamente outros vínculos profissionais à função educativa – seja em suas áreas de atuação, seja como educadores em outros locais – o que, segundo o autor, causa visível adoecimento físico e psíquico. Assim, o autor percebeu que, na atualidade, a educação profissional ainda se trata de uma atividade “marginal”, o que significa que se desenvolve de forma secundária em relação a outras atividades profissionais desses mesmos trabalhadores.

Contudo, apesar de todos os obstáculos e constantes lutas que esses trabalhadores precisam lidar diariamente por conta de sua atividade, foi possível perceber, por meio das análises realizadas por Fonseca (2009), que a atividade desses educadores, conforme persistem a variações de tempo e espaços sociais, causam importante impacto nas instituições e comunidades em que atuam, o que demonstra possibilidades de transformação concretas na realidade social que experienciam. Reconhecemos, nesse aspecto, o chamado “poder de agir” tão destacado por Clot (2010b), em que os trabalhadores têm em si, junto ao coletivo, o

potencial de ação; de (re)criação; aproximação e de transformação que traz mudanças em seus ambientes de trabalho.

É importante pensar, conforme destaca o autor, na carga política que pode vir atrelada a esta categoria, pois se enxergamos a educação profissional como potencial recurso de enfrentamento às “práticas compensatórias destinadas a manter um *status quo* de subserviência e resignação por contingentes expressivos da população brasileira” (FONSECA, 2009, p. 229, grifos do autor) por parte das classes dominantes, enxerga-se como os educadores profissionais “carregam as reais possibilidades de implementação de políticas públicas integradas de geração de renda, profissionalização, educação e trabalho” (p. 229). Ou seja, o fazer desses profissionais vem através da síntese entre os mecanismos de reprodução das desigualdades e das forças voltadas à transformação social: o fazer em sala de aula.

Percebemos, no artigo em questão, um esforço para embasamento teórico bastante localizado e contextualizado, trazendo não somente o cenário da teoria que deu base à análise, mas também o contexto e o “caminho” epistemológico que Clot percorre ao desenvolver a Clínica da Atividade. Por outro lado, os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa apareceram no estudo de maneira tímida, o que dificulta, a nosso ver, a compreensão de elementos mais próximos das práticas dos profissionais – quantidade de turmas e de alunos que cada profissional acompanha, condições e carga horária de trabalho as quais estão submetidos, ou seja, delineamento da estrutura e das relações de trabalho.

Por outro lado, percebe-se um esforço do pesquisador de pôr em prática os preceitos da teoria escolhida, de modo a pensar em práticas que tragam consigo a reflexão e transformação dos processos de trabalho. No que diz respeito ao processo formativo desses educadores profissionais, diante da variabilidade de formas possíveis de atuação (o que já remete à própria noção de estilo profissional), percebemos a importância do destaque que se deu à necessidade de pensar em políticas públicas que pensem nos atravessamentos reais e concretos do trabalho dessas pessoas, tanto em setores públicos quanto privados.

O segundo artigo “Professores em formação no âmbito do Pibid-Capes: uma abordagem do planejamento e realização de aulas por meio da clínica da atividade”, de Kátia Cilene Silva Santos Conceição (2019), se propõe a analisar os processos de planejamento e prática docente de uma dupla de **professores em formação inicial no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)**. O artigo, para fundamentar as análises dos discursos dos professores em formação, baseou-se em três perspectivas: os estudos Clot (2007; 2010 apud CONCEIÇÃO, 2019), no que disse respeito à atividade humana; o desenvolvimento humano de Vigotski (2000; 2010 apud CONCEIÇÃO, 2019); e o dialogismo

de Bakhtin (2003 apud CONCEIÇÃO, 2019). Como estratégia metodológica, utilizou-se a técnica de autoconfrontação (simples e cruzada) fundamentada na Clínica da Atividade. A análise do discurso dos docentes em formação acerca de sua atividade aconteceu por meio do transcrito das sessões de autoconfrontação, tendo como base a metodologia de transcrições de textos orais (DINO PRETTI, 2001 apud CONCEIÇÃO, 2019).

Sobre a atividade profissional, percebeu-se uma discussão tímida acerca do contexto de trabalho dos docentes participantes da pesquisa. Apesar de aulas terem sido filmadas e acompanhadas, não se falou, por exemplo, sobre a quantidade de alunos por turma, condições físicas da escola em que os docentes atuam, relações entre docentes e o restante da equipe que compõe o quadro da escola, entre outros. Entretanto, apresentou-se a informação de que a prática analisada era em uma escola pública no estado do Paraná. As análises aconteceram no ano de 2015. Assim, observamos uma escolha em não lançar luz sobre esses aspectos nos dois artigos até aqui apresentados.

Destacam-se os objetivos principais do programa PIBID:

incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, visando à superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (CONCEIÇÃO, 2019, p. 30-31).

Percebemos, nesse trecho, aproximações da proposta do programa com a perspectiva vigotskiana de desenvolvimento dos sujeitos participantes (VIGOTSKI, 2000). Para além disso, percebemos aproximações também com os escritos de Clot (2010b) no que diz respeito ao papel ativo dos docentes em formação na construção de sua experiência, bem como de suas prática de trabalho, afastando-se de uma ideia de trabalho determinado; completamente traçado e planejado *a priori*.

Apesar de citar o coletivo de trabalho (CLOT, 2010b), não percebemos destaque a essa dimensão da análise do trabalho a partir da Clínica da Atividade, que enxerga no coletivo o potencial de transformação das condições materiais de trabalho, utilizando muito mais a técnica da autoconfrontação como uma análise dos indivíduos (destacando, inclusive, o discurso a partir de Bahktin), do que para a transformação em si. A nosso ver, enfatiza-se a análise descritiva em detrimento da adoção da ideia de Clot de “transformar para conhecer”.

A autora aponta, ainda, que os participantes do estudo puderam realizar reflexões e repensar seus conceitos acerca da atividade docente a partir dos conflitos que elucidavam a todo o tempo entre o prescrito e o real. Um fato marcante nos resultados apresentados era como os docentes aprendizes recorriam ao prescrito para se sentirem seguros em sua atividade. Por outro lado, durante o momento da autoconfrontação, se deram conta de que precisaram extrapolar o prescrito como forma de dar conta do que aquele trabalho demandava deles durante a sua execução. Ou seja: ainda que não tenha sido um conceito citado no artigo, percebemos como o estilo profissional aparece para dar conta do que emerge na prática; do que é imprevisto.

Desperta curiosidade e estranhamento o enfoque em apenas um dos dois sujeitos da pesquisa. A autora destacava o fazer de um dos sujeitos, sempre enfatizando os conflitos internos e externos de sua atividade (ora em conflito com seu colega de trabalho, ora com os alunos a quem direcionava a aula, ora com a pesquisadora entrevistadora). Sentimos falta, ainda, da dimensão do coletivo no processo de transformação do trabalho e, por consequência, o destaque do papel do estilo profissional na modificação do gênero. Percebemos, portanto, uma opção pela posição mais investigativa da pesquisadora do que, de “analista” ou “clínica” do trabalho, como propõe Clot (2010b).

Os quatro artigos que tratam de docentes em ensino superior, são: “O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade” (BARROS; SILVA, 2013); “Questões de estilo no exercício da docência na Educação Superior” (ARIATI; LIMA, 2018); “O uso das TIC no trabalho de professores universitários de língua inglesa”, (MELO, 2012); e “Os impedimentos da Atividade de Trabalho do Professor EAD” (SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017).

O terceiro artigo de nosso *corpus* de análise, “O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade”, de Barros e Silva (2013), traz a proposta de pensar em “diretrizes” do trabalho do pesquisador cartógrafo. Para isso, parte da perspectiva da atividade apresentada pelas Clínicas do Trabalho. A proposta das autoras de refletir as diretrizes surgiu após a realização de pesquisa com **docentes de instituições de ensino superior privada** na Grande Vitória, no Espírito Santo, situação em que surgiram reflexões acerca da complexidade dos processos e relações que envolvem o gênero pesquisadora-cartógrafa. No que diz respeito ao método, utilizou-se dos princípios da cartografia, técnica de instrução ao sócia (CLOT, 2007 apud BARROS; SILVA, 2013), filmagem de aula (autoconfrontação), roda de conversa com alunos e observação do cotidiano do estabelecimento estudado.

O foco das pesquisadoras com seu trabalho se deu basicamente sobre a proposta de duas diretrizes: um método de pesquisa em que a produção de conhecimento acontece com um

“construtivismo radical”, que desafia o modelo de representação e pensa a partir da lógica de “transformar para conhecer” (BARROS; SILVA, 2013). Ou seja, adota-se a ideia de que a pesquisa, por si só, é ação criadora; e de que, pensando o trabalho de pesquisa a partir da perspectiva da atividade, ele se constrói a partir da relação (e dos tensionamentos) entre prescrito e real, e não apenas por se seguir o prescrito.

Destaca-se, portanto, o esforço de Barros e Silva (2013) em demonstrar o papel das pesquisadoras como participantes ativas do conhecimento que constroem – em conjunto, vale ressaltar –, atravessado por (re)criações em ambas as direções (pesquisador-pesquisado). E nisso apontam que estaria atrelado o gênero profissional pesquisador-cartógrafo: um fazer que não se reduza a protocolos e regulamentos metodológicos, mas “à incessante invenção coletiva de um plano de referência, certa disposição de elementos diversos capazes de produzir sentido, colocando em funcionamento modos de pesquisar” (BARROS; SILVA, 2013, p. 352), que são singulares, dentro de seu gênero, pela emergência dos estilos profissionais que o atravessam.

O quarto artigo, de autoria de Solange Ariati e Anselmo Lima, intitulado “Questões de estilo no exercício da docência na Educação Superior” (2018), buscou compreender as formas de transformação do exercício de **professores de uma instituição pública de ensino superior**. Os autores partiram de um referencial teórico-metodológico da Clínica da Atividade, destacando a interface com os estudos de Vigotski e Bahktin. Os dados de análise da pesquisa partiram do método da autoconfrontação (simples) com dois professores: um do Curso Tecnológico em Manutenção Industrial, e outro do Curso de Engenharia Mecânica.

Sempre levando em conta as dificuldades previstas (ou não) da atividade docente em nível superior, Ariati e Lima (2018) tentam demonstrar, ao longo do texto, a partir dos resultados de seus dados, o quanto o prescrito não dá conta das dificuldades ou dos imprevistos que surgem durante a prática docente. Um dos professores deixa isso claro quando menciona as problemáticas em torno de tentativa de “de manter o curso da aula, havendo de um lado seu planejamento e de outro também as demandas dos alunos” (p. 209). No caso em questão, o planejamento, que dava curso à aula, não era o suficiente para atender aos interesses e às demandas apresentadas pelas alunas no decorrer das aulas, o que fugia do que já havia sido programado. O docente se encontrava, portanto, em conflito entre o perigo da ausência do plano e o de cair numa lógica de aula “engessada”, mas que ainda assim não fugisse da proposta pedagógica (prescrito), por mais que eclodissem as necessidades das alunas. Os autores demonstram que é diante desse conflito, que busca responder ao prescrito e às demandas do público a quem era direcionada a atividade, que o professor, como sujeito ativo, traz à tona sua

subjetividade e sua capacidade de transformar o meio por iniciativa própria, ou seja, pelo estilo profissional.

Nesse momento, vemos como os autores bem descrevem uma tentativa de equilíbrio entre os dois extremos possíveis (atividade engessada e demandas das estudantes), resgatando a teoria de Vigotski (1999 apud ARIATI; LIMA, 2018), pensando no papel ativo do sujeito em sua atividade, e da busca pelo equilíbrio com seu meio, que gera a síntese que gira em torno da atividade realizada (bem como do real da atividade, mais especificamente). Aí entra, também, o papel do estilo profissional: diante dos recursos que já são apresentados pelo gênero frente ao imprevisto, tomam-se eles para que, por meio da singularidade do estilo, o gênero profissional possa ser atualizado e recriado, em face das demandas impostas naquele contexto material específico, superando o conflito apresentado entre prescrito e real (CLOT, 2010b). De acordo com Lima (2012 apud ARIATI; LIMA, 2018), essa busca pelo equilíbrio e pela superação dos conflitos traz à tona o conceito de “atividade reguladora”, que seria justamente a oscilação ininterrupta dos dois extremos com os quais o docente se depara em sua prática, tentando alcançar sempre o equilíbrio.

O outro participante da pesquisa apresentou elementos que demonstram a importância do prescrito para a realização da sua atividade, por proporcionar-lhe uma parcela de segurança. Os autores relacionam, também, essa sensação de segurança a uma “dominação” do gênero profissional. Contudo, reconhece-se (tanto por parte dos autores quanto dos participantes, a partir da autoconfrontação) como é necessário ir além do prescrito e da carga histórica trazida pelo gênero para responder às demandas apresentadas pelos estudantes, principais alvos da atividade docente. O docente aponta a necessidade dos estudantes de terem aulas que extrapolem aspectos apenas teóricos. A partir disso, busca inserir em sua prática um conteúdo que seja de cunho mais prático, com exemplos improvisados, para que seja mais bem recebido e melhor aceito por seus alunos, que “não se sentem bem trabalhando com algo puramente abstrato” (p. 209). Responder a essa demanda, portanto, seria a outra parcela da sensação de segurança reconhecida pelo docente. Dessa forma, diante dos dois casos, os autores reconhecem a importância de se fazer uso do estilo profissional no desenvolvimento da atividade docente como garantia do poder de agir (CLOT, 2010b) desses profissionais.

Observa-se, a partir do estudo, a potência do método da autoconfrontação. No entanto, a nosso ver, nesse caso ocorre um menor destaque acerca do papel dos coletivos na transformação das condições de trabalho. Reconhece-se o papel do coletivo na produção dos gêneros, mas, para além disso, não se descrevem atividades grupais que pudessem refletir em contribuições mútuas no sentido de atualização dos gêneros profissionais. Contudo, apesar de

não terem realizado esse movimento grupal, os autores destacam o potencial que o compartilhamento dessas estilizações pode trazer para os grupos de trabalho aos quais os professores pertencem.

O quinto artigo em análise, de autoria de Glenda Cristina Valim de Melo (2012), intitulado “O uso das TIC no trabalho de professores universitários de língua inglesa”, nos apresenta reflexões acerca do trabalho realizado por **docentes universitários de Língua Inglesa**, articulados com o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em sala de aula, e os tipos de uso que consideram para esses instrumentos em suas atividades. Seis docentes de Língua Inglesa, no ensino superior (público e privado), que utilizam as TIC no trabalho, participaram do estudo. Os dados analisados foram produzidos via *internet*, via *e-mails* e plataforma *Moodle*, em que os participantes relatavam, por meio de textos, os usos que fariam dessas ferramentas.

Salientamos o destaque da autora dos aspectos importantes no trabalho docente de Língua Inglesa, em nível superior, com base em Machado (2009; 2010 apud MELO, 2012) e corroborados pelos resultados de sua pesquisa: trata-se de um trabalho contextualizado histórica e socialmente na Era da Informação – o que implica na valorização do uso das tecnologias no ensino; ele é pessoal, o que quer dizer que é realizado de diferentes modos; que os estudantes também são postos como usuários das TIC (não apenas os docentes); e é uma atividade instrumentada (MACHADO 2009; 2010 apud MELO, 2012), o que implica na necessidade de conhecimentos específicos na área da computação. No caso em questão, considera-se a obrigatoriedade do uso das TIC em sua atividade, bem como a necessidade de realizar letramento digital dos estudantes a quem seu trabalho é direcionado; e é interpessoal – tendo-se em vista as relações professor-aluno e professor-instituição.

No que se refere à formação, são destacados, no artigo, aspectos voltados à formação de docentes universitários em Língua Inglesa. Melo (2012) destaca que há uma lacuna na formação desses profissionais, pois se trata de especialistas em seu campo de saber, com formação voltada para a prática da profissão, mas que não necessariamente possuem formação didático-pedagógica (VIDAL, 2002 apud MELO, 2012). A autora aponta esse aspecto como um possível ponto que dificulta o desenvolvimento e aplicação de práticas pedagógicas, e particularmente na apropriação das TIC, como instrumentos de trabalho.

Já sobre as representações do uso das TIC por parte dos docentes universitários de Língua Inglesa, a autora percebeu similaridades entre docentes que trabalham em instituições públicas e privadas. Contudo, percebeu-se um afastamento entre as possibilidades de trabalho com as TIC em docentes, dependendo do tipo de instituição: apenas os profissionais de

instituições públicas relataram escassez de condições materiais (falta de laboratório e dificuldade de acesso às TIC na instituição).

A partir dessas representações, Melo (2012) percebeu que o uso dessas tecnologias “pode ser mais adequado quando os participantes se apropriam dos recursos, ou seja, quando esses recursos deixam de ser artefatos e se tornam instrumentos” (p. 116). Nesse sentido, aponta que, apesar de ser prescrito para todos, igualmente, pelos órgãos governamentais¹⁹, o trabalho com as TIC é feito de maneiras distintas, atravessado pelos conhecimentos e objetivos de cada trabalhador. Assim, é necessário considerar a natureza da instituição e de ensino em que trabalham, seja no âmbito público ou privado.

O sexto artigo, intitulado “Os impedimentos da Atividade de Trabalho do Professor EAD” (SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017) problematiza a atuação docente em articulação com a tecnologia, mas dessa vez, enfatiza a atividade de trabalho de **professores de ensino superior na Educação a Distância (EAD)**. O estudo em questão partiu da abordagem teórico-metodológica da Clínica da Atividade, a partir da técnica da instrução ao sócia, com dois professores da EAD, classificados como Professor Regente e Tutor a Distância, em duas IES da cidade de Natal, em que um deles era iniciante em EAD (atuante havia seis meses) e o outro atuava havia mais de cinco anos.

Foram discutidos e apresentados pelas autoras três aspectos principais “a) O contexto da EAD: o processo de ensino-aprendizagem e seus atores; b) O papel do professor na EAD: o fazer habitual, as descobertas e os impedimentos da atividade; e c) Ser professor na EAD: os contextos de análise da atividade de trabalho” (SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017, p. 687). No primeiro ponto, percebeu-se uma multiplicidade de atores no processo de ensino e aprendizagem quando se trata de EAD. A partir disso, o professor precisa reconfigurar seu papel em novas interações proporcionadas por esse ambiente de trabalho, que traz consigo exigências de uma reformulação de seus fazeres.

Sobre o papel do professor e a habitualidade, descobertas e impedimentos em suas atividades, as autoras apontam como o acesso às turmas virtuais é a principal atividade dos docentes participantes da pesquisa. Essa atividade, por si só, já exige redirecionamento dos fazeres dos professores desta modalidade em comparação ao docente presencial. Além disso, vem carregada de uma sistematização genérica e institucionalizada de rotinas de trabalho – o que enxergamos não ser tão distinto da experiência em docência presencial.

¹⁹ Pareceres CNE / CES 492/2001, do Ministério da Educação, que propõem a inserção das TIC nos projetos pedagógicos (BRASIL, 2001).

Por outro lado, dá-se grande destaque ao principal diferenciador entre os dois tipos de atividade: o artefato de mediação na EAD e o ambiente virtual de aprendizagem. Nesse ponto, destacamos que, diante desse cenário, precisam-se desenvolver novas habilidades para utilizar essa ferramenta. Ou seja, o docente precisa se apropriar desses artefatos e transformá-los em instrumentos que medeiam sua atividade nesse “outro ambiente” (CLOT, 2010b). A partir dos dados da pesquisa, percebemos também que o peso das dificuldades e impedimentos envolvendo essa apropriação não é apenas de ordem concreta e objetiva, mas também tem desdobramentos subjetivos, pois atingem o âmbito afetivo no tocante à relação professor-aluno.

Se configurar-se a discussão ao campo dos afetos, os escritos de Espinosa (2008) podem nos ajudar a refletir sobre o atravessamento da afetividade na atividade de trabalho que, segundo Clot (2010b), é direcionada para si, para os outros destinatários e para o prescrito. Espinosa dá destaque ao coletivo na construção do ser humano como ser social, que “é composto de um grande número de indivíduos de natureza diferente, e pode, portanto, ser afetado de muitas e diferentes maneiras por um só e mesmo corpo” (2008, p.185). Assim como nos casos relatados por Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017), portanto, há o impedimento de desenvolver relações afetivas entre docentes e estudantes, o que pode coisificar tal relação – o que levaria, por sua vez, ao afastamento do valor simbólico, humanístico e social do significado da atividade docente pelos professores, quando passam a exercer a função de tutor e professor EAD. Há, portanto, impedimento de se estabelecer relação afetiva com os alunos – de afetarem e serem afetados em meio a essa relação.

Nesse sentido, apesar de as autoras reconhecerem a importância da coletividade no papel de transformação das condições de trabalho, não identificamos um movimento de exploração desse potencial na pesquisa (que, partindo da metodologia baseada na Clínica da Atividade, teria como objetivo a transformação para conhecer o trabalho). O coletivo “parou” na relação entre pesquisadoras e trabalhadores, mas não houve formas de articular coletivos no grupo de trabalho para pensarem juntos em possibilidades de transformações nos aspectos que impediam desenvolvimento na atividade. A potencialidade de transformação dos estilos não pôde ser percebida, nem a possibilidade de ser posta em prática a fim de transformar o gênero profissional, contornando, portanto, a possibilidade de um salto qualitativo.

Assim, fica o questionamento: como desenvolver ou modificar gêneros de trabalho se os docentes não têm contato uns com os outros como um coletivo? Concordamos com as autoras quando apontam que “estando isolados dessa troca com o coletivo, os trabalhadores tendem a afastar-se dos seus sistemas de orientações genéricas, e a vulnerabilizar-se como gênero profissional” (SILVA; FALCÃO; TORRES; CARABALLO, 2017, p. 692).

No caso do EAD, as autoras apontam que a prescrição enrijecida acarretada pelo novo ambiente de ensino impede a criação de novas formas de tentar estabelecer vínculo, uma vez que tanto no âmbito impessoal (ou seja, da tarefa) quanto no interpessoal (relação com parceiros de trabalho) força para legitimar sua ação. A partir desse aspecto, nos questionamos: e não estaria aí o papel da transformação em grupo dos gêneros do trabalho? Não entraria aí o estilo profissional para modificar o gênero? Não houve um salto qualitativo e de transformação das formas de trabalho? Parece-nos que o modo como o método foi aplicado apenas permite acessar informações, o que se afasta da noção e da importância do coletivo na transformação das condições de trabalho e nos gêneros. Contudo, foi percebido, pelas autoras, que houve ressignificação, a partir do método de instrução ao sócia, sobre “ser docente”.

Observamos, ainda, que quatro artigos tratam de docentes do ensino básico. São eles: “Atividade docente, vivências e mediações no primeiro ano do ensino fundamental do município de Natal/RN” (ANDRADE; FALCÃO, 2018); “Memória das aprendizagens: um gesto docente integrador da sequência didática” (BARROS, 2013); “Narrativas na docência: dimensão sensível do trabalho de professores e pesquisadores” (BARROS; BRITO; CLEMENTE, 2018); e “Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade” (BARROS, PASSOS E EIRADO, 2014).

Dando continuidade, no sétimo artigo de nosso *corpus* de análise, intitulado “Atividade docente, vivências e mediações no primeiro ano do ensino fundamental do município de Natal/RN”, publicado no ano de 2018, Letícia Raboud M. de Andrade e Jorge Tarcísio da Rocha Falcão discutem o trabalho docente a partir também do referencial teórico e metodológico da Clínica da Atividade, e utilizam a técnica de instrução ao sócia. Além disso, foi feita uma avaliação dos perfis psicossociais de trabalho das professoras, através do instrumento *Job Content Questionnaire* (DARES-DRESS, 2008 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018). Participaram do estudo **duas professoras do primeiro ano** da rede pública do município de Natal/RN.

No que diz respeito à atividade profissional das professoras de 1º ao 5º ano, os autores trazem uma rica descrição a respeito de suas práticas: são trabalhadoras responsáveis por uma turma cada, que lecionam diversas disciplinas e, desde o ano de 2006, atuam em turmas com crianças a partir dos seis anos de idade. Destaca-se, ainda, a proposta de um currículo comum (na época não oficializado) de alfabetização até os oito anos de idade, que estava relacionado ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Vale salientar que, aprovada e homologada em dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determina a alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (BRASIL, 2017). Na época de escrita

do estudo em questão, a BNCC ainda estava em processo de aprovação. Diante dessas propostas, os autores destacam que, apesar da iniciativa de contribuição na democratização da educação, a BNCC está vinculada a avaliações que prezam pela aquisição de mínimos saberes por parte das alunas, bem como a uma proposta que amplia o controle e padronização: tanto dos conteúdos, quanto do trabalho das docentes.

Assim, os autores realizaram análise de elementos que fizessem referência às dimensões do prescrito, atividade dirigida a si e por si, a dirigida ao outro, e o gênero profissional – bem como as relações de aproximação, distanciamento, possibilidades ou impossibilidades entre elas – foram descritos e analisados os fazeres das profissionais. A escolha dos autores foi por entrevistar participantes em contextos distintos. Uma delas com perfil de risco psicossocial, baixo suporte social no trabalho, 43 anos, professora havia nove anos, e naquele momento com uma turma de 25 alunas – e que, vale ressaltar, trabalhava em outra instituição distante da primeira e de onde morava. Já a segunda entrevistada pertencia a um perfil de baixo risco psicossocial, identificou alto suporte social em seu trabalho, tinha 51 anos de idade na época (e lecionava havia 21 anos), com uma turma de 22 alunos, morava perto do local de trabalho e tinha jornada dupla na escola em que lecionava.

É clara, na fala da primeira participante, a ideia de alienação, com base em Leontiev (2004; 2009) trazida pelos autores, uma vez que a todo o momento aparecia uma ruptura entre sentido e significado do trabalho, pois o foco de sua atividade é sobre a produção material de resultados (como notas, produtos), em detrimento da produção de desenvolvimento junto aos estudantes. Além disso, em suas falas, fica claro como considera os alunos como passivos, quando deveriam ser vistos como ativos para a aprendizagem (de acordo com a própria BNCC). São constantes também falas sobre o trabalho como uma “batalha” contra os estudantes, o que a leva a buscar domínio e convencimento sobre os alunos para cansá-los e, assim, alcançar a esperada produção (ou seja, o prescrito). Assim, por sentir que sua atividade (gerar produção) é impedida, os autores identificam esse como um fator gerador de sofrimento.

Já sobre a segunda entrevistada, percebemos que os autores trouxeram as informações quase como “pólos opostos” em uma mesma equação: foi destacado que ela trouxe o processo como foco, não o resultado; como uma profissional que apresentou estratégias pra resolver os problemas que identificou. Nesse caso, podemos refletir que Andrade e Falcão (2018), a partir de Leontiev, indicam a inexistência da alienação do trabalho, uma vez que não foi identificado afastamento entre sentido e significado do trabalho.

Os autores dão bastante destaque às citações da professora sobre a PNAIC e seu papel potencializador na reflexão e transformação de suas práticas de trabalho. Além disso, dão

destaque a como a professora enxerga os estudantes como tendo papel ativo em seu processo de aprendizagem, e como algumas dificuldades encontradas pela docente (livros didáticos incoerentes) foram tidas como oportunidades de melhor trabalhar aspectos convenientes ao desenvolvimento dos estudantes. Outras dificuldades foram vistas apenas como empecilhos no trabalho (baixo salário e alto número de estudantes em sala de aula). Sendo assim, percebemos bastantes elementos que demonstram a importância do estilo profissional na atuação dessa docente para que consiga adaptar seu fazer ao que pede o meio, demonstrando aproximação ao equilíbrio entre necessidades dos alunos, prescrições e condições materiais (CLOT, 2010b).

Dessa forma, percebemos que os pesquisadores mostram como as condições materiais influenciam fortemente as vivências das professoras. Apesar de não ter sido apontado diretamente por eles, pensamos que a jornada de trabalho em locais diferentes e afastados (tanto um do outro, como da residência) pode ter sido um fator complicador para a primeira professora. Além disso, a grande diferença que marca a fala das duas entrevistadas também gira em torno da PNAIC – em que a profissional que menciona mais dificuldades e sofre um processo de alienação de seu trabalho não menciona o Pacto em nenhum momento de sua fala. Podemos pensar na possibilidade de ter havido uma falta de contato da profissional com a PNAIC ou se apenas não foi dada ênfase por ela em sua fala. Uma vez que destacam a importância de coletivos de trabalho nas instituições de ensino para enfrentamento dos desafios da realidade e por melhores condições de trabalho, sendo dispositivos que podem auxiliar a mudança e desenvolvimento do trabalho, a nosso ver, não há destaque, no artigo, no tocante à aproximação da profissional com o Plano para melhor entendimento do contexto de trabalho da docente.

A partir da aplicação do método específico da Clínica da Atividade, é possível perceber que houve ampliação da visão sobre o trabalho, mas não reflexão ou transformação em seu fazer. A instrução do sócia, quando proposta por Clot, foi pensada não apenas como forma de conhecimento e análise do trabalho: a ênfase, nesse caso, que deveria ser dada à transformação pareceu ter sido deixada de lado, dando destaque aos pontos de análise comparativa entre as participantes e discussão da teoria. Assim, uma possibilidade de avanço poderia ser a realização de intervenções junto à primeira profissional para buscar gerar mais reflexões por parte dela e, por consequência, mais transformações em suas práticas. Uma possível explicação seria a impossibilidade de realização de outros encontros com as profissionais, mas essa informação também não está presente no texto analisado.

Podemos pensar, ainda, numa aproximação com o caso das docentes do artigo de Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017) com a pesquisa de Andrade e Falcão (2018), no que se refere

aos problemas ocasionados pela alienação da atividade docente (LEONTIEV, 2004 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018). A aproximação entre os estudos seria acerca da identificação, ou seja, a um distanciamento entre o sentido pessoal e o significado social sobre o fazer dessa profissão quando os profissionais executam sua atividade de docentes em EAD (afastamento entre sentidos pessoais e significados sociais). Nessa mesma linha, percebe-se também o atravessamento da concepção de utilidade (para si mesmo e para o outro) atrelada ao sentido atribuído à atividade de trabalho e à sensação e desejo de pertencimento. O esvaziamento da atividade volta a aparecer e pode afetar os trabalhadores de modo a diminuir seu envolvimento em suas atividades, tendo, por sua vez, seu “poder de agir” atrofiado, o que pode gerar a sensação de subutilização (LIMA, 2007; TEIXEIRA; BARROS, 2009 apud ANDRADE; FALCÃO, 2018).

No oitavo artigo, que retrata o estudo de Eliana Merlin Deganutti Barros (2013), intitulado “Memória das aprendizagens: um gesto docente integrador da sequência didática”, buscou-se realizar um trabalho de apropriação do gênero de texto “carta de reclamação”, com a base teórica e metodológica no “o instrumental didático proposto pelo Grupo de Genebra (pesquisadores filiados ao Interacionismo Sociodiscursivo – ISD)” (BARROS, 2013, p. 107). O estudo foi feito com **uma docente no início de sua carreira**, e a intervenção foi junto a uma turma de 6º ano de escola da periferia de Londrina/PR. A ideia, com isso, era de que o instrumento fosse validado no contexto da escola pública brasileira. Além disso, Barros (2013) buscou realizar a articulação entre a observação dos gestos didáticos da professora e a construção didática da carta de reclamação, moldada ao contexto de ensino-aprendizagem específico.

Contudo, a escassez de informações acerca do contexto específico de atuação da professora (carga-horária, número de alunos por turma, relações interpessoais dentro e fora do ambiente profissional, etc) dificulta pensar nas condições materiais de atuação da trabalhadora – para além de seu estilo profissional. A nosso ver, podemos entender que o caminho escolhido pela autora reflete a prioridade de validação do instrumento (em detrimento de uma possível transformação no fazer da profissional). Sendo assim, pensando numa das premissas básicas da abordagem de Clot – a de transformar para conhecer – sentimos a ausência do caráter transformador na proposta levantada.

O novo artigo, intitulado “Narrativas na docência: dimensão sensível do trabalho de professores e pesquisadores”, pode ser identificado como uma pesquisa cujo foco está em pensar a **experiência de estudantes de iniciação científica em Psicologia** frente à pesquisa com **professores de ensino básico da rede pública de ensino**. Publicado por Maria Elizabeth

Barros de Barros, Janaina Madeira Brito e Ozilene Pereira Clemente em 2018, o estudo busca trazer reflexões acerca da vida, do trabalho e do cotidiano de profissionais docentes que se expressam nas narrativas dos professores e também das pesquisadoras estudantes.

Ao reconhecerem que a pesquisa apresenta limites (de representação das narrativas e das vivências, de transformação, dentre outros), as autoras conseguem valorizar bastante a articulação entre saberes (e papéis) da academia e comunidade, buscando a interlocução das autoras envolvidas no processo de construção do conhecimento e transformação da realidade com que convivem.

Apesar disso, apontam como outros atravessamentos das atividades dos docentes (carga-horária excessiva, jornada dupla ou tripla dessas trabalhadoras, más condições físicas e de materiais de trabalho, prescrições incoerentes, relações conflituosas com estudantes – que muitas vezes estão imersos em contexto de extrema desigualdade social) acabam sendo barreiras que, ainda que não sejam intransponíveis, podem trazer caráter de adoecimento para os trabalhadores da educação. Esse adoecimento foi trazido pelos participantes, muitas vezes, em falas que demonstravam uma perda de entusiasmo em seu trabalho, no resgate de suas histórias de vida na Educação, em contraponto com suas vivências fora e/ou anteriores ao ambiente escolar com vínculo de funcionário público efetivo que possuíam naquele momento.

Destacam-se, na fala narrada por uma das pesquisadoras sobre a conversa que teve com uma das participantes do estudo, as contradições que marcam as relações que se estabeleciam com estudantes:

Lembra-se do clima bom de amizade e harmonia entre professores e alunos. Agora isso é passado. O horror, o medo do aluno, o toque de recolher, o carro danificado são angústias e tensões que faz-se como expressão. O peso deste momento é então amenizado pela sobrevivência narratológica. Relata... um dia desses... Na sala de aula, alunos atentos assistindo a aula de conjugações de verbos. Matéria difícil... coordenador entra e interrompe a aula para dar um recado. Alunos reclamam! Essa é uma fagulha de felicidade e surpresa... Socorro feito pela memória. A professora não acredita na cena ocorrida. Os alunos pediam a aula (BARROS; BRITO; CLEMENTE, 2018, p. 37).

A surpresa que emerge na fala da professora parece refletir as contradições de seu próprio fazer e toda a carga de historicidade que se juntam em suas vivências. E foi a partir dessas tensões entre história individual e história coletiva, ou seja, estilo e gênero profissional (CLOT, 2010b) através da fala, que os participantes tiveram a oportunidade de olhar, ouvir e pensar em outros modos de fazerem suas atividades.

Para além disso, as autoras destacam que a busca da (trans)formação não atinge apenas o quadro docente que participa da pesquisa: a própria experiência de iniciação científica também se beneficiou dos processos transformadores arraigados nas práticas narrativas

coletivas como potenciais instrumentos de reflexão e transformação. Destaca-se o paralelo que foi feito por Barros, Brito e Clemente quanto à atividade docente (com vasta experiência de atuação) e de estudantes em processo formativo: as tensões trazidas por esses dois olhares puderam transformar os fazeres de ambos os grupos.

Podemos afirmar que, bem como em Barros, Brito e Clemente (2018), Barros e Silva (2013) reforçam a ideia de que, no uso do que propõe a Clínica da Atividade, emergem as singularidades das pesquisadoras, mas também uma constante renormatização e constante aprendizado emergente da relação com o meio, com os outros e com o objeto de pesquisa (CLOT, 2010b). Que a formação na pesquisa se dá por meio da atividade. Destacamos a importância, a nosso ver, de que, em ambos os casos que emergiram questões voltadas à formação da pesquisadora, tratavam-se de pesquisas cujas participantes eram atuantes em atividades de docência.

O décimo e último artigo deste tópico de análise, que retrata o estudo de Maria Elizabeth Barros de Barros, Eduardo Passos e André do Eirado (2014), continua a discussão acerca da atividade docente com o artigo “Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade”, a partir da autoconfrontação cruzada, por meio de fotos e vídeos. A pesquisa foi construída com um grupo de **professores de escola de ensino fundamental** na Grande Vitória/ES por pesquisadores de uma Universidade Federal. A Clínica da Atividade foi o principal referencial teórico-metodológico do estudo. Apesar disso, não identificamos, explicitamente, referências às proposições teóricas de Vigotski ou de Leontiev no estudo.

Partindo-se da premissa de “transformar para conhecer”, Barros, Passos e Eirado (2014) destacam o papel ativo e de igual posição na produção de conhecimento, tanto do grupo de pesquisadores quanto de professores. Os acordos construídos, as estratégias criadas e as análises realizadas proporcionaram um encontro de estilos profissionais que tornou possível a atualização dos gêneros. E tanto na atividade das docentes quanto na dos pesquisadores, ressaltam a importância do processo no desenvolvimento e na compreensão do trabalho:

É preciso insistir, somos inventados na e pela história, assim como nossos problemas e métodos. Assim, ao renunciar à verdade sobre os mundos do trabalho, reafirmamos a necessidade de gerar ferramentas, de produzir modos de análise que nos auxiliem a intervir no real (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014, p. 158).

Assim, destacamos a profundidade com que foram tratadas não apenas as problemáticas que envolvem a atividade docente, mas também de pesquisa – movimento que também pode ser percebido nos estudos de Barros, Brito e Clemente (2018) e Barros e Silva (2013).

Em síntese, podemos afirmar, a partir dos artigos em análise que tratam da atividade de docentes e de atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa, por meio

dos estudos que são atravessados pela abordagem da Clínica da Atividade, algumas reflexões que são apresentadas a seguir.

Percebemos que há certa variação em termos de nível de ensino (ensino básico, ensino superior, ensino profissional e profissionais em formação no ensino) dentre os profissionais participantes de cada um dos 10 artigos voltados para esta categoria, destacando-se os artigos que apresentam discussões voltadas ao ensino superior, que totalizam 4 artigos, seguidos de 2 artigos que trazem pesquisas voltadas a profissionais que lecionam no ensino básico.

Apesar dessa variação, identifica-se que o excesso de carga-horária de trabalho e jornadas duplas (ou triplas) atravessam o trabalho realizado pelos participantes dos estudos de Fonseca (2009), Andrade e Falcão (2018), Barros, Brito e Clemente (2018), Barros e Silva (2013). Segundo Fonseca (2009), tendo como base a Clínica da Atividade, esses aspectos geradores de sobrecarga de trabalho apresentam “potencial de adoecimento físico e psíquico” (p. 227) para os profissionais cujas condições materiais de trabalho estão atravessadas pelos aspectos citados.

Chama a atenção que essa problemática surge nos profissionais de ensino profissional, ensino superior ou rede básica de ensino, mas com algumas especificidades: no caso do ensino profissional e no ensino superior, tem-se uma acumulação de serviços com outras atividades voltadas a sua própria área de formação, como também com outros vínculos como educadores (destacando, ainda, a frágil vinculação contratual a que estão submetidas) (BARROS; SILVA, 2013; FONSECA, 2009). No caso do ensino básico (ANDRARE; FALCÃO, 2018; BARROS; BRITO; CLEMENTE, 2018), além das jornadas duplas de trabalho e carga-horária de trabalho excessiva, apontamos o baixo salário e o alto número de estudantes em sala de aula como uma problemática que interfere na realização do trabalho dos docentes.

Pensando na ideia de adoecimento há pouco citada por Fonseca (2009), relacionamos tais aspectos ao proposto por Clot (2007) quando se pensa na relação entre desenvolvimento e sofrimento relacionados ao ambiente de trabalho. Para Clot, o sofrimento é tido como uma atividade contrariada; como desenvolvimento impedido. Nesse sentido, se pensarmos nas condições e os recursos a que esses sujeitos têm privação por conta da carga-horária excessiva e múltiplas jornadas de trabalho (tais como falta de período de descanso, uma possível redução de tempo para dedicarem-se aos momentos de planejamento de aulas, elaboração de atividades, correção de provas e trabalhos, “pré-ocupações”) como impeditivos de seu desenvolvimento, podemos enxergar nisso uma potencial causa de sofrimento, chamando atenção para como as condições materiais podem interferir diretamente na subjetividade dos trabalhadores dessa área, gerando sofrimento e adoecimento.

Corroborando com esse pensamento, encontramos a tese de Reis (2014) e as dissertações de Andrade (2007) e Soldatelli (2011), que realizaram pesquisas com profissionais da educação de rede pública do Pará, São Luís e Florianópolis, respectivamente, que apontam como o adoecimento dessa atividade profissional pode estar relacionado a condições precarizadas de trabalho, bem como relações profissionais enfraquecidas, quantidade excessiva de estudantes em sala de aula, excesso de tarefas a cumprir e exigências pedagógicas – ou seja, prescritivas.

Melo (2012) e Silva, Falcão, Torres e Carballo (2017) apresentam aproximações no tocante ao processo de apropriação da tecnologia como instrumentos de realização de suas atividades de docente. No estudo de Melo (2012), a autora aponta como lacunas na formação desses profissionais pode atravessar essa problemática, bem como a precariedade nas condições materiais em instituições públicas. Já Silva, Falcão, Torres e Carballo (2017) relatam que a entrada desses trabalhadores pode ser seguida de dificuldades, uma vez que a formação dos docentes estava direcionada apenas ao ensino na modalidade presencial, precisando reconfigurar seu fazer, quando lidando com a modalidade EAD, e recriar formas de atuação e de relação com os estudantes com quem atuam (bem como com outros profissionais). Portanto, destacamos uma dificuldade nesse processo de apropriação da tecnologia como “local” de trabalho de profissionais docentes. Nesse sentido, Freitas (2006), em sua tese realizada com profissionais do ensino superior que trabalham em EAD, aponta como o adoecimento em profissionais da educação que trabalham em ambiente virtual pode acontecer acarretado pela rígida organização do trabalho, afastamento dos alunos e ausência de suas imagens, intensidade de tarefas diante da tela do computador e dificuldades relacionadas ao uso da tecnologia.

Por outro lado, observamos nos artigos publicados por Conceição (2019), Ariati e Lima (2018) e Barros (2013) a ausência da apresentação de aspectos materiais concretos mais voltados às condições físicas e de organização do trabalho, jornada de trabalho e quantidade de alunos e turmas com os quais cada um dos participantes de pesquisa têm de lidar. A nosso ver, abdicar da apresentação de informações como essas pode deslocar os sujeitos de pesquisa do concreto de suas vivências, descaracterizando a própria ideia de Clot (2007; 2010b) de enxergar o trabalho como atividade humana localizada social e historicamente e que, para ser compreendida, precisa ser muito bem descrita e contextualizada. Pensamos na possibilidade de essas informações omissas nos artigos aqui estudados, no caso de pesquisas derivadas de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações ou Teses, podem ter sido melhor descritos em outros materiais.

Outro aspecto que chama a atenção é que, apesar de destacarem o papel e a importância do coletivo na perspectiva da Clínica da Atividade, os artigos de Ariati e Lima (2018), Conceição (2019), Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017) e Andrade e Falcão (2018) não apresentam elementos que evidenciam essa dimensão em seus estudos. Enxergamos esse ponto como contraditório, uma vez que se dá grande destaque na abordagem da Clínica da Atividade ao potencial transformador das condições de trabalho a partir de momentos coletivos. Nessa abordagem, busca-se ajudar a construir condições para que os sujeitos possam reformular e reelaborar formas de proceder em seus ambientes de trabalho, principalmente a partir do coletivo de trabalho (CLOT, 2010a; PINHEIRO *et al.*, 2016). Para a Clínica da Atividade, esse coletivo se faz importante nos processos de trabalho, pois “provê ferramentas para ação ao criar enunciados que se estabilizam em normas tácitas sobre como reagir diante do lapso em que se encontra o trabalhador quando toma sua tarefa e se dirige ao posto de trabalho” (PINHEIRO *et al.*, 2016, p. 121).

Por outro lado, podemos perceber o potencial dessa dimensão do coletivo a partir do exposto por Fonseca (2009) e Barros, Brito e Clemente (2018): no primeiro, através dos destaques que se dá ao impacto e à capacidade de transformação por meio da atuação dos profissionais nas instituições e comunidades nas quais atuam; no segundo, por meio das mudanças geradas tanto nos participantes quanto nas próprias pesquisadoras de iniciação científica.

Outro ponto a se ressaltar, a partir da análise aqui proposta, é quanto ao aspecto de potencial transformador da Clínica da Atividade especificamente trazido pelos olhares de Barros e Silva (2013), Ariati e Lima (2018), Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017), Andrade e Falcão (2018), Barros, Brito e Clemente, 2018 e Barros, Passos e Eirado (2014). Em Barros e Silva (2013), através da construção a partir dos tensionamentos da relação entre pesquisadora e participante; em Ariati e Lima (2018), nas transformações subjetivas acarretadas pelo método da autoconfrontação; em Silva, Falcão, Torres e Caraballo (2017), nas ressignificações sobre “ser docente” geradas pelo método de Instrução ao Sócia; em Andrade e Falcão (2018), com a ampliação da visão dos profissionais sobre o trabalho; em Barros, Brito e Clemente (2018), na constante renormatização e aprendizado emergente da relação das pesquisadoras com o meio, com os outros e com o objeto de pesquisa; e em Barros, Passos e Eirado (2014), no resgate dos acordos construídos, das estratégias criadas e das análises realizadas por meio do encontro de estilos profissionais, o que tornou possível, também, a atualização dos gêneros, bem como na compreensão do trabalho.

A seguir, faremos alusão à atividade de profissionais da saúde.

5.2 Atividade de profissionais da saúde

Neste subtópico, apresentamos e discutimos quatro artigos que tratam da atividade de profissionais da saúde.

O primeiro artigo deste tópico de análise, “Análise coletiva de acidentes de trabalho: dispositivos de intervenção e formação no trabalho”, de Camila Aloisio Alves e Claudia Osorio (2005), disserta sobre a Análise Coletiva de Acidente de Trabalho (ACAT), que foi desenvolvida pela Comissão de Saúde do Trabalhador do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (ou seja, um hospital público). As autoras apresentam o dispositivo através de um estudo de caso com **uma profissional da enfermagem**. O dispositivo utilizado é norteado pela abordagem da Clínica da Atividade (CLOT, 1999 apud ALVES; OSORIO, 2005).

Em seu artigo, as autoras demonstram como funciona o processo de análise coletiva e transformação dos contextos de trabalho a partir do ACAT. Destacou-se, na experiência, o método como instrumento que potencializa o processo de ressignificação da atividade para as trabalhadoras, como também de modificação e atualização dos gêneros que a atravessam. Essas mudanças ocorrem porque o ACAT permite uma experiência de co-análise não-hierarquizada dos processos de trabalho, em que analista do trabalho e trabalhador atuam juntos, sem hierarquização de saberes, e retomam as tarefas feitas no momento em que aconteceram os acidentes de trabalho.

No caso que dá base ao estudo, uma auxiliar de enfermagem participante do estudo relata e encena o acidente que sofreu ao realizar um hemoglutoteste, em que se furou com uma agulha oca de injeção já utilizada em paciente. No relato (1ª etapa do ACAT), a profissional associa a ocorrência do acidente ao fato de ter seguido as prescrições em sua prática (não reencapar a agulha após o uso). Após a reprodução da cena, houve um momento de reflexão crítica sobre seu fazer em relação com as outras atividades e pré-ocupações que a atravessam (vivências em cursos, com professores, com a estrutura hierárquica do hospital na tomada de decisões, com a estrutura política do sistema de saúde, com os problemas de investimento, com as relações (inter)pessoais e as prescrições), ampliando a percepção e modificando o sentido que a profissional tem do seu trabalho.

As autoras (2005) apontam, ainda, como a distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real pode funcionar como porta para saídas criativas para as trabalhadoras se organizarem e ampliarem as possibilidades de processos de trabalho. Isso é exemplificado pelo fato de a profissional, após o segundo momento do ACAT, propor solução para o problema (compra de caixas de descarte menores, e melhor localizadas) – fato que já havia acontecido

em outro setor em que ocorriam os mesmos acidentes. O diálogo proporcionado pelo método, segundo as autoras, reforçou a avaliação feita de necessidade de mudanças e das sugestões propostas.

Reforça-se, portanto, com isso, uma noção de trabalho como um ato coletivo, desenvolvido nas relações entre companheiras de trabalho, ampliando-se não somente os sentidos singulares da atividade para cada trabalhadora, mas os significados coletivos que a atravessam, demonstrando a importância e o peso que tem o gênero do trabalho em atividades de profissionais da saúde (mais especificamente, de auxiliares de enfermagem) num ambiente hospitalar.

Sentimos falta, no entanto, da explicitação acerca de alguns pontos da atividade em análise, principalmente no que diz respeito a: carga-horária da profissional que deu base para a discussão da pesquisa (que compõe a dimensão impessoal), aspectos mais detalhados sobre relações interpessoais, idade, tempo de serviço, tempo de formação e outros dados que podem atravessar, bem como os demonstrados pelas autoras, a atividade da profissional (dimensões interpessoal, transpessoal e pessoal). Nossa hipótese sobre a ausência desses detalhes é a de que o foco do artigo aparenta estar na discussão e apresentação do potencial do dispositivo como forma de promoção de saúde e mudanças a partir da prática das trabalhadoras, e não a discussão da atividade de enfermagem em si.

No segundo artigo deste tópico, “ACAT: o trabalhador como protagonista da análise de acidentes de trabalho”, de Cláudia Osório (2008), busca-se desenvolver um método de análise de acidentes de trabalho (especificamente sobre aqueles com perfuro-cortantes e exposição a fluidos biológicos) e de intervenção na saúde do trabalhador, por uma via participativa entre analista e trabalhador/co-analista. O estudo foi realizado em um hospital público no Rio de Janeiro. O método é referenciado na Clínica da Atividade. O projeto que deu base ao artigo foi iniciado no hospital no ano de 2002.

A ideia, com o método, é de proporcionar aos trabalhadores, na reinvenção diária de sua prática, uma “re-criação” de conteúdos cognitivos, renovando o repertório de recursos objetivos e subjetivos de cada um. Sendo assim, o principal analista de seu fazer deve ser o próprio trabalhador, com o apoio de um analista “especialista” que entra nesse processo para auxiliar no movimento do trabalhador de deslocar-se para um papel de observador de sua própria atividade. Percebemos, com isso, coerência com a proposta de Clot (2007; 2010b) no que diz respeito à participação ativa dos trabalhadores no processos de análise e transformação das condições de trabalho. Além disso, tanto na perspectiva da autora quanto de Clot, essa transformação pode acarretar em fazeres que, ao invés de gerar sofrimento psíquico, fomentam

modos de fazer atravessados por saúde e segurança (esta última especificamente para este estudo).

Chama a atenção, como bem é destacado pela autora, o desenvolvimento da metodologia em um contexto hospitalar, tradicionalmente centralizado em relação à tomada de decisões, e com tímida participação sindical e organização política, uma vez que trata-se de prática “flexível” e que favorece a formação de coletivos de trabalho, que por sua vez podem (re)pensar e influenciar as decisões que giram em torno de suas próprias atividades (OSORIO, 2008).

Apesar de localizar o estudo como sendo desenvolvido no hospital, não há grandes destaques às atividades dos profissionais que participaram do estudo. Como breve exemplo no artigo, Osorio (2008) aponta a participação de uma auxiliar de enfermagem que reproduz e maneja uma cena de acidente em que se feriu com uma agulha já utilizada. Com a narração da cena, é possível de perceber como a presença de um acompanhante (figura que costuma ser comum quando se trata de atendimento em hospital público, segundo a autora) implica na necessidade de uma mudança no fluxo de trabalho, ao incluir o acompanhante no cenário de trabalho. É importante destacar que a ampliação de possibilidades de fluxo de trabalho, através da aplicação do ACAT, surgiu a partir do próprio repertório da auxiliar de enfermagem, o que é coerente com a proposta desenvolvida pela autora.

Por outro lado, não percebemos informações que foquem na carga-horária de trabalho dos profissionais de saúde, contexto de relação interpessoal entre colegas de trabalho e/ou gestão e os sentidos e significados que giram em torno da atividade que exercem naquele espaço (dimensões pessoal, impessoal e interpessoal da atividade).

O terceiro artigo que compõe esta categoria, intitulado “A articulação de saberes teóricos e práticos na análise e no desenvolvimento da atividade de cuidado”, de Mariana Araujo da Silva, Lia Raposo de Assis Martins e Claudia Osorio (2009), faz a apresentação dos recursos metodológicos utilizados em um projeto de pesquisa²⁰ que retrata a experiência de pesquisadoras no campo empírico, e que tem como bases conceituais a Clínica da Atividade e a Vigilância em Saúde do Trabalhador. Na pesquisa, participam tanto pesquisadoras do meio acadêmico (da área da Psicologia) quanto profissionais do serviço em análise, que realizam a **atividade da enfermagem** no ambulatório de um hospital universitário vinculado à Universidade Federal Fluminense. As autoras destacam o “objetivo [de] produzir conhecimento

²⁰ O projeto de pesquisa em questão é intitulado “Processo de trabalho em saúde: análise e desenvolvimento dos modos de fazer e de viver nas relações de cuidado”, que estava em andamento no período de produção do artigo, de acordo com as autoras.

sobre metodologias participativas de análise do processo de trabalho em saúde, enfocando seus efeitos no desenvolvimento da cooperação na equipe de assistência ao paciente internado” (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 96).

No estudo, as autoras justificam a utilização do dispositivo de análise do trabalho em questão por ter a finalidade de trazer o trabalhador para um papel ativo na análise da sua atividade. Nomeado de “grupo ampliado de pesquisa” (ou “GAP”), o dispositivo baseia-se na proposta das comunidades científicas ampliadas de Oddone, Re e Briante (1981 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009). Segundo as autoras, “a comunidade científica ampliada tem como objetivo estabelecer um espaço de debates, de confrontos entre saberes advindos das ciências e da experiência prática dos(as) trabalhadores(as)” (BRITO, 2004 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 98). A escolha pelo termo está relacionada ao significado que apontam ter sido atribuído ao termo “comunidade” no contexto brasileiro, que estaria, segundo elas, relacionado a “bairro pobre, precário” (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 99). Sendo assim, escolheram a palavra “grupo” por suscitar, em sua perspectiva, a ideia de encontros positivos entre pessoas que dividam os mesmo valores e objetivos em comum, trabalhando cooperativamente para alcança-los.

De acordo com as autoras, o desenvolvimento de métodos participativos de análise do trabalho, tais como o proposto no estudo para o ambiente hospitalar, pode fomentar o desenvolvimento de dispositivos de formação que favorecem o surgimento de coletivos (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009). Assim, o GAP, de acordo com Silva, Martins e Osorio (2009), é um dispositivo construído com a finalidade de possibilitar que os trabalhadores sejam ativos na análise de seu próprio trabalho.

No que diz respeito especificamente à atuação dentro do contexto hospitalar, as pesquisadoras discorrem que a “atividade-fim do hospital pode ser definida como cuidar de pessoas doentes, incluindo a atividade de tratar/cuidar, diretamente relacionadas aos doentes, e as demais que compõem necessariamente a rede de cuidado” (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 97). E que, nesse sentido, as atividades de quaisquer que sejam as profissionais que atuam nesse espaço estão conectadas às atividades umas das outras (OSORIO DA SILVA, 1994 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009).

Sobre a atividade foco da pesquisa, explicitam que a atividade das enfermeiras, destaque do estudo, atravessa e é atravessada pela atividade de diversos outros trabalhadores, tais como médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, dentre outros. Nesse sentido, observam que é necessário um esforço para que essas “interferências mútuas” possam gerar um movimento colaborativo de realização de suas atividades de trabalho (SILVA; MARTINS; OSORIO,

2009). É importante destacar, ainda, que a atividade das profissionais de enfermagem que atuam no ambulatório é diferente das que atuam na enfermagem, mas também há, nesse contexto, intensa relação com as atividades de outros profissionais, segundo é apontado pelas autoras.

No tocante ao sofrimento psíquico das profissionais que exercem a atividade da enfermagem em hospitais, é destacada no estudo, tendo como base as publicações de Osorio da Silva (1994 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009) e Pitta (1990 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009), a principal causa como sendo a falta de autonomia e de poder, bem como a desvalorização do trabalho desta categoria, que atravessam as mais diversas relações de trabalho dentro do hospital. A partir dos estudos de Estry-Behart e Poinignon (1989 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009), pensando o sofrimento psíquico a partir de uma perspectiva ergonômica, destaca-se as cargas altas de trabalho, bem como suas consequências, que seriam provenientes tanto de relações interpessoais e interprofissionais, como também da organização do trabalho.

Chama a atenção, na pesquisa, a predominância do gênero feminino na atividade de trabalho em saúde – principalmente na enfermagem, segundo as autoras. No estudo em questão, a equipe de enfermagem é composta por 70 profissionais, sendo a maior parte mulheres com idades entre 50 e 60 anos, casadas e com dois filhos. Dos 70 profissionais, apenas 11 são homens. Dessas 70 pessoas, 57 profissionais aceitaram participar do estudo. Não foi informado, no estudo, quantas das 57 pessoas pertenciam a cada gênero.

Silva, Martins e Osorio (2009) destacam que, apesar de o número de mulheres que exercem a atividade da medicina vir aumentando, ainda utiliza-se a generalização da categoria no gênero masculino. Ou seja: quando se pensa nas pessoas que exercem a medicina, pensa-se em “médico”, não “médica”. Já na enfermagem, ocorre o oposto: a generalização acontece utilizando o sufixo que demarca gênero feminino associado à atividade. Isso diz respeito, discorrem, não somente ao número de mulheres que ocupam os cargos, mas sim ao imaginário que gira em torno das profissões. Baseadas em Fonseca (1996 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009) e Lopes e Leal (2005 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009), afirmam que a atividade de “tratar” seria reservada, no imaginário coletivo, aos homens, enquanto o “cuidar”, às mulheres. Isso seria a demonstração de uma hierarquização das relações nas atividades de saúde na perspectiva das autoras.

Tendo em vista esse lugar de cuidado que as profissionais da enfermagem ocupam e foi ressaltado pelas autoras, destacamos que além das dimensões de técnica e de habilidades necessárias para desenvolverem esse papel, a atividade da enfermagem também é atravessada pela dimensão relacional com os usuários (e suas singularidades) (VIEIRA;

SELIGMANN-SILVA; ATHAYDE, 2004 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009). Ou seja: também é atravessada pela atividade dos usuários – ressaltando-se, portanto, a dimensão interpessoal de sua atividade.

Outro ponto que chama a atenção na atividade da enfermagem nesse contexto ambulatorial, como destacam as pesquisadoras, é no contraponto entre as exigências de autonomia e flexibilidade vs. as tradições de centralização e de hierarquização das decisões. Baseadas nos estudos de Osorio da Silva (2002 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009) e Barros, Bastos e Mori (2006 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009), as autoras apontam que a reação predominante em equipes de trabalho que atuam nesse contexto, diante desse cenário acima citado, é a apatia. Outras pesquisas indicam, ainda, altas incidências de *burnout*²¹ (BORGES; ARGOLO; BAKER, 2006 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009; MUROFUSE; ABRANCHES; NAPOLEÃO, 2005 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009).

A partir do método escolhido para a pesquisa, foi possível verificar que a atividade de enfermagem gira em torno das seguintes tarefas:

consulta de enfermagem, promoção de educação e da saúde, supervisão (pelas enfermeiras) das técnicas de enfermagem, arrumação das salas de atendimento, auxílio aos médicos, atendimento ao público, orientação aos pacientes, controle e distribuição de carteiras de usuários, busca de prontuários, chamado para a consulta de pacientes que aguardam atendimento, administração de medicamentos. Observe-se que as três primeiras atividades mencionadas só são desenvolvidas por enfermeiras (profissionais com curso superior de enfermagem) (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009, p. 100).

Como é possível de ser visto no final da citação, apenas as atividades de consulta de enfermagem, promoção de educação e da saúde e supervisão das técnicas de enfermagem são exclusivas das profissionais enfermeiras. As outras, subteve-se que são de técnicos de enfermagem, mas a informação não fica clara no texto. Aponta-se que as palavras mais frequentes utilizadas pelas participantes do estudo para descrever a atividade que exercem foram: prazer, paciência, amor, dedicação, atenção, responsabilidade, organização e atendimento.

Por outro lado, as autoras perceberam, durante as reuniões de restituição²², que a equipe de enfermagem relata a sensação de desvalorização do seu trabalho por parte do restante da equipe multiprofissional, uma vez que todas as atividades que são “atribuição de ninguém” acabam sendo consideradas atividade da enfermagem. Além disso, há sensação de

²¹ A síndrome de *burnout* se trata de uma “comorbidade gerada pela exposição do trabalhador a uma tensão emocional crônica no ambiente laboral, principalmente, nas profissões que mantêm contato direto com outros indivíduos, como professores, terapeutas, policiais e profissionais da saúde” (BARBOSA *et al.*, 2021, p. 2).

²² As reuniões de restituição não foram definidas/teoricamente discutidas no decorrer do artigo, por isso não apresentamos sua definição.

desvalorização partindo de colegas de outros setores também ligada ao fato de a equipe de enfermagem perceber uma falta de conhecimento do que se realiza no ambulatório do hospital. Percebemos, nesse sentido, problemáticas envolvendo a dimensão interpessoal da atividade da equipe de enfermagem (CLOT; KOSTULSKI, 2011), como também uma quebra no sentido que a atividade acaba tendo para essas profissionais. Podemos pensar, com isso, no conceito de alienação já discutido no Capítulo 4 (LEONTIEV, 1978).

As profissionais utilizaram as palavras “calmo” e “tranquilo” para se referirem ao trabalho no ambulatório. Contudo, durante os encontros, muitas relatavam que as palavras, na verdade, se referiam à postura que julgavam ser necessária adotar para prestar atendimento no ambulatório por parte da equipe de enfermagem (SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009). Isso porque, segundo uma das participantes da pesquisa, as pacientes costumam chegar bastante nervosas ao hospital, demandando uma rápida resolução de seus problemas. Associam esse contexto, portanto, a um ambiente de trabalho cuja carga de estresse é muito alta.

A partir das reuniões de debate sobre os resultados de observação dos setores do hospital escolhidos pelo grupo (sala de curativos, neurologia e Grupo Educativo de Diabetes), Silva, Martins e Osorio (2009) perceberam sobrecarga na atividade de ouvir as pacientes, o que, em seu ponto de vista, demonstra “insuficiência dos recursos das profissionais de enfermagem para essa ação, que merece ser analisada” (p. 102). Constataram, também, esgotamento das funcionárias do ambulatório, que sentem-se cansadas e pouco reconhecidas.

Apontam, ainda, que as profissionais com mais tempo de experiência, que apresentam algumas limitações, são deslocadas para o setor. Esse fato é associado à desvalorização do trabalho prestado naquele espaço por parte das trabalhadoras. Essa desvalorização também foi associada a comentários (de trabalhadoras que não atuam no ambulatório) que minimizam os desafios e a carga-horária de trabalho no ambulatório. As pesquisadoras detectaram, assim, uma necessidade de reconhecimento pelo outro, mas enfatizam, tendo como base Clot (2006 apud SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009), que para o desenvolvimento do trabalho, o reconhecimento mais importante é aquele que parte do próprio sujeito e os sentidos que tece em relação ao seu fazer.

No quarto estudo que forma esse tópico de análise, de Claudia Osorio da Silva e Maria Elizabeth Barros de Barros (2013), apresenta-se a experiência de desenvolvimento de uma oficina de fotos posta em prática num hospital público do Rio de Janeiro. Intitulado “Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho”, o artigo aborda o uso do recurso da fotografia digital, associado ao debate, como forma de processo de análise da atividade de trabalho. As autoras destacam que a proposta de utilizar a fotografia como mediadora da análise

de trabalho tem como base a Clínica da Atividade, e que surgiu a partir da parceria entre uma universidade federal e um hospital público com a inserção de estagiárias de Psicologia na Comissão de Saúde do Trabalhador do referido hospital, entre os anos de 1996 e 2006.

Uma vez que o enfoque do estudo é apresentar a experiência da oficina de fotos, a atividade profissional, foco deste capítulo, é trazida no artigo por meio de poucos elementos. O breve destaque que é feito no estudo é sobre a **atividade de enfermeiras**, de **técnicas** e de **auxiliares de enfermagem** do hospital em questão. Destacam-se os seguintes aspectos: trata-se de um trabalho atravessado por relações de colaboração, com destaque às colaborações interprofissionais; é uma atividade em que a organização é vista pelas profissionais como ponto facilitador e que favorece a saúde – em contraponto, a desorganização é vista como agressora à saúde; situações que prezam por uma melhor qualidade de atenção às usuárias do serviço são apontadas como positivas à saúde dessas trabalhadoras; a presença ou ausência de acompanhantes junto a pacientes internados também foi um ponto de discussão; por fim, houve relatos sobre a capela que existe no hospital, o ambiente externo (árvores no pátio e vista da janela) e a possibilidade de ter momentos de pausa/descanso também foram pontos destacados pelas profissionais como positivos.

A partir disso, apresentamos algumas sínteses a partir dos quatro artigos em análise que tratam da atividade de profissionais da saúde. O primeiro ponto de reflexão apresentado nesse tópico é a contribuição da pesquisadora Claudia Osorio da Silva para a temática da atividade de profissionais da saúde, que teve participação nos 4 artigos aqui apresentados (ALVES; OSORIO, 2005; OSORIO, 2008; OSORIO DA SILVA; BARROS, 2013; SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009).

Outro ponto que destacamos é que, apesar de nos resumos e em alguns trechos dos artigos as autoras delimitarem que a atividade foco seja de “profissionais da saúde”, todos os exemplos e explicações de atividades profissionais que são destacadas em cada um deles demonstram apenas a atividade de profissionais da enfermagem (sejam essas enfermeiras, técnicas ou auxiliares de enfermagem). Chama a atenção que, ao que parece, todos os artigos tiveram origem do mesmo projeto de pesquisa, que foi desenvolvido entre universidade e hospital público. A presença de Osorio da Silva em todos os estudos também nos leva a essa inferência. Sendo assim, destacamos, além do papel da pesquisadora na contribuição sobre pesquisas e discussões sobre a temática, a importância da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Comissão de Saúde do Trabalhador do Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, em sua parceria, para promoção de saúde aos trabalhadores que ali atuam, bem como

para a transformação dos processos de trabalho instituídos no local a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores.

Percebemos, também, como apresentado em Alves e Osorio (2005), Osorio (2008), Silva, Martins e Osorio (2009) e Osorio da Silva e Barros (2013), a dimensão coletiva das atividades das profissionais de enfermagem: apesar de poucos detalhes sobre isso, é possível de perceber como o coletivo tem peso na atividade das profissionais da enfermagem. Seja isso no momento de coanálise do trabalho; seja porque trata-se de uma atividade, em geral, multiprofissional; seja no tocante à hierarquia de saberes (tanto no que diz respeito à tomada de decisões quanto na falta de autonomia); ou ainda mesmo no peso que tem a sensação de desvalorização de seus trabalhos (ALVES; OSORIO, 2005; OSORIO, 2008; OSORIO DA SILVA; BARROS, 2013; SILVA; MARTINS; OSORIO, 2009). Destacamos que essa dimensão da atividade parece atuar como fomentadora de desenvolvimento em alguns momentos, mas também como impeditiva, o que estaria associado ao sofrimento psíquico ocasionado pelas relações dentro dos ambientes de trabalho (CLOT; KOSTULSKI, 2011).

Nessa categoria de análise, bem como na anterior, percebe-se como as atividades profissionais, e também suas formas de análise, giram em torno do coletivo; da relação; da transformação por meio do compartilhamento de informações de da análise conjunta dos fazeres. Dessa forma, apontamos concordância dos dispositivos de análise e transformação do trabalho (ACAT, GAP e oficina de fotos) com o proposto por Clot (2007; 2010b; CLOT; KOSTULSKI, 2011) no destaque das dimensões transpessoal e interpessoal da atividade, elementos, ainda que concisos, presentes nos artigos analisados nesta dissertação.

A apresentação reduzida da dimensão pessoal dos estudos (idade, pré-ocupações, entre outros) inviabiliza a análise mais aprofundada desses aspectos e no que esses fatores acarretam. Contudo, é importante destacar a discussão de Silva, Martins e Osorio (2009) sobre a prevalência do gênero feminino da atividade da enfermagem, em contraponto ao masculino na medicina. Trata-se de um ponto da dimensão pessoal que pode vir a interferir nos sentidos e significados que giram em torno da atividade (seja por parte das próprias trabalhadoras, como do chamado “senso comum”).

Corroborando com a relação apontada pelas autoras, resgatamos os resultados da tese de Tiago Braga do Espírito Santo (2012), ao demonstrar que o ingresso de mulheres no mundo do trabalho por meio da profissionalização da Enfermagem pode ter “feminizado” a atividade no Brasil – ao mesmo tempo em que permitiu um processo emancipatório feminino. Além disso, Dalvani Marques (2008), também em tese de doutorado, encontrou em seus resultados como a

atividade da enfermagem está ligada à ideia de “cuidar”, e como é permeado por relações sociais, afetivas e subjetivas marcadas pelo feminino.

A seguir, discutir-se-á acerca da atividade de servidores públicos.

5.3 Atividade de servidores públicos

Com o tópico atual, buscamos realizar a análise da atividade de trabalhadores que foram apresentadas pelos autores dos artigos como “servidores públicos”. Serão discutidos aqui 5 artigos, a serem apresentados a seguir.

O primeiro artigo apresentado neste tópico, intitulado “(Des)envolvimento profissional e atividade: pistas para pensar a formação e o desenvolvimento de competências no serviço público federal”, de Louise Cordeiro Borba Nogueira e Helder Pordeus Muniz (2015), baseia-se na Ergologia, Ergonomia da atividade e na Clínica da Atividade para apresentar reflexões sobre “ações de formação e desenvolvimento de competências profissionais no contexto do serviço público federal” (NOGUEIRA; MUNIZ, 2015, p. 191) em interseção com as políticas de gestão e administração de pessoal que o regem. Para isso, utilizaram-se de dispositivos chamados de “Encontros sobre o Trabalho” com **assistentes de alunos** de uma escola federal.

Nesse contexto, é importante destacar a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), apresentado no Decreto nº 5.707/2006²³ (BRASIL, 2006), que dá base ao debate. A PNDP versa sobre o modelo de gestão por competências e foca nas capacitações como meio de mudança do serviço público (CARVALHO *et al.*, 2009 apud NOGUEIRA; MUNIZ, 2015). As reflexões apresentadas no artigo tocam no ponto de pensar o limite das propostas ali apresentadas como potencializadoras ou como armadilhas para os trabalhadores que são regidos por ela. Os autores percebem, na perspectiva proposta pela Política, um risco potencial de individualizar e tirar o potencial da atividade dos trabalhadores, uma vez que valoriza as estratégias de “formação-consumo” (HECKERT; NEVES, 2007, p. 4 apud NOGUEIRA; MUNIZ, 2015). A formação-consumo, por sua vez, trata-se de um tipo de formação conteudista que, na maioria das vezes, está desarticulada do cotidiano das atividades dos trabalhadores e é importada da realidade de empresas privadas. Ou seja: desarticulada do real da atividade que as atravessa.

Para fundamentar a discussão, os autores (2015) apresentam um recorte histórico de como o modelo vigente de gestão/formação de servidores públicos se constituiu, passando dos

²³ O Decreto nº 5.707/2006 foi revogado pelo Decreto nº 9.991/2019 (BRASIL, 2019).

modos de produção taylorista/fordista para o sistema de produção capitalista, em que se traz(ia) uma ideia de adaptação dos trabalhadores às exigências dos cargos que ocupavam.

Dessa forma, Nogueira e Muniz (2015) apresentam a experiência com assistentes de alunos de uma escola federal para demonstrar a discussão que subsidia seu estudo, de maneira em que eram apontadas outras possibilidades de se realizar a formação de trabalhadores e o (des)envolvimento das competências no serviço público federal para os agentes de formação e de gestão de pessoas da administração pública. Tal cargo trata-se de um dos que compõem o Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE), que regia os cargos das instituições federais de ensino do país.

As pessoas que exercem a atividade de assistente de alunos atuam auxiliando na disciplina dos alunos, bem como zelando pela sua integridade durante as atividades escolares e de lazer. Atuam, também, resguardando o patrimônio da escola e prestando assistência às atividades de cunho pedagógico e administrativo que se referem à rotina escolar (NOGUEIRA; MUNIZ, 2015). Os autores relatam que a primeira demanda apresentada era de “capacitar” os profissionais, visando a uma padronização do trabalho nas diversas unidades da escola e a uma melhora no relacionamento desses trabalhadores com pais, alunos e professores. A ideia de implementar esse tipo de mudança decorre da identificação²⁴ da necessidade de minimizar a insatisfação dos trabalhadores que atuavam como assistentes de alunos. Essa insatisfação foi associada, pelos autores, a motivos de desvio de função de assistentes em administração que, por conta do reduzido número de profissionais, precisaram exercer também o lugar de assistente de alunos.

Destaca-se, também, as especificidades da atividade dos trabalhadores que atuam junto aos estudantes de diferentes faixas etárias. Do estudo, participaram pessoas que lidam com o primeiro (unidades escolares I – UEs I) e o segundo (UEs II) seguimentos do ensino fundamental, bem como com o ensino médio (UEs III). Os autores mostram que os trabalhadores, que originalmente exercem suas atividades na secretaria escolar, reprografia, orientação educacional, biblioteca, entre outros, quando se deparavam com os horários de entrada, saída, intervalo e idas ao banheiro dos estudantes, precisavam sair de seus postos originais de trabalho para ocuparem o segundo papel.

Nos encontros, foram feitos debates sobre: dificuldade de lidar com estudantes que apresentam algum tipo de “deficiência cognitiva” (p. 198), no caso de assistentes atuantes nas UEs I; dificuldades de “dar falta aos professores” (p. 199), uma vez que percebiam gerar

²⁴ No estudo, não é especificado por parte de quem é feita essa identificação: se pelas pesquisadoras, pela gestão, pela coordenação ou pelas próprias trabalhadoras.

insatisfação nos docentes e acreditavam ser essa uma função da coordenação (UEs II e III); e de encaminhar estudantes ao setor de orientação educacional (UEs II e III). Por outro lado, os trabalhadores das UEs I, II e III relataram o “reconhecimento e a amizade dos alunos” (p. 199) como algo que tornava sua atividade mais prazerosa.

A atividade em questão foi caracterizada, pelos trabalhadores, como “desvalorizada” por eles mesmos e pela própria instituição – apesar de não ser apresentado, no texto, quais aspectos teriam sido relacionados a isso. Foi apontado pelos trabalhadores, além disso, “a necessidade de busca de ‘identidade’” (p. 199) dentro da atividade, em que percebem a importância de as pessoas a serem lotadas nessa ocupação preencherem determinado “perfil” que seja adequado para desenvolver a dita atividade, bem como uma formação para entrada nesse cargo. Sentimos falta de alguns aspectos da atividade dos trabalhadores, tais como a carga-horária e jornada de trabalho. Uma hipótese que levantamos sobre o motivo dessa ausência gira em torno da variação de “cargos originais” participantes da pesquisa.

A partir de outro momento de encontro e discussão, houve uma descrição do que cada um dos trabalhadores fazia quando ocupava a função em questão, o que mostrou como as atividades realizadas extrapolavam as prescrições que constam no PCCTAE. Percebeu-se diferenças de normas, ainda, de unidade para unidade, o que levou à necessidade de construção conjunta de planos de trabalho diferentes para cada um deles.

Por fim, Nogueira e Muniz (2015) relatam perceber satisfação durante a realização dos encontros quando os trabalhadores relatavam “como” e “o que” faziam em suas atividades, também por ter se tratado de um momento de compartilhamento com os pares. Apontam, além disso, que o serviço público federal compõe um campo fértil para “se pensarem outros modos de intervir no trabalho que viabilizem gestão ativa e coletiva dos trabalhadores” (p. 202). Assim, percebemos, portanto, que apesar das limitações, no setor público há a possibilidade de serem repensadas e reconstruídas as atividades de trabalho.

O segundo artigo que compõe esse tópico de análise tem como título “A saúde do trabalhador no âmbito universitário: uma parceria de êxito na UFC”. Nele, Raquel Nascimento Coelho, Gabriel Martins Ramalho, Évinly Sousa Brito, Biancka Bandeira Miranda, Thays Ingrid Oliveira Silva e Francisco de Assis Alencar Pereira Filho (2016) tiveram como principal objetivo “explicitar, através dos relatos sobre os projetos ELABORar e ‘Saúde do Trabalhador em Debate’, a importância do desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a saúde dos servidores públicos dentro do contexto acadêmico e laboral da UFC” (p. 258). Os projetos têm como base teórico-metodológica a Clínica da Atividade e um público-alvo ampliado, e buscam atingir estudantes do curso de Psicologia, profissionais da área e servidores públicos da

Universidade Federal do Ceará (UFC). Além disso, podiam participar do projeto trabalhadores em geral e todo o público acadêmico que tivesse interesse pela temática da saúde do trabalhador. Contudo, percebe-se o foco do estudo em **servidores públicos**.

O projeto “Saúde do Trabalhador em Debate” é composto por 3 ações principais, que são: “Vida no Trabalho”, uma rádio universitária da UFC; um *blog* com a mesma denominação; e intervenções feitas com os servidores da universidade através do projeto “ELABORar”, em que estagiários do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA) atuaram junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da universidade.

Apesar de não especificar todas as funções e ocupações dos participantes do projeto que dá base ao artigo, Coelho *et al.* (2016) dão informações acerca das suas principais demandas a serem trabalhadas no ELABORar: “conflitos interpessoais relacionados a companheiros de trabalho ou de equipe e queixas sobre as condições de trabalho, que variavam desde a insalubridade do local de trabalho até a qualidade do material utilizado para a realização da atividade” (p. 261). Além disso, foram identificadas problemáticas que giram em torno de sobrecarga de trabalho, condições de trabalho insatisfatórias, problemas de comunicação (vertical e horizontal, dentro da organização hierárquica do trabalho na universidade em questão), e não-uso de equipamentos de proteção individual. Todas essas questões puderam ser discutidas e amenizadas dentro dos setores em que se encontravam os participantes do estudo, através de sua participação ativa, o que mostrou efetividade na metodologia em questão.

Os autores destacam, por fim, como o ambiente público laboral pode ter uma dinâmica organizacional diferente da que é vista no setor privado²⁵. Apesar disso, segundo Coelho *et al.* (2016), há semelhanças igualmente:

a pouca valorização do servidor, a falta de espaço e tempo para pensar sobre o modo de desenvolver as atividades, e também a relação vertical entre chefia e subordinados. Obviamente, essa verticalização e conseqüente segmentalização ocorre de forma mais velada no setor público, mas nem por isso é menos significativa, implicando certo impacto no cotidiano laboral dos servidores. Muitos não se sentem autônomos (em relação aos chefes) o suficiente para promover as mudanças que consideram necessárias no seu local de trabalho, embora afirmem simultaneamente que há, de forma geral, uma boa convivência entre todos (p. 263).

Nesse sentido, os autores apresentam obstáculos no desenvolvimento do projeto que podem ser associados, também, às próprias atividades profissionais em questão: apresentaram dificuldades em conciliar o momento da intervenção às suas tarefas de trabalho; pouca abertura de chefes de setores para realizarem as discussões coletivas que propunha o projeto; imprevistos (que classificamos, aqui, como preenchendo a dimensão pessoal do trabalho), tais como

²⁵ Não fica claro, no artigo, que diferenças seriam essas, a partir da perspectiva das autoras.

situações de adoecimento e problemas familiares (pré-ocupações); inseguranças sobre a relação com os facilitadores do projeto; e altas expectativas sobre os resultados do projeto, principalmente das pessoas que ocupavam postos de chefia.

O terceiro artigo que faz parte deste tópico de análise tem como título “Clínica do trabalho e experiência de formação com trabalhadoras de escolas públicas no Brasil”. Nele, Maristela França, Milton Athayde, Hélder Muniz, Mary Yale Neves e Jussara Brito (2013) fazem reflexões clínicas e teóricas a partir do “Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho”, realizado em escolas tanto do Rio de Janeiro quanto da Paraíba. Os autores constroem o estudo tendo como base as Clínicas do Trabalho (tanto na Ergologia quanto na Clínica da Atividade) (SCHWARTZ, 2000 apud FRANÇA *et al.*, 2013; DEJOURS, 2004 apud FRANÇA *et al.*, 2013; GUÉRIN *et al.*, 2001 apud FRANÇA *et al.*, 2013; CLOT, 2010 apud FRANÇA *et al.*, 2013).

Para demonstrar o trabalho realizado no referido Programa de Formação no estado do Rio de Janeiro, os autores exemplificam intervenções junto a trabalhadoras de duas atividades profissionais: de **auxiliar de creche** e de **merendeiras**. No caso das merendeiras, o que se destaca no artigo sobre a atividade dessas trabalhadoras é que se trata, no contexto em questão, de um processo de trabalho precarizado. Isso porque, segundo uma das participantes do programa, houve uma ampliação das tarefas requeridas que não foi acompanhada de titulação adequada. Nesse caso, merendeiras que passaram a ocupar função de cozinheiras e que, além disso, passaram a desenvolver as tarefas também das auxiliares de merendeiras por falta de profissionais que ocupassem essa função. Esses fatos foram, inclusive, associados a condições de adoecimento/esgotamento pelas trabalhadoras. A falta de salário fixo também foi um ponto levantado pelas trabalhadoras que exerciam essa atividade. Já a perda de auxiliares foi relatada como retrocesso.

Sobre a atividade de auxiliar de creche, percebe-se uma contradição bem clara apontada pelos autores, como também pelas participantes do estudo, entre a prescrição e o real acerca dessa atividade: por um lado, apresentam-se falas de trabalhadoras que remetem-se a esse como um trabalho “não pedagógico”, em que se deve “cuidar pra ver se criança tá limpa, dar banho, limpar bumbum, trocar fraldas [...]” (FRANÇA *et al.*, 2013, p. 85); por outro, apontam o real que surge a partir do que foge às prescrições, como é possível de ser visto a partir da seguinte fala:

A função dele é essa, só que ele não faz isso. Ele faz a mais.

[...]

Porque eu não consigo entender muito simples porque não é só o cuidar. O dar o banho. Aquele dar banho também tem um cunho pedagógico. O dar a comida também tem um cunho pedagógico. E assim, em todos os momentos a gente se preocupa em

direcionar qualquer atividade que seja a nossa atividade dentro da creche pra um objetivo. A gente tem um objetivo. Mesmo quando você tá dando banho, você tá dando comida que parece pra algumas pessoas coisas simples. Por exemplo, digamos assim não seja ignorante um auxiliar de serviços gerais que não tenha capacidade de fazer isso na minha creche. Inclusive teve uma que era auxiliar de serviços gerais e que atualmente tá como recreadora e é muito capaz. Mas eu percebo assim, é... como é que uma pessoa que não conhece o desenvolvimento da criança, por exemplo não tenha a percepção alguém aqui comentou “a criança não tá comendo porque mudou de professora”. Então como é que vai ser a atuação dessa pessoa que não tem esse olhar diferenciado? Se acha que aquilo ali é só um corpo que está sendo cuidado. E a cabeça fica aonde? E a mente? A gente tem que trabalhar o todo, o ser humano (FRANÇA *et al.*, 2013, p. 85).

Na fala em questão, percebemos como as características descritas pela primeira auxiliar de creche não alcançam toda a complexidade que envolve tal atividade. Ou seja: como o prescrito – as determinações prévias àquele trabalho – não consegue dar conta de responder aos chamamentos do real. Além desse ponto, os autores ainda apontam dois fatores que podem ser vistos, a partir da Clínica da Atividade, como fazendo parte das dimensões impessoal e interpessoal de tal atividade e que atravessam o fazer de tais trabalhadoras: a precarização do trabalho, por contar com um quadro reduzido ocupando essa função; e a participação das pessoas que formam a categoria de auxiliar de serviços gerais exercendo tarefas que caberiam a auxiliares de creche, como também de professoras e merendeiras. As participantes apontam um certo despreparo para o desenvolvimento dessas tarefas por parte das auxiliares de serviços gerais.

O quarto artigo deste subtópico, intitulado “Projeto ELABORar: uma experiência de intervenção junto a trabalhadores da Universidade Federal do Ceará”, de Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro, Gabrielle Coutinho Silva, Andréia Serafim de Negreiros Taissuke e Cássio Adriano Braz de Aquino (2013), apresenta uma experiência realizada junto ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). A intervenção foi fundamentada na Clínica da Atividade e foi caracterizada como uma ação de promoção à saúde.

Os participantes do estudo foram **servidores técnico-administrativos lotados como secretários** em cursos de graduação, pós-graduação, departamentos acadêmicos, como também **docentes que atuavam na chefia desses setores**. O objetivo do estudo foi de proporcionar mudanças nos contextos de trabalho que viessem a fomentar saúde aos trabalhadores e qualidade nos serviços prestados. É importante destacar que a demanda da atividade partiu da direção do CCA, mas ainda assim houve implicação dos trabalhadores e direção no processo proposto pela equipe de pesquisadores. Destacamos que as intervenções do projeto ocorreram por meio da Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) (MENDES; FERREIRA, 2008 apud PINHEIRO *et al.*, 2013) e da instrução ao sócia (TÓMAS, 2010 apud PINHEIRO *et al.*, 2013) – sendo apenas esta última fundamentada nos preceitos da Clínica da Atividade.

No tocante à atividade dos trabalhadores técnico-administrativos, os autores destacam como, apesar de ser utilizada a nomenclatura de “secretários”, ocupam o cargo de “assistente em administração”. Nesse ponto, Pinheiro *et al.* (2013) ressaltam a dimensão impessoal do trabalho (CLOT; KOSTULSKI, 2011), em que as atribuições do cargo são descritas no “Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação” (PCCTAE) (BRASIL, 2005 apud PINHEIRO *et al.*, 2013), e dizem respeito ao “manejo de documentos, à preparação de relatórios, ao acompanhamento de procedimentos administrativos e ao atendimento ao público” (PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 108).

A partir da instrução ao sósia, Pinheiro *et al.* (2013) verificaram que a atividade realizada apontada pelos técnicos foram: preparação de atas e ordens de serviço; atendimentos aos alunos e aos professores; atendimento telefônico; emissão de ofícios e declarações; pedidos de material de consumo; e preparação de documentos para abertura de processos. Além disso, alguns temas se destacaram durante as discussões na instrução ao sósia: “disputas profissionais, imposição de atividades que não eram típicas do cargo de alguns servidores, divisão desigual das tarefas entre trabalhadores que deveriam exercer a função da mesma forma, distanciamento e/ou falta de interlocução entre chefias e subordinados” (PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 109).

Após a aplicação do EACT junto a 12 técnicos administrativos, Pinheiro *et al.* (2013) encontraram os seguintes resultados: avaliação “crítico” sobre os fatores “organização do trabalho” e “relações sócio-profissionais”; “satisfatório” para o fator “condições de trabalho”; “crítico” sobre os fatores “o número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas”, “as tarefas executadas sofrem descontinuidade” e “a distribuição das tarefas é injusta”.

Num terceiro momento, em que ocorreram reunião para apresentar os resultados do EACT e debates sobre as transcrições da instrução ao sósia, os tópicos aprofundados foram: dificuldades nos trâmites relacionados a licitações para aquisição de equipamentos e compra de materiais, acarretado pela falta de clareza das normas para executá-lo; como também a desatualização do manual de procedimentos do CCA, que gerava uma grande queixa sobre os impedimentos de realizar as tarefas exigidas sem que houvesse uma orientação indispensável a ser seguida. Essa situação fazia com que os técnicos recém-ingressos tivessem que aprender os procedimentos através do que os autores chamam de “tentativa e erro”. Para ambas as situações, houve propostas de soluções construídas coletivamente que pudessem vir a sanar (ou minimizar) as adversidades apontadas (PINHEIRO *et al.*, 2013).

Já sobre a atividade de docentes que atuam em cargos de chefia, os autores esclarecem que estes “são alçados aos cargos de chefia por meio de eleições que envolvem a comunidade acadêmica na qual o docente está inserido” (PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 108). Na instrução ao

sósia, revelou-se que são trabalhadores cujas tarefas giram em torno da leitura de e-mails e correspondências, da divisão de disciplinas entre as demais docentes e realização de levantamentos de informações acerca do curso (graduação ou pós-graduação).

Com o EACT, os temas que ganharam destaque na discussão foram:

insuficiência dos materiais de consumo; as dificuldades provocadas pela burocracia exigida para o encaminhamento de procedimentos administrativos, o que implicava muitas vezes em retrabalho; o grande volume de atividades, na medida em que, além das pertinentes ao cargo de chefia, acumulavam-se as atribuições das áreas de ensino, pesquisa e extensão; problemas na comunicação entre os servidores e dificuldades relativas ao uso dos sistemas informatizados da Universidade (PINHEIRO *et al.*, 2013, p. 109).

Os autores apontam que, ainda que ocupassem funções semelhantes, os trabalhadores participantes da pesquisa operavam em lugares diferentes, não tendo, dessa forma, a oportunidade de trocar conhecimento e experiências antes da proposta de intervenção. Apontamos, portanto, como o Projeto apresentado no estudo, que tem como base teórico-metodológica a Clínica da Atividade, pode proporcionar contextos de atuação e intervenção que venham a auxiliar na articulação dos coletivos dentro dos ambientes de trabalho, como também no fortalecimento dos gêneros profissionais – no caso em questão, tanto dos servidores técnico-administrativos quanto dos docentes que atuavam em cargos de chefia.

No terceiro encontro com os docentes, seguindo o mesmo modelo de trabalho que ocorreu com os técnicos (apresentação dos resultados do EACT e debates sobre as transcrições da instrução ao sósia), os docentes apontaram problemas que envolvem os sistemas informatizados da universidade. O relato perpassou a falta de atualização desses sistemas após a realização das matrículas realizadas pelas discentes na internet após o período de ajustes, e também a necessidade de se atualizar semestralmente as disciplinas no sistema. Soluções também foram desenvolvidas nesse encontro, que diziam da realização de reuniões com o setor responsável pela tecnologia da informação da universidade afim de levar sugestões de melhorias para o sistema (PINHEIRO *et al.*, 2013).

Com isso, destacamos dois pontos principais a partir dos resultados apresentados no estudo de Pinheiro *et al.* (2013). Primeiramente, percebe-se mais uma vez o potencial do trabalho a partir do referencial teórico-metodológico da Clínica da Atividade, no sentido de promoção de espaço de debate coletivo e construção conjunta de meios de transformação dos contextos de trabalho. Além disso, destacamos, também, o que fora apresentado sobre o aspecto da prescrição do trabalho, no sentido de que, se por um lado uma prescrição rígida pode trazer empecilhos ao desenvolvimento de uma atividade, por outro, a sua falta também pode ser impeditiva do desenvolvimento, uma vez que “deixa o sujeito sem balizas” (PINHEIRO *et al.*,

2013, p. 110). A essa lacuna na dimensão impessoal, portanto, associa-se uma “inibição da atividade e, posteriormente, demanda um enorme esforço para a construção de um padrão mínimo em torno do qual se possa ter apoio para agir” (p. 110).

O quinto artigo, intitulado “Relações de trabalho em uma universidade pública: atividade de servidores técnicos administrativos”, de Beatriz Cysne Coimbra e Maria Elizabeth Barros de Barros (2016), apresenta uma pesquisa-intervenção que foi realizada com 10 **técnicos administrativos** de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) e que ocupam o cargo de **assistente em administração**. Utilizaram a oficina de fotos como procedimento metodológico, que tem como base teórica a Clínica da Atividade (OSÓRIO, 2011 apud COIMBRA; BARROS, 2016).

O grupo de técnicos participantes do estudo era variado, com membros com curto, médio e longo tempo de serviço, que se propuseram a discutir suas atividades laborais junto às pesquisadoras. As autoras expõem algumas prescrições que atravessam a atividade dos técnicos administrativos, sendo elas “redigir atas, arquivar documentos, fazer matrícula de alunos, boletim de frequência, marcação de férias” (COIMBRA; BARROS, 2016, p. 91).

A partir da proposta da oficina de fotos, em que 3 trabalhadores fotografaram sete cenas de situações de trabalho cotidiano livremente, foram apontadas problemáticas acerca de: horários de trabalho, iminência da aposentadoria, interação entre técnicas, relação entre professores e técnicos, desgaste relacionado a condições de trabalho (fila extensa no Restaurante Universitário e horário reduzido para almoço), sensação de falta de valorização dos trabalhadores, cobranças excessivas, organização e arquivamento de documentos, sobrecarga de trabalho ocasionada por problemas de divisão de tarefas, falta de compromisso de colegas e precárias condições materiais/estruturais (COIMBRA; BARROS, 2016).

Destacamos que foi possível de perceber, durante o artigo, como a oficina de fotos proporcionou um espaço de ampla discussão e de reflexão sobre a atividade dos trabalhadores ali presentes. Coimbra e Barros apontam como trabalhadores isolados e “sem os recursos genéricos disponíveis para a ação, sentem-se fragilizados, o poder de agir enfraquece quando os coletivos não estão fortes e a transformação do vivido é dificultada” (2016, p. 96). Assim, trazem a importância e a potência que existe em contextos que prezam pelo lugar ativo dos trabalhadores e de sua capacidade de reflexão e transformação das condições de trabalho, uma vez que foi possível de se perceber, durante falas apresentadas no estudo, que espaços como o em questão eram escassos na instituição em que foi realizado o estudo.

Dessa forma, diante das informações apresentadas nos cinco artigos descritos anteriormente, pudemos construir algumas sínteses que envolvem a atividade de servidores

públicos. Percebemos, como um primeiro ponto de análise, como os artigos que traziam as atividades profissionais de servidores públicos discutiam o fazer de trabalhadores que atuavam especificamente em instituições de educação, ainda que em seus variados níveis de ensino (ensino infantil, ensino básico e ensino superior).

O segundo aspecto que destacamos aqui é sobre um ponto que atravessa a dimensão impessoal do trabalho: sobre a prescrição (CLOT, 2007; CLOT; KOSTULSKI, 2011). Nogueira e Muniz (2015), no artigo que trata da atividade de assistentes de alunos, apontam não só os limites da prescrição, mas também como há um risco em seu enrijecimento, o que geraria individualização e diminuição do poder de agir dos trabalhadores durante suas atividades. Nesse sentido, Coelho *et al.* (2016) também demonstram isso ao apontar o sofrimento gerado pela falta de autonomia dos trabalhadores da UFC a partir da verticalização das relações de trabalho, com a percepção de menos autonomia em seu fazer por parte dos sujeitos.

Ainda sobre a prescrição, França *et al.* (2016) apontam como a atividade de auxiliares de creche pode ser limitada pela prescrição, sendo necessário ir além do que pede a norma para a prestação de um “bom serviço”. Pinheiro *et al.* (2013) apresentam algo nesse sentido: também se fala na imposição de atividades que não eram típicas do cargo de alguns servidores, no tocante ao fazer dos servidores técnico-administrativos. Com isso, questionamos se essa ampliação do leque de fazeres dos trabalhadores se tratou apenas de novas possibilidades de atuação ou de casos de desvio de função.

Em contraponto, resgatamos o que bem afirmam Pinheiro *et al.* (2013), quando apresentam que, se por um lado, a rigidez das prescrições pode ser impedidora do desenvolvimento de uma atividade, por outro, a sua falta também pode o ser. Sendo assim, mostra-se necessário, portanto, uma participação ativa dos trabalhadores na manutenção de suas atividades, de forma a repensar esses limites. Destacamos, também, como os métodos de pesquisa-intervenção pautados na Clínica da Atividade podem ajudar a pôr em discussão os limites e excessos nas prescrições que regem as atividades profissionais, uma vez que possibilitam o diálogo entre trabalhadores de servidores públicos que atuam em instituições dos diversos níveis de ensino.

Outro aspectos que destacamos aqui é quanto à tensão entre prescrito x real não somente no ponto em que o prescrito não consegue responder às demandas que se apresentam no momentos das práticas de trabalho, mas sim quando os trabalhadores acabam desenvolvendo tarefas e ocupando postos que caberiam a outros profissionais; ocupando outras funções que não a que aqueles ocupam. Como exemplo, destacamos o artigo de Nogueira e Muniz (2015),

que apresentam a atividade de secretários escolares que desenvolvem, além de sua função “original”, também a de assistente de alunos. Além disso, França *et al.* (2013) destacam esse mesmo aspecto nas atividades de auxiliares de creche e de merendeiras – esta última, inclusive, atravessada por relato de aspectos de adoecimento e esgotamento dessas trabalhadoras.

Problemas de condição e de organização do trabalho foram constantemente citados pelos participantes dos artigos, bem como problemas de comunicação. A sobrecarga de trabalho também demonstrou ser um fator que atravessa todas as atividades apresentadas nos artigos analisados nesse tópico: em assistentes de alunos (NOGUEIRA; MUNIZ, 2015), no público ampliado de servidores públicos da UFC (COELHO *et al.*, 2016), nas merendeiras (FRANÇA *et al.*, 2013), nos servidores técnico-administrativos e nos docentes em cargos de chefia (PINHEIRO *et al.*, 2013), e nos técnicos administrativos/assistentes em administração (COIMBRA; BARROS, 2016). Vale destacar que em todos os artigos aqui apresentados, os problemas de sobrecarga de trabalho apontados pelos trabalhadores foram apontados como tendo origem em problemas de divisão de tarefas dentro de seus ambientes de trabalho.

No que diz respeito à análise dos cinco artigos que formam este subtópico, constatamos como o problema de enfraquecimento dos gêneros profissionais foram pontos de destaque e que buscaram ser trabalhados pelos pesquisadores autores dos artigos. Nos assistentes de alunos (NOGUEIRA; MUNIZ, 2015), os autores identificaram uma falta de identidade apontada pelos participantes do estudo – o que enxergamos como um enfraquecimento do gênero profissional dos assistentes de alunos. Pinheiro *et al.* (2013) também trazem falas de docentes que atuam em cargos de chefia que demarcam uma certa fragilidade no gênero profissional relacionado à locação dos trabalhadores em locais distintos, dificultando a construção de diálogos e, por sua vez, a troca de experiência entre eles.

O que percebemos em todos os artigos desta categoria foi, ainda, um movimento de busca pela emancipação dos trabalhadores, de forma em que foram construídos espaços de diálogo entre grupos que trabalham num mesmo local de trabalho ou em locais diferentes. Com isso, destacamos a Clínica de Atividade como uma abordagem que produz ambientes que buscam alcançar autonomia dos participantes das pesquisas-intervenções, e com suas intervenções, auxilia no processo de construção de estratégias e instrumentos de transformação dos contextos de trabalho de servidores públicos do Brasil.

É importante destacar que, apesar de as problemáticas que envolvem as atividades aqui citadas ganharem destaque nesse tópico, não podemos reduzir o ambiente de trabalho do serviço público a essas características. O que podemos perceber, no entanto, é que como se tratam de abordagens de pesquisa que buscam amenizar o sofrimento dos trabalhadores e auxiliar o

processo de seu desenvolvimento no ambiente de trabalho, os pontos que impedem esse desenvolvimento podem acabar ganhando certo destaque nos artigos aqui apresentados. No entanto, o que pudemos perceber com isso é como o setor público se mostrou um ambiente propício a serem desenvolvidas intervenções que buscam ver os trabalhadores como ativos em seu processo de trabalho, considerando-os sujeitos de saber e considerando a potência de mudança e de transformação que apresentam.

A seguir, discutiremos os artigos que tratam da atividade profissional de motoboys.

5.4 Atividade de motoboys

O primeiro artigo que compõe o tópico de análise da atividade profissional de motoboys tem como título “Dimensões do coletivo na atividade de trabalho dos motoboys”. De autoria de Thiago Drumond Moraes e Milton Raimundo Cidreira de Athayde (2014), aponta-se o objetivo do artigo como sendo o de “verificar como o coletivo profissional vem se desenvolvendo no meio profissional dos **motoboys**” (p. 327). Para isso, os autores se orientaram pelas seguintes vertentes clínicas do trabalho: Ergologia (SCHWARTZ, 2000 apud MORAES; ATHAYDE, 2014; SCHWARTZ; DURRIVE, 2010 apud MORAES; ATHAYDE, 2014), Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004 apud MORAES; ATHAYDE, 2014) e Clínica da Atividade CLOT, 2006; 2010 apud MORAES; ATHAYDE, 2014).

O foco do estudo, afirmam os autores, gira em torno de elementos sociais, coletivos, econômico-políticos e culturais relacionados aos comportamentos dos trabalhadores na relação que constroem com processos que garantem saúde e segurança em seu trabalho. Assim, a pesquisa caracterizada como de caráter exploratório utilizou diversas técnicas articuladas – que visavam produzir informações, mas também levantar controvérsias, análises e debates – com o objetivo maior de promover uma coanálise sobre o trabalho dos motoboys. As técnicas foram: elaboração e aplicação de questionário; encontros sobre o trabalho; conversas-entrevistas; autoconfrontação simples (CLOT, 2006; 2010 apud MORAES; ATHAYDE, 2014); e instrução ao sócio (ODDONE; RE; BRIANTI, 1981 apud MORAES; ATHAYDE, 2014).

Tendo em vista que as políticas públicas brasileiras apresentavam resultados limitados em termos de redução dos acidentes que envolvem motoboys, conforme é apresentado no artigo, entra em cena a análise dos coletivos como meio de possibilidade para serem pensados os fatores que atravessam esse fenômeno. Assim, no que diz respeito à dimensão do coletivo na atividade profissional de motoboys, percebe-se uma rede de saberes compartilhados entre os trabalhadores através de trocas e observações das atividades entre os pares. Alguns desses

saberes compartilhados giravam em torno de: mobilização de uma rede solidária para executar tarefas específicas, saberes-fazer instrumentais (de dicas a diretrizes complexas sobre gestão de tempo e rotas), normas, valores e linguagem.

Destacam, ainda, que a atividade de motoboys é regada a constantes riscos. Sobre esse ponto, os autores explanam que:

os motoboys estão sujeitos a riscos que ultrapassam enormemente as condições que têm para evitá-los totalmente por meios unicamente próprios, não se pode deixar de supor a existência de sistemas coletivos de defesa que convivem, até um determinado limite, com saberes de prudência, que são parte dos saberes desenvolvidos pelos operários e que fornecem meios, estrategicamente vinculados às situações concretas de trabalho, para prevenir os trabalhadores de desdobramentos perniciosos da atividade (MORAES; ATHAYDE, 2014, p. 336).

Em geral, Moraes e Athayde (2014) apontam como há duas principais formas de os trabalhadores motoboys participantes do estudo lidarem com a segurança/insegurança no trânsito: 1) se fazer enxergar; e 2) um discurso ideologicamente defensivo do próprio coletivo, marcado pela virilidade e que tende a fortificar o individualismo nesse tipo de atuação. Como exemplo desse segundo ponto, os autores apresentam as falas dos participantes que afirmam que os motoboys se acidentam porque “vacilaram” – protegendo uma cultura que idealiza a coragem e a ousadia como importantes para a atuação em tal atividade, e que por isso devem ser mantidas.

Ainda chama a atenção a distinção que é feita na pesquisa entre os discursos daqueles trabalhadores que têm mais idade e tempo de profissão, que é mais pautado em eficiência e defesa do profissionalismo na atuação, enquanto o discurso dos trabalhadores com menos idade e novatos demonstra maior valorização na própria eficácia e na virilidade. Vale destacar que cerca de 40% dos participantes tinham pelo menos quatro anos de profissão, enquanto apenas cerca de 10% estavam na profissão havia mais de 10 anos. Contudo, os trabalhadores de um ou outro grupo conseguem conviver e trabalhar amistosamente entre si, apesar da diferença da apropriação discursiva. Assim, Moraes e Athayde (2014) apontam esse fato como sinal de um coletivo com potente via de produção.

Outro ponto a se destacar diz respeito a duas regras de ofício que delimitam a atuação profissional dos motoboys participantes do estudo. A primeira está relacionada à forma como deve ser feita a gestão das transgressões nesta atividade profissional. Tais transgressões, chamadas de “pequenas” transgressões – como subir em calçadas com a moto ligada, usar a contramão, dentre outros – são vistas, pelos autores, como frutos de “uma organização do trabalho em que o trabalhador é lançado em um paradoxo crucial: ter agilidade sem aumentar a velocidade!” (MORAES; ATHAYDE, 2014, p. 337). Apontam, ainda, como cabe a cada

trabalhador saber quando e como transgredir, uma vez que consideram que a transgressão faz parte da atividade profissional em seu cotidiano.

A segunda regra de ofício gira em torno da maneira como os trabalhadores se posicionam no trânsito. Como exemplos, os autores expõem duas situações: a forma que organizam seu fluxo dentro dos corredores de automóveis, abrindo espaço para o colega passar (saindo da frente) ou acelerando – sendo essa aceleração uma marca de disputa que sustenta-se na defesa viril; e a forma como se estacionam as motos nos espaços específicos para esse tipo de veículo (MORAES; ATHAYDE, 2014).

Por fim, Moraes e Athayde (2014) apontam como, no trabalho dos motoboys, o coletivo de trabalho tem função essencial nos processos de trabalho, de subjetivação e de saúde. Além disso, destacam como o ingresso na profissão “prescinde de um grande investimento subjetivo e no suporte coletivo em torno do trabalho” (p. 339), e que a permanência nessa profissão, na verdade, estaria ligada a uma apropriação da “arte de ser motoboy” como maneira “legítima e possível para melhor viver” (p. 339).

Assim, o gênero profissional dos motoboys reforça a existência de um coletivo de trabalho que proporciona formação e desenvolvimento, mas também que apresenta limitações. São fragilidades percebidas por ainda não ser possível, a partir dos coletivos, ter êxito nas questões relativas a condições mais seguras de trabalho e de “estratégias eficazes na defesa de todos” (MORAES; ATHAYDE, 2014, p. 339).

O segundo artigo dessa categoria, de Thiago Drumond Moraes, Roseane Vargas Rohr e Milton Athayde (2015), intitula-se “Ingresso, permanência e abandono na profissão de motoboys: constituição de si e da profissão”. No artigo, os autores têm como objetivo realizar a análise do ingresso, da permanência e do abandono de trabalhadores **motoboys**, e de quais são os efeitos subjetivos e coletivos desses aspectos. Para isso, partem do referencial das seguintes Clínicas do Trabalho: Ergonomia da Atividade, Psicodinâmica do Trabalho e Clínica da Atividade.

O estudo que dá base ao artigo é classificado, pelos autores, como “exploratório transversal, descritivo, de natureza quanti-qualitativa, realizado no período de 2006-2007, na cidade de Vitória-Espírito Santo/Brasil, do qual participaram 189 motoboys” (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015, p. 73). Foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas metodológicas, com o intuito de se produzir um contexto de coanálise: questionário semiestruturado, entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas, debate coletivo, autoconfrontação simples (FALZON, 2007 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015) e

instrução ao sócia (ODDONE; RE; BRIANTE, 1981 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015).

A partir dos métodos acima citados, os autores chegaram aos dados sociodemográficos do grupo com o qual se propuseram a trabalhar, e apresentam o seguinte: todos os 189 profissionais que participaram da pesquisa eram homens, dos quais 74,3% tinham menos de 30 anos (número que chama nossa atenção); o tempo médio de atuação dos participantes era de 4 anos, com 10,1% deles exercendo a atividade havia mais de 10 anos; 84% dos motoboys cursaram o Ensino Médio completo; 78% residiam na periferia, o que, destacam os autores, tratam-se de regiões com uma quantidade maior de famílias que possuem baixo poder econômico; 51% eram casados, 54% possuíam filhos e 26%, outros dependentes (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015).

Traçadas essas informações, os autores destacam como grande parte dos trabalhadores participantes são homens jovens, o que relacionam se aproximar de uma percepção social da figura masculina como aquela que representa coragem e virilidade. De acordo com Moraes, Rohr e Athayde (2015), esses atributos masculinos estariam sendo utilizados para justificar uma certa tolerância social dos acidentes que acontecem com os motoboys.

No tocante aos motivos para ingresso na profissão, 32,8% apontam diferentes vantagens: uma oferta ampla de emprego, seja ela formal ou informal; menor exigência de qualificação e facilidade no trabalho; bom retorno financeiro; flexibilidade nos horários de trabalho; liberdade de trabalhar sem vigilância constante de superiores; folgas nos finais de semana (para os que trabalhavam com transporte de documentos); e gostar/se realizar ao andar de moto (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015). Apontam, ainda, fatores menos explícitos, que parecem estar mais relacionados a “simbolismos, mitos e fantasias” (p. 76): uma ideia de vivência de autonomia relacionada a uma ausência de chefes durante o exercício da atividade; se sentirem em benefício por, ao dirigirem uma motocicleta (que simbolicamente estaria ligada a uma ideia de ousadia, liberdade e confrontação), ainda serem remunerados e reconhecidos como figuras de virilidade e coragem – o que parece estar associado às relações de gênero.

Por outro lado, os autores explicitam que o risco de acidentes, apesar de ser reconhecido por 2,1% dos participantes, não parece ter atuado diretamente na decisão de ingressar e também de permanecer na profissão. Moraes, Rohr e Athayde (2015) levantam a hipótese de que essa lógica pode estar “parcialmente dissimulada pelos trabalhadores por meio de sistemas coletivos de defesa” (p. 76). Segundo os autores, essa defesa estaria ligada a uma hipervalorização da própria capacidade de antecipar os movimentos, no trânsito, de outros veículos – nomeada no artigo como “estratégia do olhar adiante” (p. 76).

Destaca-se no artigo, ainda, como a falta de opção, o complemento de renda, a origem social dos trabalhadores, a ligação com a própria motocicleta, as relações pessoais e sociais, as perspectivas e responsabilidades financeiras, e as experiências com outras ocupações podem ser causas do ingresso na atividade de motoboy (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015). Dando visibilidade à rede relações interpessoais, os autores afirmam como esta pode ser fator importante na escolha de ingresso no trabalho como motoboy, uma vez que fornece “materiais simbólicos e teias de sentido” (p. 77) que os trabalhadores podem lançar mão para perceberem-se através desse trabalho.

A respeito do abandono da atuação como motoboys, tendo em vista que o tempo médio de continuidade em tal atividade é de cerca de quatro anos, as hipóteses são de que os principais fatores que atuam nesse sentido são: condições socioeconômicas, limitações de possibilidades de desenvolvimento e crescimento profissional, exaustão quanto às condições de trabalho, ou o uso de seguro-desemprego (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015). Essas formas de vínculos temporários são chamadas no artigo de “emprego-trampolim” (SILVA; MOCELIM apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015), ou seja, trabalhos ocupados temporariamente e que são descartados quando encontra-se uma oportunidade melhor.

Já sobre a permanência na profissão, os autores pontuam como o tempo de permanência na atividade pode produzir efeitos significativos na forma como os motoboys atuam, possibilitando momentos de compartilhamento de conhecimentos – inclusive sobre a prudência no trabalho e sobre valores – contribuindo para “a produção de subjetividade por meio do coletivo de trabalho” (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015, p. 78). No geral, os motivos que influenciaram a entrada no trabalho de motoboy permanecem como fatores que influenciam a continuidade de atuação, com o acréscimo de alguns novos motivos: aumento da possibilidade de empregabilidade, processo de adaptação física e mental às exigências do trabalho; ideia de autonomia e controle sobre a própria organização do trabalho; flexibilidade em poder ter mais de um emprego; distância de figuras hierarquicamente superiores; vestimenta mais informal; e ambiente de trabalho mais descontraído (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015).

Em contraponto à “falta de opção” associada ao ingresso na atuação como motoboy, Moraes, Rohr e Athayde (2015) apontam como esse trabalho pode gerar “novas opções”. Isso porque, além de garantir ofertas contínuas de emprego, também possibilitaria aos trabalhadores uma ampliação de contatos profissionais e, por consequência, possibilidades de escolha. Os autores, inclusive, percebem como uma possibilidade de “carreira profissional” dos motoboys pode atuar na mediação para um desenvolvimento psicológico de si (CLOT, 2010 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015).

Por fim, os autores demonstram com os resultados que a permanência de trabalhadores na atividade de motoboy pareceu ser suficiente para se desenvolver uma “profissão” (BENDASSOLLI, 2009 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015), ou seja, um fenômeno que diz respeito a formas sócio-históricas de organização e divisão de trabalho através das quais se constroem referências simbólicas “para construção de si mesmo e de realização em relação ao trabalho” (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015, p. 79). Assim, essa permanência dos trabalhadores pode propiciar a criação de “modos de ser motoboy” (GRISCI *et al.*, 2007 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015), ou seja, a criação de referências concretas para a profissão. Isso demonstra, segundo os autores, o início da construção de um gênero profissional; de um meio de desenvolvimento e aprendizado dentro do contexto de trabalho – o que destacamos estar bastante coerente com o proposto por Clot (2010a; 2010b).

Dessa forma, Moraes, Rohr e Athayde (2015) concluem que, ao apropriar-se do trabalho que executam, os motoboys constroem um campo em que produzem-se e desenvolvem-se como pessoas. Para os autores, portanto, essa se trata de uma demonstração da função psicológica do trabalho (CLOT, 2010 apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015). Concluem, também, que as visões negativas sobre o trabalho – condições precárias, preconceitos, riscos, falta de organização coletiva profissional, dificuldades de confiança – são apenas um lado da atividade, que parecem ser compensadas “parcialmente, [por] essas dificuldades, conotando de positividade o sentido de ser motoboy” (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015, p. 80).

Assim, apesar de reconhecerem o início da formação de um gênero profissional, apontam como ainda falta uma maior mobilização e organização para contornar a fragilização que o coletivo de trabalho dos motoboys enfrenta. A consolidação desse coletivo, segundo os autores, trata-se de “uma exigência atual”, sendo um dos maiores desafios dos órgãos públicos, uma vez que precisam instituir políticas de promoção de saúde no trabalho desses trabalhadores (MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015).

Diante do exposto, podemos construir algumas sínteses relacionadas à atividade profissional de motoboys. Como aproximação entre os dois artigos que formam esse tópico de análise, primeiramente apontamos a contribuição de Moraes e Athayde em ambos os estudos. Destacamos, com isso, a contribuição dos autores tanto para a discussão e construção de conhecimento acerca da atividade profissional dos motoboys, como também para a atuação junto aos profissionais desse grupo, promovendo espaços ricos para o seu desenvolvimento e, por consequência, da categoria.

Outra aproximação que percebemos gira em torno das políticas públicas brasileiras que abarcam a saúde e segurança desses profissionais. Em Moraes e Athayde (2014), aponta-se que

essas políticas apresentam resultados limitados – principalmente acerca da redução de acidentes que envolvem os motoboys. Já em Moraes, Rohr e Athayde (2015), também aponta-se essa limitação, pois apesar de apostarem a regulamentação da profissão pela Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009 (apud MORAES; ROHR; ATHAYDE, 2015), é necessário o reforço dos órgãos públicos para dar conta das questões de saúde que atravessam o fazer desses trabalhadores. Nesse sentido, reforçamos a hipótese de que, possivelmente, com uma maior organização e articulação coletiva dos profissionais, seja possível fazer frente e organizar os possíveis caminhos para se ampliar essa atuação junto aos motoboys com base em dados materiais e situações concretas.

Além desse ponto, em ambos os estudos, os autores reforçam a potência dos coletivos como espaços de formação e desenvolvimento, e chegam a mencionar perceberem uma formação inicial de gênero profissional que, contudo, apresenta limitações. Concordamos que a individualidade e a defesa “parcialmente dissimulada” por parte dos trabalhadores em relação aos riscos, a partir dos dados apresentados, precisariam ser revistas e trabalhadas no intuito de fortalecer as formas de atuação e intervenção junto ao coletivo.

Outro ponto que chamou a atenção foi a aparente semelhança entre os dados discutidos nos estudos, o que supõe discutirem uma intervenção junto ao mesmo grupo: apesar de Moraes e Athayde (2014) não apontarem o número de profissionais que compõem a amostra, o sexo dos participantes ou local em que foi realizada a pesquisa, os percentuais de profissionais com pelo menos quatro anos de atuação como motoboys (aproximadamente 40%) e com mais de 10 anos de profissão (aproximadamente 10%) se assemelham, além da participação de dois autores em ambos os estudos. Destacamos, aqui, a importância da contextualização dos dados apresentados nos artigos como fator que impossibilita ou potencializa a análise e discussão desses dados, afastando-se do risco, ainda, de afastar os trabalhadores das suas reais condições de trabalho.

Por fim, concordamos com os autores no tocante à atividade de motoboy (ou ainda a “arte de ser motoboy”) como maneira de viver e se reconhecer no mundo e em uma atividade, diante dos elementos apresentados no estudo. Isso porque, apesar dos riscos e das más condições de trabalho que ainda existem relacionadas a esse fazer, ele promove a produção de subjetividade através do coletivo, por proporcionar novas condições de vida, desenvolvimento humano e por mediar a relação entre sujeito-trabalho.

Em seguida, apresentaremos os artigos que tratam da atividade de motoristas de ônibus.

5.5 Atividade de motoristas de ônibus

Apresentamos, aqui, a discussão de dois artigos que discutem a atividade de motoristas de ônibus, expostos a seguir.

No primeiro artigo deste tópico, intitulado “A problemática do humor na atividade do motorista de ônibus”, Jésio Zamboni e Maria Elizabeth Barros de Barros (2013) discutem a atividade de **motoristas de ônibus de transporte coletivo urbano** à luz da Clínica da Atividade. Para tanto, utilizaram ferramentas de análise da Esquizoanálise²⁶ e da própria Clínica da Atividade, em que se buscou utilizar formas analíticas que os próprios motoristas construíam no cotidiano de trabalho, privilegiando sua experiência concreta da atividade (ZAMBONI; BARROS, 2012 apud ZAMBONI; BARROS, 2013).

Partindo da perspectiva da atividade, os autores destacam a complexidade e a incompletude de se definir o que seria a atividade de motoristas de ônibus, tendo em vista que ela se constrói sempre na relação (ZAMBONI; BARROS, 2013). Apontam que “como se constitui a atividade do motorista de ônibus é um problema sempre inacabado, aberto, incômodo, presente a cada instante, a cada movimento e a cada parada no trabalho” (p. 46) – dando bastante destaque, dessa forma, às singularidades de cada sujeito e contexto nas situações em que se realiza/constrói essa atividade. Essas, por sua vez, promovem pluralidade de sentidos a essa atividade, que é atravessada por uma diversidade de forças que estão presentes na atividade de motoristas (ZAMBONI; BARROS, 2013).

Zamboni e Barros (2013) dão destaque à importância do papel dos passageiros na história do gênero profissional da atividade desses profissionais, bem como na construção dos sentidos sobre seu trabalho. Segundo os autores, o passageiro configura a dimensão da alteridade no trabalho de motoristas de ônibus, uma vez que representa o elemento que pode trazer à cena os incômodos e estranhamentos ao motorista, o que força a desvios significativos e constitutivos da sua atividade.

Pensando em termos de prescrito vs. real da atividade, são apresentados os seguintes pontos: sobre as prescrições do trabalho de motoristas, destaca-se como para o “essencial” – o que é passado no processo de formação – a atividade de motoristas diria respeito à “relação

²⁶ Trata-se de um campo teórico-político desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari, em que análise foca “análise micropolítica dos agenciamentos, investimentos desejantes e de poder, propõe uma cartografia das relações clínicas, institucionais, sociais e políticas não mais no par família e neurose, tal como privilegiado na psicanálise, senão na articulação entre capitalismo e esquizofrenia. Deste novo par desdobra-se extenso repertório de conceitos, proposições e práticas que transpassam as tradicionais leituras da psicanálise, da Psicologia Social, do Estruturalismo, ou do marxismo” (HUR, 2019, n. p.)

com a máquina metálica movida à combustão sobre rodas móveis, o ônibus. O processo de formação do motorista é basicamente voltado para a função de dirigir esta máquina” (ZAMBONI; BARROS, 2013, p. 54). Além disso, apontam como aspectos sociais e políticos aparecem de maneira discreta em suas formações, e associam isso a uma perspectiva de trabalhador mecanizado, não tendo espaço, nessa formação, para depararem-se com os processos coletivos em que implica seu trabalho – e estes são os aspectos que atravessam as problemáticas apresentadas pelos trabalhadores.

Assim, em contrapartida às prescrições anteriormente citadas, durante os momentos de “conversação” com os pesquisadores, os participantes da pesquisa colocam em questão, além de aspectos mais técnicos, os tensionamentos entre “individual” e “social” quando apontam problemas com passageiros (que são incômodos e barulhentos), ou seja, com outros personagens desse cenário – que perpassam, por sua vez, as relações com a máquina que conduzem. Também apresentam problemas técnicos e materiais que envolvem o ônibus, o trânsito, o estresse, desgaste e as câmeras de vigilância, sendo “impossível distinguir completamente elementos técnicos, sociais, materiais e afetivos” (ZAMBONI; BARROS, 2013, p. 55) em tal atividade e em suas problemáticas.

No que diz respeito ao desgaste, um dos participantes da pesquisa apresenta em sua fala o humor e a brincadeira como recursos utilizados para combatê-lo. Objetivados como “instrumentos para agir” construídos coletivamente, são utilizados como forma de lidar com passageiros como aquelas pessoas que passam diante do motorista que, por sua vez, é permanente em seu cenário e precisa suportar a situação sem chegar ao ponto de precisar recorrer à retirada desses indivíduos do meio de transporte (ZAMBONI; BARROS, 2013). Para exemplificar o exposto, segue a fala de um dos participantes:

Mas eu trabalho até brincando. Porque não adianta você se estressar que, igual assim, um passageiro vem, perturba ali: ele vai descer no outro ponto, você vai ter que ficar ali. Você vai ficar brigando? Arrumar confusão? Não! Ele vai descer no outro, né? E você vai embora! (ZAMBONI; BARROS, 2013, p. 56).

Outro aspecto que foi bastante explorado no estudo foram as variadas paradas num mesmo ponto em decorrência da “atitude acomodada” dos passageiros apontada pelos participantes – especialmente naqueles pontos que se localizam em ladeiras movimentadas. Nesse momento, o gênero profissional veio à tona quando emergiram discussões acerca das possibilidades de atitudes a serem tomadas para o contorno dessa problemática (ZAMBONI; BARROS, 2013). Podemos conferir a fala de um dos participantes no seguinte fragmento do artigo:

Pessoas... o comodismo, a educação que sai de casa. A pessoa acomoda, o comodismo: você tá parado aqui, a pessoa não anda dois metros, aí você tem que sair

daqui, andar dois metros pra pegar ela de novo. Está no direito dela; mas, poxa, tem que haver o bom senso, né? Já está parado aqui, dois metros, vai parar de novo? Aí, as pessoas acham... O desgaste. Vai desgaste de embreagem, de freio. Há o desgaste (ZAMBONI; BARROS, 2013, p. 56).

Assim, percebemos que, ao produzir a circulação de pessoas por meio de modos de transportar, os motoristas de ônibus de transporte coletivo exercem uma atividade que é perpassada por construções coletivas e estilizações, pela apropriação subjetiva da organização do trânsito e pelos humores (como reflexos de algo incômodo ou como recursos de ação). Sendo assim, destacamos como tal atividade não está reduzida à operação técnica de uma máquina de transporte coletivo, mas diz respeito a toda uma gama de processos que atravessam os condutores e essas máquinas.

No segundo artigo presente neste subtópico, “Paradoxo da corporatividade: o motorista de ônibus como corpo coletivo” também de Jésio Zambonia e Maria Elizabeth Barros de Barros (2016), estuda-se a corporatividade na atividade de **motoristas de ônibus**. Para isso, os autores utilizam uma abordagem cartográfica (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 apud ZAMBONIA; BARROS, 2016) que conta com a produção do conhecimento junto a esses trabalhadores. Assim, acompanharam os processos de trabalho dos motoristas sem considerar as expectativas dos autores, mas sim a experiência prática dos trabalhadores. A ideia, com isso, foi de promover a construção de um dispositivo coletivo de promoção de análises do trabalho, a fim de transformá-lo.

A atividade de motoristas de ônibus urbano foi abordada no estudo a partir desse contexto de conversações entre pesquisadores e profissionais, em que estes expõem a atividade a partir de suas experiências no seu coletivo de trabalho. É retratada no artigo como composta de “forças parcializadas, nunca completamente definida, que participa da multiplicidade do corpo social” (ZAMBONIA; BARROS, 2016, p. 339). Assim, segundo os autores, é uma atividade construída por paradoxos: entre políticas de amizade e políticas de controle por delação; e entre improdutividade e capital. A seguir, esses dois aspectos apresentados pelos autores acerca da atividade do motorista de ônibus urbano serão discutidos.

Durante a realização da pesquisa, uma das problemáticas da atividade que ganham destaque é a da coletividade no trabalho. Esta é apresentada como um problema concreto e que se repete nos cotidianos de trabalho. Sendo considerado um “corpo coletivo” (ZAMBONI; BARROS, 2016), o motorista precisa lidar como paradoxo das relações com seus colegas de trabalho: pessoas com quem conversam, riem, brincam, mas que também são pessoas que o denunciam à direção; o delatam. Os autores apontam como, apesar de essas relações apresentarem uma faceta conflituosa, também produzem conexões produtivas, uma vez que

nelas é possível se construir uma multiplicidade de saídas para as problemáticas que os atravessam.

Esse contexto leva os autores a destacarem as variadas maneiras de trabalhar que são produzidas pelos trabalhadores (CLOT, 2008; 2010 apud ZAMBONI; BARROS, 2016) – o que associamos aqui, ao estilo e gênero profissional, que dizem respeito às dimensões pessoal, interpessoal e transpessoal da atividade – e a própria dimensão impessoal (DELEUZE, 1991/2007 apud ZAMBONI; BARROS, 2016) da atividade, que possibilita que essas confrontações não sejam reduzidas puramente a disputas individuais. Nesse sentido, destacam Clot (2008, p. 66 apud ZAMBONI; BARROS, 2016, p. 335), quando afirma que:

O coletivo na Clínica da Atividade não se compõe somente porque pessoas concordam em trabalhar juntas. Eu acho que até para se construir o coletivo, precisa-se primeiro ter uma observação muito precisa dos conflitos da atividade em si, bem como conhecê-la para achar os pontos de desunião entre os trabalhadores. Quando somos capazes de achar os pontos de discordância é que o coletivo se cria. O coletivo não se compõe e não se cria sobre a união, mas sobre a desunião. Vocês perceberam, nas autoconfrontações que mostrei, é precisamente por que eles não concordavam que, de certa maneira, há uma mobilização grande, subjetiva, intensa e, várias vezes há ainda um grande prazer em discutir. Quer dizer que a controvérsia é a fonte do coletivo, não o contrário. Não é o coletivo sendo a fonte, mas a controvérsia sendo a fonte do coletivo.

Assim, ao considerar que o coletivo de trabalho dos motoristas não é dado anteriormente à “produção”, Zamboni e Barros (2016) destacam também as “políticas de amizade que o perpassam” (p. 335) que emergem das relações e nas conversações entre profissionais. Os impasses que atravessam essas políticas de amizade na atividade de motoristas urbanos de ônibus é apontada em contraponto à “política da trapaça”, que se trata das denúncias entre colegas ora relatadas. Os autores apresentam que, durante os momentos de diálogo com os profissionais, houve falas relatando uma necessidade de atenção constante “com o que se diz e o que se faz, mesmo entre os companheiros de trabalho” (ZAMBONI; BARROS, 2016, p. 336) – o que faria oscilar as relações dos profissionais entre as políticas da amizade e as políticas de trapaça. Contudo, destaca-se que o trabalho de motoristas não está reduzido a essas dimensões, mas sim à importância de não desconsiderá-las enquanto pontos que integram o cotidiano de trabalho desses profissionais.

Outro ponto que aparece no estudo diz respeito a uma “improdutividade” associada a uma ideia de “vadiagem”, que seriam as conversas casuais entre os motoristas no seu cotidiano de trabalho. Os autores utilizam a noção de produtividade discutida e problematizada por Deleuze e Guattari (1972-1973/2010 apud ZAMBONI; BARROS, 2016), que se afasta da “primazia do capital como fonte de avaliação e valoração do trabalho” (p. 337). Sendo assim,

adota-se uma perspectiva que vai na contramão do ideal de produtividade e rendimento do capitalismo.

Por fim, Zamboni e Barros (2016) concluem que a atividade em questão é atravessada por uma relação paradoxal entre cooperação e desunião como forças coexistentes, em que esta última se torna condição para se produzir a superação de problemáticas da atividade como forma de criação no trabalho. Dessa forma, destacamos, portanto, o coletivo como lugar em que os motoristas podem sustentar os paradoxos de sua atividade, e como estes podem ser utilizados como recursos para a superação e a transformação das condições de trabalho em que se encontram – ampliando, assim, seu poder de agir (CLOT, 2010b).

Assim, a partir do acima exposto, podemos expor algumas reflexões acerca dos dois artigos que discutem a atividade de motoristas de ônibus urbanos. O primeiro aspecto a chamar atenção é a autoria dos artigos: ambos de Jésio Zamboni e Maria Elizabeth Barros de Barros (2013; 2016), o que demonstra a contribuição dos autores tanto para a discussão e promoção de transformações sobre a atividade em questão, como também sobre a reflexão e construção do cenário da Clínica da Atividade no cenário acadêmico brasileiro.

Em ambos os artigos, observamos que não há descrição da quantidade de motoristas participantes dos estudos, informações acerca de suas jornadas de trabalho, o tipo de vínculo empregatício que possuíam ou algumas outras características objetivas do trabalho. Contudo, apesar de não deixarem explícito em nenhum momento tratarem-se de participantes do gênero masculino no estudo, os motoristas sempre eram citados através de palavras no masculino, o que nos faz pensar na predominância do gênero masculino nesse ofício, conforme pode ser conferido nas pesquisas de Carvalho e Casagrande (2020) e de Vellozo (2010).

Outro aspecto a ser observado é sobre a (não) definição da atividade de motoristas de ônibus urbanos: Zamboni e Barros (2013) apontam como a atividade se constrói sempre em relação, e como se trata de um problema sempre inacabado; já no segundo estudo (2016), mostram que trata-se de uma atividade nunca completamente definida, uma vez que não se pode desconsiderar a multiplicidade do corpo social em questão dentro de sua singularidade. Nesse sentido, percebemos coerência com a proposta da Clínica da Atividade no que diz respeito aos sentidos e significados de cada atividade, que é situada para os indivíduos a partir de todas as dimensões que a atravessam (pessoal, impessoal, transpessoal e interpessoal) (CLOT, 2010a; 2010b).

Importante ressaltar como o prescrito ganha muito mais destaque na discussão apresentada no artigo publicado no ano de 2013, em que os profissionais, durante sua formação, recebem instrumentos para lidar com a máquina e com os aspectos técnicos do seu ofício. Por

outro lado, são deixados de lado os aspectos sociais e políticos que envolvem a experiência de motorista de ônibus urbano. Reforçamos, até mesmo utilizando o exposto no artigo publicado em 2016, como essa atividade não está reduzida à operação técnica de uma máquina de transporte, mas está a todo o tempo atravessada por fatores sociais, como na relação com o outro – seja ele passageiro ou colega de trabalho, ou mesmo na função social²⁷ que ocupa sua atividade.

Percebemos, também, como a relação com o outro ganha destaques diferentes em cada um dos artigos: em Zamboni e Barros (2013), ganha evidência a relação dos motoristas com os passageiros na construção de sentidos do trabalho diante dos estranhamentos levantados nessa relação, tensionando, assim, individual/social como motorista/passageiro. Há, ainda, exposição do coletivo de trabalho no estudo como formador do gênero profissional, instância a que se pode recorrer para construir recursos que possam auxiliar a superação dos impasses encontrados na atividade – no caso em questão, o humor e a brincadeira.

Já em Zamboni e Barros (2016), enfatiza-se a relação com o “outro” colega de trabalho, que ora ocupa o lugar da amizade, ora de delação. As políticas de amizade e de trapaça, como as autoras apresentam por paradoxo da relação do coletivo de trabalho, podem ser vistos como geradores de condições de superação de problemáticas. Dessa forma, mais uma vez percebe-se o lugar do coletivo como conflituoso, recurso, ou meio de desenvolvimento de atividade, já que tem fator central na produção de sentidos sobre o ofício, que pode pender para ambos os lados acima mencionados (colegas de trabalho ou passageiros, de acordo com os artigos).

Em seguida, apresentaremos o tópico de análise de atividades de trabalhadores penitenciários.

5.6 Atividade de trabalhadores penitenciários

Aqui neste subtópico, discutimos dois artigos que apresentam pesquisas feitas junto a trabalhadores penitenciários.

O primeiro artigo analisado nessa categoria, intitulado “Trabalho Penitenciário-Saúde-Formação a Comunidade Ampliada de Pesquisa como Dispositivo”, de Fernanda Spainer Amador, Dafni de Melo, Lucas Bueno, Sandra Correia, Simone Reginato e Christyanne Alves (2013), apresenta a discussão acerca da atividade de **trabalhadores penitenciários** da cidade de Porto Alegre/RS, à luz da Ergologia e da Clínica da Atividade. O artigo foi construído a

²⁷ Nesse sentido, podemos pensar nas funções econômica, de acessibilidade e de garantia do “direito de ir e vir” assegurado na Constituição Federal do transporte coletivo urbano (DIAS; SANTOS, 2018).

partir da experiência de dois projetos²⁸ (um de extensão e um de pesquisa) realizados junto a profissionais do Sistema Prisional. A principal forma de pesquisa-intervenção adotada na pesquisa foi a formação de Comunidades Ampliadas de Pesquisa²⁹ (CAP) (SCHWARTZ, 2000 apud AMADOR *et al.*, 2013), baseada na Ergologia.

A todo momento enfatizando o papel dos trabalhadores na construção do conhecimento ali apresentado, foram enfatizados no estudo os conhecimentos empíricos sobre aspectos institucionais, organizacionais e ambientais do trabalho do Sistema Prisional. Participaram do estudo trabalhadores lotados no Departamento de Recursos Humanos (DRH-SUSEPE), Escola de Serviços Penitenciários (ESP), no Departamento de Planejamento (DEPLAN-SUSEPE), no Serviço de Atenção ao servidor da SUSEPE (SASS) e no Instituto Penal Feminino (IPF-POA). Entretanto, em nenhum momento apresenta-se quantos trabalhadores participaram do estudo.

No artigo, relata-se uma certa escassez de estudos e pesquisas relativos ao trabalho penitenciário quando comparado a outras categorias profissionais – que não são citadas no artigo –, apesar das indicações de efeitos danosos à saúde dos profissionais. Quando feitos, os estudos sobre o trabalho penitenciários tendem a apontar as condições precárias de trabalho associados a sofrimento e adoecimento psíquico (AMADOR *et al.*, 2013). Diante desse cenário, portanto, os pesquisadores buscaram levantar “dados relativos à saúde, sofrimento e adoecimento de trabalhadores do sistema penitenciário, modalidades de atendimento e assistência e possíveis modos de inserção no âmbito das Políticas Públicas de Saúde, em especial, de Saúde do Trabalhador” (AMADOR *et al.*, 2013, p. 195) por meio do Relatório de Trabalho da Seção de atendimento ao Servidor da SUSEPE. Predominaram, no relatório, atendimentos realizados por motivos de problemas no trabalho e na família.

No que diz respeito à formação, os autores consultaram dados da SUSEPE e perceberam predominância de cursos de formação que foram realizados com base nas necessidades percebidas por gestores numa perspectiva de Educação Continuada. A Educação Continuada foi explicitada pelos autores como sendo uma formação pautada na atualização periódica de conhecimentos, incorporando o ensino e o aprendizado ao funcionamento cotidiano das organizações, bem como ao contexto das práticas sociais e laborais (AMADOR *et al.*, 2013).

²⁸ Tratam-se do projeto de extensão “Trabalho Penitenciário-Saúde-Formação – constituição de Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs)”, e do projeto de pesquisa “Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético: atividade, subjetivação e linguagem por experimentações imagético-digitais com trabalhadores do Sistema Penitenciário”.

²⁹ Instrumento de pesquisa-intervenção associada ao Conceito de Dispositivo Dinâmico a Três Polos partilham um plano problemático e lançam à luz os seus repertórios para que se construam novos saberes. Através da CAP, as autoras apostaram num trabalho coletivo sobre o que era da ordem do coletivo de trabalho (AMADOR *et al.*, 2013).

Sobre o trabalho de agentes de segurança e técnicos das Casas Prisionais, os autores perceberam os seguintes dados acerca da organização e do funcionamento de seu trabalho: “quantos e quais são os funcionários que trabalham nas Casas, suas rotinas e atividades, a organização dos regimes de trabalho (carga horária, plantões e diárias) e distribuição do espaço físico” (AMADOR *et al.*, 2013, p. 196). Entretanto, com exceção da informação de que há variabilidade de horários de trabalho, nenhum dos outros dados acima citados está explicitamente descrito no artigo, limitando nossa análise quanto a esses aspectos.

Por outro lado, no texto do artigo, aponta-se como a atividade de profissionais do Sistema Penitenciário está atravessado por um contexto rígido e de sofrimento, com especificidades quanto a regras, papéis e vocabulários. Dessa forma, não se pode desconsiderar que tratam-se de trabalhadores podem ser absorvidos por tal ambiente “hostil e perverso”, o que pode, segundo os autores, impedir que acreditem na possibilidade de mudanças. E como qualquer outro contexto social, o ambiente prisional trata-se de um campo em que os atores que lá habitam e frequentam dão o contorno daquele ambiente (AMADOR *et al.*, 2013). Com isso demonstra-se, partindo da perspectiva de Vigotski (2007), uma aproximação com a ideia desses sujeitos como seres sociais, que se relacionam com o meio em que vivem, transformando-o e sendo transformados.

Outro ponto a se destacar diz respeito à apresentação, por parte dos autores, da atividade profissional em questão como possuindo uma Matriz Curricular³⁰ que aposta numa formação permanente, com parcerias entre instituições de ensino superior e escolas penitenciárias, e também na realização de pesquisas e na intersetorialidade. Além disso, os autores perceberam um estímulo a investimentos sobre pesquisa-ação, contando com a participação ativa dos trabalhadores (AMADOR *et al.*, 2013), o que corre junto com os preceitos da Clínica da Atividade no tocante à produção coletiva de conhecimento. Assim, enxergamos um fortalecimento no gênero profissional (CLOT, 2010b) em questão, uma vez que se realizam análises e construções conjuntas que fortalecem o repertório daqueles profissionais.

A respeito da organização e das condições de trabalho, os trabalhos de extensão e pesquisa dos autores possibilitaram transformações efetivas nesses contextos, em que foram criadas novas frentes de trabalho, a saber: a conquista de um maior investimento na formação

³⁰ Aqui, refere-se a “Matriz Curricular Nacional para a Educação em Serviços Penitenciários, Guia de Referência para a Gestão da Educação em Serviços Penais, Relatório de Trabalho da Seção de Atendimento ao Servidor da SUSEPE (SASS, 2010), compilação de textos e leis relativos ao sistema penitenciário e Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário” (AMADOR *et al.*, 2013, p. 196).

em Saúde e Segurança do Trabalhador Penitenciário, e a criação de política institucional de saúde e segurança dos trabalhadores do Sistema Penitenciário (AMADOR *et al.*, 2013).

O método apoiado nas Clínicas do Trabalho – especificamente na Ergologia e na Clínica da Atividade – se mostrou satisfatório, na perspectiva dos autores, por possibilitar a atenção à saúde desses trabalhadores do Sistema Penitenciário em relação aos processos de formação “*para e no trabalho*” (AMADOR *et al.*, 2013, p. 198, grifos dos autores). Apontam, ainda, a formação mútua desses sujeitos e de extensionistas universitários, e a produção de momentos de pesquisa-intervenção com base nas Clínicas do Trabalho juntamente aos servidores da SUSEPE.

Destacamos, para além do exposto acima, como o adoecimento e a saúde desses trabalhadores são apontados pelos autores como aspectos diretamente relacionados às formas de organização do seu trabalho – mais especialmente à gestão. A gestão, na perspectiva apresentada no artigo, não está unicamente associada às funções de diretoria e chefia, mas sim ao papel de gestor que cada trabalhador exerce em sua atividade.

Através de relatos de participantes da CAP-Transversal, constata-se que a conexão entre trabalhadores dos órgãos centrais (ESP, DRH, SASS) e aqueles que estão nos coletivos de análise no IPF-POA vêm contribuindo para a ativação da potência do trabalho e do fortalecimento dos coletivos numa perspectiva de atenção à saúde mediante um processo de análise das relações trabalho-subjetividade-saúde.

O segundo artigo que forma este tópico de análise intitula-se “Produção de Imagens, Subjetivação e Trabalho Penitenciário: Uma Contribuição às Clínicas do Trabalho”, de autoria de Fernanda Spanier Amador (2011). No artigo, apresenta-se a pesquisa situada em uma casa destinada a mulheres que cumprem pena em regime semiaberto, com foco na **atividade de trabalhadoras agentes penitenciárias** de uma casa albergue feminina. Para isso, a autora se baseou nas ferramentas analíticas da Filosofia da Diferença (DELEUZE, 2006 apud AMADOR, 2011), da Ergologia (SCHWARTZ, 2000 apud AMADOR, 2011) e da Clínica da Atividade (CLOT, 2006; 2008 apud AMADOR, 2011) através do “emprego da imagem videográfica como dispositivo clínico a partir do método da autoconfrontação” (AMADOR, 2011, p. 365).

Acerca da atividade em questão, a autora aponta, a partir da pesquisa-intervenção, que a atuação como funcionárias da prisão é perceptivelmente paradoxal. Isso porque

ver por um ajuste de suas lentes e ações com vistas à *ressocialização* de mulheres infratoras ou criminosas, ao reajustamento entre o visível e o enunciável fazendo ver nessas mesmas bases estando imersas em um contexto de *verem-se* e de *fazerem ver-se* por esses mesmos processos. Carceragem dupla se exerce, portanto. Ao atuarem diretamente na gestão e no controle da multiplicidade humana, parecem fazê-lo pelo estabelecimento de suas próprias fronteiras identitárias. A serviço do

biopoder, exercem sua função revestindo-se de camadas de assujeitamento em uma articulação de saberes e de poderes que tendem à homogeneização das singularidades, ao mesmo tempo em que se empenham em um esforço inglório para se distinguir em relação àquelas que detêm (AMADOR, 2011, p. 361, grifos da autora).

Sendo assim, o que se percebe é que as agentes se situam em uma posição de manutenção de toda uma mecânica de poder, fazendo parte do funcionamento de um sistema complexo e se envolvendo em problemáticas em decorrência do seu próprio fazer (AMADOR, 2011). Por meio do método, a autora também aponta como as participantes demonstraram suas rotinas de trabalho, bem como a forma como se sentiram em tais situações. Contudo, não foi explicitado no texto quais seriam as rotinas nem os sentimentos associados a elas, o que impossibilitou analisar e discutir esses aspectos.

Um ponto que se destacou no artigo foi no tocante ao potencial transformador dos modos de pesquisa-intervenção baseados nas Clínicas do Trabalho. Amador (2011) escreve que as intervenções com as trabalhadoras levaram a movimentos dialógicos consigo mesmas e entre elas, como também com a pesquisadora, a partir do levantamento de linhas problemáticas do trabalho na prisão. Com isso, foi possível, segundo a autora, pensar e criar novas possibilidades de ser e estar na atividade penitenciária. Ou seja, tratou-se de um contexto que gerou condições para que emergisse e fosse expandido o poder de agir daquelas trabalhadoras “por experimentações que apostam na *expansão do poder de ver*” (AMADOR, 2011, p. 371, grifos da autora). Sendo assim, enxergamos uma produção coletiva que favoreceu o fortalecimento do gênero profissional das trabalhadoras agentes penitenciárias.

A falta de maior especificação dos aspectos inerentes à materialidade da atividade, dentro de sua singularidade e através da intervenção proposta pela autora, bem como das transformações ocorridas nos ambientes de trabalho, limitou a aproximação com as problemáticas que envolvem a atividade de agentes penitenciárias. Também não foram percebidas informações explícitas sobre a cidade ou estado em que o estudo foi realizado. Contudo, fica aparente no artigo uma maior intenção de discutir e apresentar os princípios teórico-metodológicos utilizados no artigo, o que acabou ofuscando, a nosso ver, a discussão específica da atividade em questão.

Em síntese, diante do acima exposto, podemos destacar algumas aproximações e distanciamentos percebidos entre os artigos que compõem a categoria de análise da atividade de trabalhadores penitenciários. A primeira aproximação diz respeito à contribuição da autora Fernanda Spanier Amador, em ambos os estudos, no que diz respeito à construção de conhecimento e atuação junto à atividade profissional aqui discutida, promovendo um espaço

de desenvolvimento e promoção de saúde para trabalhadores que exercem atividades profissionais no Sistema Penitenciário brasileiro.

Outra aproximação a se destacar entre os artigos trata dos reduzidos dados materiais sobre a rotina e a organização do trabalho apresentados nos dois artigos. Por outro lado, em ambos, ganha destaque a apresentação de um contexto rígido de trabalho, que gira em torno do sofrimento e aprisionamento, que possui regras e papéis muito bem definidos. Com isso, percebemos que não há um descolamento dos trabalhadores de seus contextos de trabalho ou há uma desconsideração da dimensão impessoal do trabalho (CLOT, 2007; CLOT; KOSTULSKI, 2011) completa, mas não podemos desconsiderar a ausência dessas informações para uma discussão melhor contextualizada.

Uma distinção percebida entre os artigos foi que, enquanto em Amador *et al.* (2013) não apresenta especificidades de gênero dos trabalhadores em seu estudo, Amador (2011) aponta que trata-se de mulheres que exercem sua atividade numa Casa Prisional especificamente destinada a mulheres. Além disso, em Amador *et al.* (2013) é descrito que a pesquisa-intervenção foi realizada no sul do Brasil, enquanto em Amador (2011), informações quanto à região de desenvolvimento da pesquisa não são apresentadas. Destacamos esses aspectos pois reconhecemos as especificidades culturais, pensando a partir de Vigotski (2007), atravessadas por características como gênero (homens e mulheres) e região de moradia/atuação podem interferir no contexto de trabalho.

A seguir, apresentamos uma discussão a partir de artigos que discutem mais de uma atividade profissional.

5.7 Artigos que discutem mais de uma atividade

Alda Karoline Lima da Silva, Gimena Pérez Caraballo, Miliana Galvão Prestes, Débora Guerra Pereira Xavier, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão e Camila Costa Torres (2016), no primeiro dos dois artigos que compõem essa subcategoria de análise “Apropriações da Instrução ao Sósia na análise da atividade de trabalho”, apresentam quatro experiências de pesquisa em que se utilizou a técnica da instrução do sósia como forma de analisar a atividade de trabalho em contextos laborais de 19 pessoas que ocupam as seguintes atividades: **professores da Educação à Distância (EAD)** do estado do Rio Grande do Norte; **trabalhadores informais (ambulantes)** que trabalham na praia de Ponta Negra-RN; **profissionais da saúde** (médicos, enfermeiras, técnicas de enfermagem e auxiliares de serviços gerais) de nacionalidade brasileira

e uruguaia, atuantes na fronteira Brasil-Uruguai; e **técnicas de enfermagem** atuantes no município de Natal-RN. Os autores explicitam que os participantes do estudo apresentavam características diversas: variados tempos de atuação dentro de suas funções, idades, sexos e tipos de vinculação institucional (pública, privada ou autônomos).

No que se refere à atividade profissional das docentes, Silva *et al.* (2016) perceberam algumas especificidades: a depender das distintas entradas no ofício, as instruções dadas aos pesquisadores eram diferentes. Em docentes com maior tempo de atuação, a instrução ao sócia é iniciada com a contextualização do cenário da EAD, com destaque ao papel dos estudantes e dos professores dentro dessa modalidade de ensino. Já em docentes com menor tempo de atuação, a instrução era iniciada com a descrição de uma atividade de cunho mais técnico (acesso de docente a uma turma virtual), destacando-se a dimensão impessoal (tarefa prescrita) da atividade.

Com as técnicas da enfermagem, os autores apontam certa homogeneidade na descrição da atividade. O foco das trabalhadoras girou em torno nas “técnicalidades da atividade” (SILVA *et al.*, 2016, p. 452). No decorrer da experiência de aplicação da técnica de pesquisa-intervenção, aspectos contextuais da atividade foram sendo revelados, como por exemplo: aspectos políticos que atravessam o cenário da saúde pública e privada no município, como também sobre os sindicatos e conselhos articulados à categoria profissional própria categoria profissional – contudo, essas informações não foram explicitadas no artigo.

Os profissionais da saúde atuantes na fronteira Brasil-Uruguai trazem com mais facilidade as características de sua atividade voltadas às prescrições e aspectos técnicos do trabalho durante a instrução ao sócia. Já acerca do real da atividade, os profissionais apresentaram maiores dificuldades de construir as instruções – dificuldades essas que foram sendo diluídas no desenrolar das instruções e “através dos obstáculos hipotéticos colocados pelo sócia” (SILVA *et al.*, 2016, p. 452).

Os autores ainda apontam como esses trabalhadores desenvolveram variadas competências técnicas, para além do que era previsto/prescrito pelo “diploma” desses profissionais. Como exemplo, observaram “competências de descentração, relacionais e linguísticas, nas quais o profissional se descentraria do seu próprio quadro de referências para poder assim ‘ver’ o outro na sua integralidade e propor em consequência um atendimento mais holístico” (SILVA *et al.*, 2016, p. 452). A partir dos momentos de intervenção, os autores perceberam que essa ampliação da ação para além das prescrições aconteceu motivada por um contexto de empatia, de falta de recursos humanos ou ainda por se buscar um “trabalho bem feito”.

Já sobre os trabalhadores ambulantes, os autores apontam apenas as limitações que perpassam a atividade. Dentre elas, estão a falta de compreensão de línguas estrangeiras e a ausência de uma estrutura física e organizacional para realizar o atendimento às clientes em dias de maior movimento. Essas limitações foram apontadas como aspectos que moviam e redirecionavam o fazer desses trabalhadores diante do imprevisto.

“Oficinas de fotos: experiências brasileiras em clínica da atividade” é o segundo artigo apresentado neste tópico. Nele, Claudia Osorio, Ariele Binoti Pacheco e Maria Elizabeth Barros de Barros (2013) apresentam a técnica de oficina de fotos utilizada em duas experiências: uma delas com **12 profissionais de enfermagem** de um hospital do Rio de Janeiro em 2004; e com **profissionais que atuavam na linha ladrilhos** de uma empresa do ramo de granito e mármore em 2019.

Sobre o primeiro grupo, Osorio, Pacheco e Barros (2013) trazem as descrições que as 12 enfermeiras apontam acerca de suas atividades através do debate levantado pela experiência da oficina de fotos. Assim, apresenta-se o trabalho realizado através de relações de colaboração (destacando-se as relações interprofissionais). Contudo, apesar de considerarem essa colaboração importante, surgiram formas variadas de percebê-la: enquanto algumas participantes acreditam na hierarquia como aspecto positivo do trabalho, outras consideram como dificultosa.

Outro aspecto destacado pelas profissionais diz respeito à organização do trabalho. Uma boa ordem/organização foi vista como fator que facilita um “trabalho bem-feito” por favorecer sua saúde. Em contrapartida, a desorganização era vista como fator agressivo à saúde das trabalhadoras. Além disso, “situações relacionadas à maior qualidade da atenção prestada ao doente foram apontadas como positivas para a saúde do trabalhador da assistência” (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013, p. 125). Nesse último aspecto, especificamente, não houve divergências de opinião. Com esse grupo, foi possível de perceber autonomia na construção de meios de transformação das condições de trabalho a partir da articulação coletiva das trabalhadoras.

A segunda experiência apresentada pelas autoras (2013), ocorrida junto a uma empresa do ramo de rochas (granito e mármore) em 2009 no sul do estado do Espírito Santo, seguiu caminhos diferentes do apresentado no primeiro caso – o que pensamos só demonstrar a dinamicidade de cada ambiente de trabalho, atividade profissional e dos próprios sujeitos que a realizam. Os participantes dessa experiência eram profissionais que atuavam na linha ladrilhos da empresa.

Osorio, Pacheco e Barros (2013) descrevem como funciona a linha de ladrilhos dentro do processo de extração e beneficiamento do mármore:

A linha de ladrilhos é composta por uma máquina de aproximadamente 70 m de comprimento, atravessada por uma esteira. Nela, o trabalhador coloca a chapa de pedra bruta e, após um processo de corte, polimento e bisotagem, os ladrilhos saem prontos. Nessa máquina trabalham nove homens nas mais diversas funções: polidor, cortador, selecionador, bisotador, calibrador e ajudante, que estão o tempo todo se comunicando e, ainda, se necessário, participando ou realizando as funções de outro trabalhador (p. 126).

Durante a intervenção, as autoras perceberam que o trabalho realizado pelos trabalhadores vai bastante além do prescrito. Além disso, as falas dos participantes demonstravam que existiam “conflitos, imprevistos, prazeres e desprazeres” (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013, p. 126) em sua atividade. A fala de um selecionador de ladrilhos sobre tarefas que “curte” fazer, mas não faz, exemplifica o anteriormente exposto, uma vez que o trabalhador descreve como tarefas mais complexas podem ser menos extenuantes e aliviar a fadiga, tornando-as mais prazerosas. Acerca desse aspecto, as autoras destacam a seguinte fala do trabalhador: “Gosto quando me mandam pra selecionar ladrilho na outra máquina, porque lá tem vários tipos de material. Onde trabalho só tem um tipo” (p. 126).

Chamam a atenção, ainda, as condições precárias de trabalho desse grupo de trabalhadores, que precisam lidar com a falta de manutenção das máquinas e demora para a realização de reparos, por exemplo. Essas problemáticas acabam acarretando em sobrecarga de trabalho para os sujeitos que precisam se reorganizar para que as máquinas continuem produzindo, ainda que com menos condições de funcionamento. Como exemplo, é citada a necessidade de empurrar material na esteira quando a máquina não consegue realizar essa tarefa (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013).

Atravessadas pelo contraponto entre as ideias para a transformação e a descrença em ganharem o respaldo da empresa, as possibilidades de mudanças foram sendo apontadas e construídas pelos trabalhadores no caminhar da intervenção. Com o objetivo de conseguir apoio da gestão da empresa, foram feitas reuniões conjuntas com o gerente. As autoras destacam como essa ação foi importante para o fortalecimento do coletivo de trabalhadores e para a construção conjunta (trabalhadores e gestão) de possíveis soluções para as problemáticas que giravam em torno da atividade em questão. Para além da abertura de diálogo, outra conquista alcança pelo grupo de trabalho através das oficinas foi o conserto de uma das máquinas (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013).

Diante do exposto nos dois artigos que discutem em seu texto mais de uma atividade profissional, podemos apontar as seguintes reflexões. A primeira delas diz respeito aos

destaques percebidos nas falas das professoras de EAD (SILVA *et al.*, 2016), das profissionais da saúde na fronteira (SILVA *et al.*, 2016) e das técnicas em enfermagem (SILVA *et al.*, 2016) acerca das tecnicidades, ou seja, das normativas que regem aquelas atividades. No estudo, percebe-se tanto as limitações do prescrito atravessando o fazer dessas trabalhadoras, como também seu papel norteador e de base, demarcando também sua importância e seu lugar na atividade real (CLOT, 2010b).

Uma aproximação entre as profissionais de saúde atuantes na fronteira (SILVA *et al.*, 2016) e os profissionais que atuavam na linha de ladrilho (OSORIO; PACHECO; BARROS, 2013) é como as tarefas realizadas iam bastante além do que era prescrito; do que era previsto em seu “diploma”. No caso das profissionais de saúde, isso era consequência, segundo as autoras, de um contexto de empatia, de falta de recursos humanos ou por se buscar um trabalho bem feito. Já no dos profissionais do ramo de granito e mármore, de más condições de trabalho – dando destaque à falta de manutenção das máquinas que eram suas ferramentas de trabalho. Evidenciamos que, apesar do medo de represálias, esses trabalhadores conseguiram se reunir com a gestão da empresa por intermédio das pesquisadoras, e conseguiram, conjuntamente, construir soluções para essa problemática. Assim, em resumo, percebemos como relatos de sobrecarga de trabalho foram associados, por essas trabalhadoras e trabalhadores, a más condições de trabalho.

Em contraponto, destacamos a atividade das profissionais de enfermagem no estudo de Osorio, Pachecho e Barros (2013), que foi retratada de forma a dar mais destaque não às problemáticas que atravessavam seus fazeres, mas sim à potência da oficina de fotos e os aspectos da atividade que favoreciam seu desenvolvimento. Destacamos, dessa forma, as relações interprofissionais, a hierarquia, a organização do trabalho e a autonomia em construir meios de mudança nos contextos de trabalho.

A seguir, por fim, apresentaremos algumas considerações necessárias acerca das atividades profissionais analisadas em todos os subtópicos que formam este capítulo.

5.8 Apontamentos necessários

A partir da análise completa dos 27 textos que compuseram esta etapa da pesquisa, e pensando a partir das lentes da Clínica da Atividade para observar os fenômenos expostos nos artigos, bem como do referencial metodológico aqui adotado dos Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013; AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015), podemos defender a importância do investimento acadêmico e de voltar-se para os estudos e intervenções

junto às atividades profissionais. Isso porque, conforme exposto no capítulo, se demonstrou como a pesquisa-intervenção, partindo da abordagem trabalhada nos artigos e diante das estratégias metodológicas utilizadas, consegue promover bons frutos, sendo eles o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras, o fortalecimento dos coletivos profissionais, a promoção de saúde e a ampliação do seu poder de agir (CLOT, 2010b).

Ressaltamos, portanto, a rica contribuição das autoras e autores no campo das Clínicas do Trabalho, e mais especificamente da Clínica da Atividade, uma vez que, no geral, promoveram ambientes favoráveis ao desenvolvimento dos trabalhadores. Mas não somente as(os) autoras(es): destacamos, também, a postura ativa e implicada dos trabalhadores nos processos de reflexão, discussão, e transformação dos seus contextos de trabalho. Assim, afirmamos como os trabalhadores ocuparam, de fato, uma posição de equiparação na construção do conhecimento junto às(aos) pesquisadoras(es).

Além disso, apontamos, aqui, a importância da apresentação dos contextos materiais e das condições reais de trabalho dos trabalhadores para subsidiar análises e discussões de atividades profissionais. Isso porque, nos casos em que não foi possível reconhecer dados dessa natureza nos artigos, houve impossibilidade de enxergar os trabalhadores, como sujeitos das pesquisas, imersos no concreto de suas vivências, indo na contramão da proposta de Clot (2007; 2010b) do trabalho humano como atividade social e historicamente localizada.

Por fim, evidenciamos, aqui, dois fatores que atravessaram todos os subtópicos que compuseram este capítulo, que consideramos Núcleos de Significação, uma vez que parecem ser os eixos organizativos tanto dos argumentos científicos quanto de intervenção junto às atividades profissionais. O primeiro é **o potencial saudável ou adoecedor das condições de trabalho**, ou seja, contextos de trabalho que impedem ou favorecem o desenvolvimento dos sujeitos que nele estão inseridos, incluindo aqui pontos como organização do trabalho, estrutura física dos ambientes de trabalho, relações interpessoais (conflituosas ou não), comunicação (problemática ou não), (sobre)carga de trabalho, jornadas de trabalho e a presença ou ausência de riscos. Em contraponto, surge para buscar transformar essas condições **o papel dos coletivos de trabalho como forma de enfrentamento às condições de adoecimento**, atuando, portanto, como instância produtora de saúde, fortalecendo os gêneros profissionais e intermediando a relação entre os trabalhadores, bem como entre eles e seus objetos de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que se objetivou nesta pesquisa, considera-se alcançado o objetivo geral de realização da Metassíntese da produção acadêmica acerca das Clínicas do Trabalho. Da mesma forma, também foram alcançados os objetivos específicos, quais fossem: a realização do mapeamento histórico, geográfico e institucional das produções acadêmicas sobre a Clínica da Atividade no Brasil, bem como a identificação dos aspectos teórico-metodológicos dessas produções e as principais atividades profissionais estudadas pela Clínica da Atividade no Brasil e elementos de destaque em cada uma delas.

Podemos considerar a relevância da Metassíntese, bem como de suas etapas, para prover subsídios de construção de bancos de dados e de análise, a partir das plataformas *SciELO* e *BVS*, dos aspectos acima descritos, mostrando-se como importante meio de acessar um quantitativo importante de produções da Clínica da Atividade (81 artigos) que apresentem pesquisas voltadas para especificamente para atividades profissionais (46), em categorias que apresentem pelo menos dois artigos repetidos (27) e que foram principal alvo de análises. Para além disso, também foi meio importante para formação de banco de dados das Clínicas do Trabalho em geral, incluindo as outras abordagens que a compõem: Ergologia, Psicodinâmica do Trabalho, Psicossociologia do Trabalho. Ressaltamos que, apesar de não terem sido alvo de análises mais aprofundadas neste estudo, essa amostra não será descartada, podendo servir de base para novas investigações futuras.

A partir do mapeamento, destacamos como resultados relevantes: o descritor “Clínica da Atividade” foi o que mais proporcionou acessar os artigos relacionados à abordagem; a produção mais antiga encontrada no ano de 2004, intitulada “Trabalho em saúde em tempos de biopoder” (MAIA; OSÓRIO, 2004); o ano de 2013 com o maior número de publicações; o periódico “Cadernos de Psicologia Social do Trabalho” como principal meio de divulgação acadêmica do material analisado; a região Sudeste como a que mais sedia as revistas científicas que publicam sobre a Clínica da Atividade; “atividade profissional” como temática que mais se repete nos artigos; e docentes como principal atividade profissional pesquisada.

O recorte estabelecido dos 27 artigos teve como objetivo melhor discutir e analisar as atividades profissionais sobre os quais os artigos tratavam. Eles compunham categorias de análise tanto dos aspectos teóricos quanto das atividades profissionais, e esse quantitativo permitiu realizar as discussões aqui propostas. No tocante aos aspectos teóricos, percebemos uma concordância com a proposta teórica da Clínica da Atividade e suas bases epistemológicas, demonstrando coerência com a abordagem que os embasava. Além disso, destacou-se a

discussão acerca do conceito de gênero profissional, e Yves Clot como principal referência teórica utilizada para discutir os fundamentos da Clínica da Atividade na amostra em questão.

Já no que diz respeito às atividades profissionais, as categorias de análise possibilitaram articular e discutir as aproximações e distanciamentos em face à temática estudada. Considera-se, ainda, que os dois Núcleos de Significação que atravessaram as atividades profissionais, no Capítulo 5 do presente estudo, indicam importante intersecção entre as atividades aqui analisadas, mas também no ponto de atuação e intervenção junto às(aos) trabalhadoras(es). Trata-se dos seguintes núcleos: o potencial saudável ou adoecedor das condições de trabalho; e o papel dos coletivos de trabalho como forma de enfrentamento às condições de adoecimento – reafirmando, portanto, a função psicológica do trabalho para as(os) trabalhadoras(es). É nesse ponto que reconhecemos, portanto, o papel da abordagem diante das configurações do trabalho, uma vez que auxilia a perceber e a trabalhar, junto aos trabalhadores, as problemáticas e potencialidades dentro dos contextos em que as atividades são desenvolvidas. Nisso, incluem-se as relações interpessoais, questões trabalhistas, culturais e políticas que a atravessam, bem como se identificam as rupturas e continuidades na atuação do clínico da atividade e na própria abordagem. Consideramos, portanto, esses como caminhos que possibilitaram a reflexão e atuação sobre as problemáticas que surgiam nos estudos aqui analisados, e que podem ser vir como pistas para estudos que estejam por vir.

Vale ressaltar, ainda, considerando o contexto histórico, social e sanitário atual atravessado pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), decretado como contexto de pandemia em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a que estamos submetidos, enxergamos necessário apresentar o cenário atual de algumas das atividades profissionais aqui analisadas. No que se refere à atividade das(os) docentes, precisamos reconhecer o cenário de mudanças no contexto de trabalho dessas(es) profissionais na transição do ensino presencial para o remoto, que tem exigido uma adaptação radical e diária às novas formas de trabalho. Desafios básicos como a sobrecarga de trabalho, a falta de retorno das(os) estudantes sobre o que é apresentado nas salas de aula virtuais, a dificuldade em gerir o tempo para conciliar atividades profissionais e domésticas – especialmente no caso de mulheres professoras (BÔAS *et al.*, 2020) – descrevem o contexto a que essas(es) profissionais estão submetidos atualmente.

Em relação à atividade de profissionais da saúde, Leonel (2021) demonstra em seu estudo como vem sendo o impacto da pandemia entre profissionais de saúde, de forma a perceber um esgotamento e exaustão que extrapolam a proximidade com o alto número de infecções e mortes de pacientes, das relações interpessoais com colegas de trabalho e com

familiares. Leonel (2021) aponta como 95% das(os) trabalhadoras(es) tiveram alterações significativas em suas vidas, com excesso de trabalho e jornadas duplas e triplas. Esse conjunto de fatores, segundo o autor, levam a graves consequências à saúde dessas(es) profissionais.

Já sobre a atividade dos motoboys, Souza e Machado (2020) relatam que, o contexto especificamente daqueles motoboys que estão vinculados ao trabalho em aplicativos de entrega vem sendo mais fragilizado ainda no cenário da pandemia. Isso porque, segundo os autores, esses trabalhadores estão sobrecarregados e recebendo menor retorno financeiro pelos serviços que executam. Além disso, por não haver vinculação trabalhista entre os motoboys e as empresas donas dos *apps*, não há preocupação em fornecimento de equipamentos de proteção individual para a realização de sua atividade, nem qualquer regulamentação acerca desse tipo de trabalho, fragilizando ainda mais a categoria. Contudo, Souza e Machado (2020) bem afirmam como está sendo uma atividade essencial durante a pandemia, uma vez que o serviço prestado reforça a permanência de outras pessoas em seus lares.

Outro grupo de profissionais que não pôde permanecer em casa durante a pandemia foi o de motoristas de ônibus. Apesar de haver um Projeto de Lei (3189/20) que estabelece medidas que garantem a segurança de cobradores(as) e motoristas de ônibus durante a pandemia de covid-19 – instalação, pelas empresas de transporte, de barreiras transparentes, bem como a disponibilização de equipamentos de proteção individual – pesquisas (SOARES, 2021) demonstram que a morte de motoristas de ônibus (bem como de caixas e frentistas) aumentaram em cerca de 60% no Brasil durante o período de janeiro e fevereiro de 2021.

Apresentar o cenário em que se encontram tais atividades profissionais no momento da pandemia de covid-19 nada mais é do que apontar a necessidade de renovação das pesquisas e intervenções da própria Psicologia junto às(aos) trabalhadoras(es), o quanto ainda falta ser construído academicamente e em termos de políticas públicas para se pensar e contornar cenários adoecedores em momentos de crise como estes, como também só apresenta a dinamicidade a que estamos expostos enquanto sujeitos em sociedade.

Para além das atividades profissionais discutidas até aqui, sinto a necessidade de acrescentar mais uma: a atividade de pesquisadora e o contexto em que está situada a produção desta pesquisa. Tomando o verbo no singular nesse momento, venho pontuar rapidamente a experiência de uma jovem pesquisadora imersa nesse contexto, que outrora já era precarizado, mas que ganha novas nuances. Além do cenário de uma diminuição gradativa de investimentos e incentivo à pesquisa que viemos enfrentando nos últimos anos, pensar nos atravessamentos que a pandemia pode ter para uma das milhares de pesquisadoras(es) que persistem em desenvolver suas atividades no Brasil pode levar a variados desdobramentos.

Pensando na própria perspectiva sócio-histórica que dá base às discussões apresentadas nos capítulos anteriores, apresento o contexto de produção e desenvolvimento desta pesquisa, de forma a situá-la. Resumidamente, esta se trata de uma pesquisa iniciada no mês de fevereiro do ano de 2019, que foi qualificada em janeiro de 2020 e que gerou a oportunidade de uma Mobilidade Acadêmica pensada para os meses de fevereiro a março de 2020, junto à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Dr. Rui Paquete Paixão. A mobilidade, ainda que limitada, permitiu aproximação com outras perspectivas de análise e intervenção no trabalho, o que possibilitou uma rica troca de experiências em um ambiente diferenciado. Dado o contexto de agravamento da pandemia, a experiência presencial de Mobilidade Acadêmica presencial precisou ser interrompida, de forma que foram mantidos os vínculos de trabalho e pesquisa junto ao referido professor e à referida universidade de maneira *on-line*.

Por fim, é importante apontar os desafios e limitações que atravessaram o processo de construção e desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, apresentamos a limitação das escolhas relacionadas ao método utilizado, uma vez que diversos artigos e produções de diversas(os) autoras(es) não foram acessados em razão dos critérios de seleção de artigos aqui determinados, tais como descritores utilizados e tipo de publicação escolhido para análise. Outra limitação diz respeito à impossibilidade de acesso à fala “direta” das(os) participantes das pesquisas, uma vez que as análises são realizadas por meio dos artigos. Apontamos, ainda, o grande número inicial de artigos acessados, associado ao limite temporal de dois anos para realização do mestrado, o que impossibilitou a análise completa da amostra aqui levantada. Contudo, apontamos que o banco de dados que foi produzido nesta pesquisa pode subsidiar outras análises e outros recortes em estudos futuros. Para futuras pesquisas, sugerimos a atualização do banco de dados e a ampliação do *corpus* de pesquisa, talvez inclusive por recortes de atividades profissionais, com a possibilidade da inclusão de dados obtidos a partir de teses e dissertações, com a finalidade ampliação da discussão. Enfim, não podemos deixar de pontuar a realização da pesquisa, durante um contexto de pandemia, como desafio na realização da pesquisa e da produção desta dissertação de mestrado.

Desta forma, reconhecemos a relevância do estudo realizado por contribuir com a análise e ampliação da discussão acerca das atividades profissionais aqui apresentadas. Asseguramos, ainda, a possibilidade de aplicação dos resultados aqui apresentados tanto ao campo científico como à sociedade, de forma a auxiliar na ampliação do poder de agir das(os) trabalhadoras(es), transformação de contextos de trabalho e influenciar na produção/atualização

de políticas públicas que venham a apoiar uma atuação efetiva de profissionais em seus campos de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006.
- AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, mar. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000100056&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2020.
- ALVES, C. A.; OSORIO, C. Análise coletiva de acidentes de trabalho: dispositivo de intervenção e formação no trabalho. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 8, p. 87-98, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172005000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2019.
- AMADOR, F. S. Produção de imagens, subjetivação e trabalho penitenciário: uma contribuição às clínicas do trabalho. **Psicol. cienc. prof.**, v. 31, n. 2, p. 358-373, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2019.
- AMADOR, F. S.; MELO, D.; BUENO, L.; CORREIA, S.; REGINATO, S.; ALVES, C. Trabalho Penitenciário-Saúde-Formação a Comunidade Ampliada de Pesquisa como Dispositivo. **Rev. Polis e Psique**, v. 3, n. 2, p. 185-206, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/46177>. Acesso em: 19 set. 2019.
- ANDRADE, L. R. M.; FALCAO, J. T. R. Atividade docente, vivências e mediações no primeiro ano do ensino fundamental do município de Natal/RN. **Psicol. Esc. Educ.**, v. 22, n. 2, p. 369-376, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000200369&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.
- ANDRADE, M. J. S. **Saúde, professor/a!: do perfil do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1698>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- ARIATI, S.; LIMA, A. Questões de estilo no exercício da docência na Educação Superior. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 18, n. 1, p. 193-212, Mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982018000100193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, S. S. S.; VASCONCELOS, P. F.; GOMES, T. R. H.; PEDREIRA, T. B.; OLIVEIRA, D. A.; LESSA, R. S. Síndrome de Burnout em profissionais de saúde atuantes em áreas de alta complexidade. **Revista Caparaó**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.revistacaparao.org/caparao/article/view/36>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BARROS, E. M. D. Memória das aprendizagens: um gesto docente integrador da sequência didática. **Trab. linguist. apl.**, v. 52, n. 1, p. 107-126, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132013000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

BARROS, M. E. B.; BRITO, J. M.; CLEMENTE, O. P. Narrativas da docência: dimensão sensível do trabalho de professores e pesquisadores. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 30, n. 1, p. 30-38, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922018000100030&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

BARROS, M. E. B.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. **Psicol. Soc.**, v. 26, n. spe, p. 150-160, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25, n. 2, p. 339-355, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

BASTOS, J. A. **Saúde mental e trabalho**: metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicol. Soc.**, v. 23, n. 1, 2011, p. 75-84. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2019.

BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Projeto de cientificidade das clínicas do trabalho e seus desafios no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (ORGs.) **Métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 3-31.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Métodos de pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional determina alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental**. Assessoria de Comunicação Social, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/47191-base-nacional-determina-que-criancas-sejam-alfabetizadas-ate-o-segundo-ano-do-fundamental#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,aprender%20a%20ler%20e%20escrever>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES 492/2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 1.823, de 23 de agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília, 2012. Disponível em: prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.** Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm#art35. Acesso em: 25 fev. 2021.

BÔAS, L.; *et al.* Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Fundação Carlos Chagas, **Educação escolar em tempos de pandemia**, Informe nº 1, 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CANUTO, L. T. **Conceito de infância em artigos brasileiros de Psicologia.** 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

CARVALHO, A. M.; CASAGRANDE, L. S. **Mulheres motoristas de ônibus: o que se sabe sobre elas?** **R. Tecnol. Soc.**, v. 16, n. 39, p. 298-311, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/rts/article/view/9198>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho.** Trad. Adail Sobral. 2.ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.

CLOT, Y. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 207-234, 2010a.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010b.

CLOT, Y.; KOSTULSKI, K. Intervening for transforming: The horizon of action in the clinic of activity. **Theory and Psychology**, v. 21, p. 681-696, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0959354311419253>. Acesso em: 19 set. 2019.

COELHO, R. N.; RAMALHO, G. M.; BRITO, E. S.; MIRANDA, B. B.; SILVA, T. I. O.; FILHO, F. A. A. P. A saúde do trabalhador no âmbito universitário: uma parceria de êxito na UFC. **Revista De Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 257-265, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3707>. Acesso em: 20 set. 2019.

COIMBRA, B. C.; BARROS, M. E. B. Relações de trabalho em uma universidade pública: atividade de servidores técnicos administrativos. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 19, n. 1, p. 89-101, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172016000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2019.

CONCEICAO, K. C. S. S. Professores em formação no âmbito do Pibid-Capes: uma abordagem do planejamento e realização de aulas por meio da clínica da atividade. **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 19, n. 1, p. 29-47, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982019000100029&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESPINOSA, Bento de. **Ética**. 2a ed. São Paulo: Autêntica, 2008.

FALCÃO, C. A.; BARBOZA, A. M. M.; BUARQUE, C. N. L.; OLIVEIRA, A. A. S.; MIURA, P. O.; FERNANDES, A. L. M.; ROCHA, M. L. B. Contribuições da metassíntese para sistematização e análise qualitativa da produção científica em Psicologia. In: II Seminário Internacional da União Latino Americana de Entidades de Psicologia, 2019, Recife. **Anais do II Seminário Internacional da União Latino Americana de Entidades de Psicologia**, 2019. Disponível em: <http://www2.pol.org.br/inscricoesonline/ulapsi/2019/anais/detalhe.cfm?id=9040>. Acesso em 12 set 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. C. F. A psicologia do trabalho e os processos de formação de educadores na educação profissional de nível básico: itinerários diversos, encruzilhadas constantes. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, v. 15, n. 1, p. 212-231, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2020.

FRANCA, M.; ATHAYDE, M.; MUNIZ, H.; NEVES, M. Y.; BRITO, J. Clínica do trabalho e experiência de formação com trabalhadoras de escolas públicas no Brasil. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 16, n. spe, p. 69-89, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

FREITAS, L. G. **Saúde e processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6489>. Acesso em: 20. jul. 2020.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F. NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-80.

HUR, D. U. **Psicologia, política e esquizoanálise**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2019.

KOSTULSKI, K. A linguagem na análise da atividade: formas de realização e funções psicológicas. *Cad. psicol. soc. trab.*, v. 16, n. spe, p. 59-68, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

KROLL, C. D.; BÉRZIN, F.; ALVES, M. C. Avaliação clínica da atividade dos músculos mastigatórios durante a mastigação habitual - um estudo sobre a normalização de dados eletromiográficos. **Rev Odontol UNESP**, v. 39, n. 3, p. 157-62, 2010.

KRUMM, D. J. **Psicologia do trabalho: uma introdução à psicologia industrial/organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

LEÃO, L. H. C. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **ECOS**, v. 2, n. 2, p. 292-305, 2012.

LEONEL, F. Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde. **Fiocruz**, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude#:~:text=Os%20dados%20revelam%20que%20a,correspondendo%20a%205%2C7%25>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LEONTIEV, A. N. **Atividade, Consciência e Personalidade**. (M. S. C. Martins, Trad.), 1978. Disponível em: www.marxists.org/portugues/leontiev/1978/activ_person/index.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.). **Clínicas do trabalho: nova perspectiva para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 22-58.

MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta Paulista de Enfermagem**, 22(n. spe.), 543-545, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000800019&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 ago. 2018.

MARQUES, D. **O gênero e o trabalho da enfermagem na atenção básica: percepções das enfermeiras**. (2008). Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MELO, G. C. V. O uso das TIC no trabalho de professores universitários de língua inglesa. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 93-118, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982012000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MORAES, T. D.; ROHR, R. V.; ATHAYDE, M. R. C. Ingresso, permanência e abandono na profissão de motoboys: Constituição de si e da profissão. **Laboreal**, v. 11, n. 1, p. 69-83, 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-52372015000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

MORAES, T. D.; ATHAYDE, M. R. C. Dimensões do coletivo na atividade de trabalho dos motoboys. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26, n. 2, p. 327-348, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000200327&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019

NOGUEIRA, L. C. B.; MUNIZ, H. P. (Des)envolvimento profissional e atividade: pistas para pensar a formação e o desenvolvimento de competências no serviço público federal. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 18, n. 2, p. 191-203, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172015000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2019.

ODDONE I.; RE, A.; BRIANTE, G. **Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?** Paris: Messidor, 1981.

OLIVEIRA, A. A. S.; BASTOS, J. A. Pressupostos epistemológicos da saúde mental e trabalho em teses brasileiras. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 20, p. 152-175, jun. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 14 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. A.S.; TRANCOSO, A. E. R.; BASTOS, J. A.; CANUTO, L. T. Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. **Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, Atas CIAQ2015.

OLIVEIRA, A.A.S.; BASTOS, J. A.; CANUTO, L. T.; SANTOS JUNIOR, P. S.; BUENO, L. D.; ROCHA, M. L. B. A produção de conceitos e de métodos na pesquisa psicológica: contribuição da metassíntese ao conhecimento científico. In: OLIVEIRA, A. A. S. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica e o contexto de desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisas**. Maceió: EDUFAL, 2017. Pp.71-86.

OSORIO DA SILVA, C. Pesquisa e intervenção em clínica da atividade: a análise do trabalho em movimento. In: BENDASSOLLI, P.F. SOBOLL, L.A.P. **Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, p. 83-99, 2014.

OSORIO DA SILVA, C.; BARROS, M. E. B. Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho. **Universitas psychologica**, v. 12, n. 4, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4973645>. Acesso em: 19 set. 2019.

OSORIO, C. ACAT: o trabalhador como protagonista da análise de acidentes de trabalho. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 11, n. 1, p. 111-120, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

OSORIO DA SILVA, C.; PACHECO, A. B.; BARROS, M. E. B. Oficinas de fotos: experiências brasileiras em clínica da atividade. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 16, n. spe, p. 121-131, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2019.

PINHEIRO, F. P. H. A.; *et al.* Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 110-124, 2016.

PINHEIRO, F. P. H. A.; SILVA, G. C.; TAISSUKE, A. S. DE N.; BRAZ DE AQUINO, C. A. Projeto ELABORar: uma experiência de intervenção junto a trabalhadores da Universidade Federal do Ceará. **Revista de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 103-113, 11. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/809>. Acesso em: 22 set. 2019.

RASSEGNA SINDACALE. **10 Paesi peggiori al mondo per i lavoratori**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.rassegna.it/articoli/i-10-paesi-peggiori-al-mondo-per-i-lavoratori>. Acesso em: 22 out. 2019.

REIS, M. I. A. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. (2014). Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/d14_mariaizabel.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SANTO, T. B. R. **Gênero e enfermagem: reafirmação de papéis sociais na Seção Feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1920 - 1921)**. (2012). Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7140/tde-09052012-124247/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SILVA, A. K. L.; FALCÃO, J. T. R.; TORRES, C. C.; CARABALLO, G. P. Os Impedimentos da Atividade de Trabalho do Professor na EAD. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 683-696, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300683&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, A. K. L.; CARABALLO, G. P.; PRESTES, M. G.; XAVIER, D. G. P.; FALCÃO, J. T. R.; TORRES, C. C. Apropriações da Instrução ao Sósia na análise da atividade de trabalho. **Estud. psicol. (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 446-455, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000400446&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, M. A.; MARTINS, L. R. A.; OSORIO, C. A articulação de saberes teóricos e práticos na análise e no desenvolvimento da atividade de cuidado. **Psicol. teor. prat.**, v. 12, n. 3, p. 95-105, 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2019.

SOLDATELLI, R. **O Processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95398>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOARES, M. Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. **El país**, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOUZA, F.; MACHADO, L. Coronavírus: entregadores de aplicativo trabalham mais e ganham menos na pandemia, diz pesquisa. **BBC News**, 07 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52564246>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2012.

TITCHENER, E. B. Brentano e Wundt: Psicologia Empírica e Experimental (1921). **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 16, n. 1, p. 97-103, 2010.

TRANCOSO, A. E. R. **Juventudes: o conceito na produção científica brasileira**. 2012. 222f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórica-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VELLOZO, D. P. M. **Mulheres ao volante: uma análise de gênero, saúde e trabalho em mulheres motoristas de ônibus na cidade do Rio de Janeiro**. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000503003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organização de Michael Cole *et al.* Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange astro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. Paradoxo da corporatividade: o motorista de ônibus como corpo coletivo. **Psicol. USP**, v. 27, n. 2, p. 332-340, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642016000200332&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2019.

ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. A problemática do humor na atividade do motorista de ônibus. **Rev. Polis e Psique**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/39904>. Acesso em: 23 set. 2019.

ZANELLI, J.C; BORGES-ANDRADE, J. E, BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto alegre: Artmed, 2004. p. 466-491.

APÊNDICE A – Identificação dos temas e atividades profissionais abordados nos 81 artigos descritos

Título do artigo		Temas	Atividades profissionais
1	(Des)envolvimento profissional e atividade: pistas para pensar a formação e o desenvolvimento de competências no serviço público federal	Formação profissional	Servidores públicos
2	“Mudando para o time”: a dimensão coletiva no trabalho de atletas de vôlei de praia	Dimensões coletivas do trabalho	Atletas
3	A articulação de saberes teóricos e práticos na análise e no desenvolvimento da atividade de cuidado	Técnicas de pesquisa-intervenção	Profissionais da saúde
4	A condição de servente na construção civil	Discriminação profissional	Trabalhadores da construção civil
5	A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia	Formação profissional	Pesquisa teórica
6	A linguagem na análise da atividade: formas de realização e funções psicológicas	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
7	A noção de gênero na Clínica da Atividade de Yves Clot e seu aspecto não-representacional	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
8	A pesquisa-intervenção em Psicologia do Trabalho em um aporte que toma o desenvolvimento como método e objeto	Técnicas de pesquisa-intervenção	Profissionais da saúde
9	A problemática do humor na atividade do motorista de ônibus	Atividade profissional	Motoristas de ônibus
10	A psicologia do trabalho e os processos de formação de educadores na educação profissional de nível básico: itinerários diversos, encruzilhadas constantes	Formação profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa

11	A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
12	A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade: debates em psicologia do trabalho	Saúde mental e trabalho	Pesquisa teórica
13	A respeito do conceito de experiência na clínica da atividade	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
14	A Saúde do trabalhador no âmbito universitário: uma parceria do êxito na UFC	Saúde e trabalho	Servidores públicos
15	ACAT: o trabalhador como protagonista da análise de acidentes de trabalho	Acidentes de trabalho	Profissionais da saúde
16	Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais	Saúde e trabalho	Trabalhadores rurais
17	Ampliando o diálogo entre trabalhadores e profissionais de pesquisa: alguns métodos de pesquisa-intervenção para o campo da Saúde do Trabalhador	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
18	Análise coletiva de acidentes de trabalho: dispositivo de intervenção e formação no trabalho	Acidentes de trabalho	Profissionais da saúde
19	Apropriações da Instrução ao Sósia na análise da atividade de trabalho	Técnicas de pesquisa-intervenção	Profissionais diversos
20	As pesquisas do grupo ALTER-LAEL para a análise do trabalho educacional	Produção acadêmica	Pesquisa teórica
21	Atividade de trabalho e relações de poder: uma intervenção organizacional numa empresa do ramo da aviação	Atividade profissional	Profissionais da aviação civil (operacional, administração, manutenção e departamento pessoal)

22	Atividade docente, vivências e mediações no primeiro ano do ensino fundamental do município de Natal/RN	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
23	Clínica da atividade e cartografia: construindo metodologias de análise do trabalho	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
24	Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
25	Clínica do trabalho aplicada a trabalhadores de ensino superior federal	Sofrimento no trabalho	Servidores públicos
26	Clínica do trabalho e experiência de formação com trabalhadoras de escolas públicas no Brasil	Técnicas de pesquisa-intervenção	Servidores públicos
27	Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
28	Coletivos de trabalho, inserção e formação: o caso dos juízes do trabalho	Inserção e formação profissional	Profissionais da justiça
29	Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no trabalho	Segurança no trabalho	Profissionais do setor petroleiro
30	Crítica às apropriações psicológicas do trabalho	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
31	Dimensões do coletivo na atividade de trabalho dos motoboys	Dimensões coletivas do trabalho	Motoboys
32	Formação, saúde mental e trabalho: um patrimônio e uma estratégia	Formação profissional	Pesquisa teórica
33	François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica / Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade	Saúde mental e trabalho	Pesquisa teórica

34	Gênero de atividades profissionais, variantes estilísticas e genericidade em clínica atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
35	Gilles Deleuze, clínico da atividade filosófica: paradoxo do filósofo trabalhador	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
36	Imagine que eu sou seu sócia: Aspectos técnicos de um método em clínica da atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
37	Ingresso, permanência e abandono na profissão de motoboys: Constituição de si e da profissão	Ingresso, permanência e abandono do trabalho	Motoboys
38	Intervindo nos processos de formação para o cuidado em saúde: uma experiência com o método de instruções ao sócia	Formação profissional	Estagiários
39	Linguística aplicada e psicologia do trabalho: a contribuição do conceito de atividade reguladora para a clínica da atividade	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
40	Linha de cuidado em saúde mental do trabalhador: discussão para o SUS	Saúde mental e trabalho	Profissionais diversos
41	Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir	Sofrimento no trabalho	Pesquisa teórica
42	Memória das aprendizagens: um gesto docente integrador da sequência didática	Técnicas de pesquisa-intervenção	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
43	Metodologia e métodos de análise em clínica da atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
44	Micropolítica da atividade	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica

45	Narrativas da docência: dimensão sensível do trabalho de professores e pesquisadores	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
46	O ofício como operador de saúde	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
47	O princípio da autoconfrontação na abordagem da Clínica da Atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
48	O trabalho como operador de saúde	Saúde e trabalho	Pesquisa teórica
49	O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
50	O uso das TIC no trabalho de professores universitários de língua inglesa	Uso das TIC no trabalho	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
51	Oficina de fotos: um método participativo de análise do trabalho	Técnicas de pesquisa-intervenção	Profissionais da saúde
52	Oficinas de fotos: experiências brasileiras em clínica da atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Profissionais diversos
53	Ofício de carteiro e atividade: por uma gestão pelas variações	Atividade profissional	Carteiros
54	Os bastidores da produção de fogos de artifício em Santo Antônio do Monte: degradação das condições de trabalho e saúde dos pirotecnistas	Saúde e trabalho	Pirotecnistas
55	Os Impedimentos da Atividade de Trabalho do Professor na EAD	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa

56	Paradoxo da corporatividade: o motorista de ônibus como corpo coletivo	Dimensões coletivas do trabalho	Motoristas de ônibus
57	Produção de imagens, subjetivação e trabalho penitenciário: uma contribuição às clínicas do trabalho	Imagem e subjetivação	Trabalhador penitenciário
58	Produzir saberes sobre o trabalho: Um método em Psicologia	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
59	Professores em formação no âmbito do Pibid-Capes: uma abordagem do planejamento e realização de aulas por meio da clínica da atividade	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
60	Projeto Elaborar: uma experiência de intervenção junto a trabalhadores da Universidade Federal do Ceará	Atividade profissional	Servidores públicos
61	Psicologia do estilo: nas bordas da atividade	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica
62	Psicologia do trabalho como psicologia da ação: o aporte das teorias da atividade	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
63	Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
64	Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
65	Qualidade do trabalho no setor TIC na Argentina: tensões entre trajetórias individuais e coletivas	Atividade profissional	Trabalhadores de TI
66	Quando a morte é o começo da atividade: análise do trabalho pericial sob o ponto de vista da clínica da atividade	Atividade profissional	Trabalhadores da área pericial
67	Quando diferentes maneiras de cuidar se tornam problema: o ofício descuidado, uma experiência com a metodologia de instrução ao sócia	Atividade profissional	Cuidadores de pessoas com deficiências

68	Questões de estilo no exercício da docência na Educação Superior	Atividade profissional	Docentes e atividades que envolvem processos de ensino-aprendizagem e pesquisa
69	Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas	Reconhecimento no trabalho	Pesquisa teórica
70	Relações de trabalho em uma universidade pública: atividade de servidores técnicos administrativos	Atividade profissional	Servidores públicos
71	Saberes e estratégias dos operadores de telemarketing frente às adversidades do trabalho	Atividade profissional	Operadores de telemarketing
72	Saúde mental e trabalho: limites, desafios, obstáculos e perspectivas	Saúde mental e trabalho	Pesquisa teórica
73	Saúde, subjetividade e trabalho: o enfoque clínico e de gênero	Saúde, subjetividade e trabalho	Pesquisa teórica
74	Saúde, trabalho e subjetividade: absenteísmo-doença de trabalhadores em uma universidade pública	Saúde, subjetividade e trabalho	Pesquisa teórica
75	Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências	Atividade profissional	Pessoas com deficiência
76	Sobre os aspectos clínicos e a complexidade do trabalho: as clínicas do trabalho compreendidas pela perspectiva da Psicossociologia	Conceitos e fundamentos teóricos	Pesquisa teórica
77	Subjetividade e segurança do trabalho: a experiência de um grupo de mútua ajuda	Segurança no trabalho	Trabalhadores do setor de manutenção
78	Trabalhar o mármore e o granito: entre cores e ritmos	Atividade profissional	Trabalhadores do mármore e do granito
79	Trabalho em saúde em tempos de biopoder	Conceitos e fundamentos teóricos	Profissionais da saúde

80	Trabalho penitenciário-saúde-formação a comunidade ampliada de pesquisa como dispositivo	Formação profissional	Trabalhador penitenciário
81	Usos da autoconfrontação na Linguística Aplicada: o caso de um grupo de pesquisa	Técnicas de pesquisa-intervenção	Pesquisa teórica